



apah

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

ISSN 0100-6932

ANO 5 NÚMERO 9 DEZEMBRO DE 1984

Editor: — Sergio Odilon Nadalin

Conselho Editorial: — Marionilde Dias Brepohl, Presidente.

Maria Ignês Mancini de Boni, Secretária.

Ana Maria de Oliveira Burmester, Anamaria Bonin, Aymara F. Ribas, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Cesar Ramos, Cláudio Fajardo, Jayme Antonio Cardoso, Judite Maria Barbosa Trindade, Rabah Benakouche, Roseli Maria Rocha dos Santos, Regina Rotemberg Gouveia, Sergio Odilon Nadalin.

Publicação semestral da Associação Paranaense de História — APAH
R. Cruz Machado nº 66 — 10º andar, Sala 1009

Caixa Postal, 1.538

80.000 Curitiba-PR — Brasil

ISSN 0100-6932

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Revisão: Denise Bottmann

CAPA:

Olhar de pedra da escultura de Erbo Stenzel para a Praça 19 de Dezembro (Curitiba) sugere o olhar de **Big Brother* na teletela.**

***Ver o primeiro artigo neste número.**

Foto de Key Imaguire Jr.

Gráfica Vicentina Ltda.

Al. Cabral, 846 - Caixa Postal 988

Telefone: 222-1057

80000 Curitiba-PR

Publicada com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

História: Questões & Debates

Associação Paranaense de História - APAH

Curitiba — Dezembro 1984

S U M Á R I O

Antonio Simão Neto — Apresentação	175
--	------------

HISTORIOGRAFIA

Charles-Olivier Carbonell — O passado na profecia orwelliana ...	177
---	------------

AGRICULTURA

Marionilde Dias Brepohl — Para uma história do campesinato: produção familiar e capitalismo	189
--	------------

Aldair Tarcisio Rizzi — Integração na avicultura no sudoeste paranaense: um caso de subordinação dos pequenos produtores ao capital industrial	199
---	------------

Claus M. Germer — A “produção familiar” e o suposto fim do lucro e da renda da terra na agricultura dos Estados Unidos ...	233
---	------------

Francisco B. B. Magalhães Filho — Agricultura familiar norte-americana: radiografia de um mito	259
---	------------

Cecília Maria Vieira Helm — Depoimentos de índios Kaigáng sobre o trabalho volante que realizam no Paraná agrário	271
--	------------

HISTÓRIA & EDUCAÇÃO

Maria Auxiliadora M. S. Schmidt e Roberto Filizola — Fundamentos para o ensino da História e da Geografia no primeiro grau	287
---	------------

PESQUISAS: PROJETOS E COMUNICAÇÕES

Maria Lucia Lamounier — Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879	293
--	------------

Iraci del Nero da Costa e Horácio Gutiérrez — Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná (1830)	313
---	------------

NOTAS DE LEITURA	323
-------------------------------	------------

NOTÍCIAS DA APAH	337
-------------------------------	------------

Apresentação

História ou “Memória”? Ao ler os artigos que compõem este número da **Revista História: Questões e Debates**, para preparar esta apresentação, fui retido pelo artigo do professor Carbonell, sobre o livro de G. Orwell, 1984. Numa lúcida análise sob o ponto de vista do historiador, este artigo aborda a questão, para mim fundamental, da construção das memórias coletivas e individuais como a estratégia básica da dominação social. Fui levado a refletir sobre a grosseira simplificação do conceito de “memória”, e os problemas de sua identificação com o de “História”, nos inúmeros “Projetos Memória”, “Casas da Memória”, “Setores de Memória” municipais, e outros, que surgido nos últimos anos em todo o Paraná.

Aparentemente uma manifestação de amadurecimento dos órgãos oficiais de cultura e de respeito pelo passado coletivo, estes movimentos de “memória” merecem um pouco mais de atenção por partes dos historiadores, no que diz respeito a seus pressupostos básicos. De minha parte, sou tentado a comparar este relacionamento entre História e “Memória” com o que acontece, no âmbito da Antropologia, com o Folclore.

Parece-me que os pressupostos que permitem, por exemplo, que sejam arrasadas a cultura e a sociedade indígenas, ficando-se somente com o “folclore de nossos índios”, apagando-se neste processo toda reflexão sobre as lutas e violências cometidas contra o objeto de estudo dos folcloristas, são

os mesmos pressupostos que fazem com que, nos “Projetos Memória”, possa-se reduzir a História ao alegórico, ao curioso, ao afetivo, colocados num passado ideologizado e distante. Assim como no folclore, o processo Histórico é congelado e purificado de todo traço revelador das diferenças e dos conflitos, pois a intenção clara é a de fabricar, na História, uma **identidade**: a unificação de todos, por um passado comum, numa única e fraterna “comunidade”, projeta, na mesma lógica, um futuro também comum, do qual as lutas e diferenças serão necessariamente abolidas, pois são antinaturais e a-históricas.

O que se vê, portanto, é a mesma velha história oficial, das ideologias vencedoras, glorificadora do **status quo**, controladora do passado, mistificadora e mitificadora, agora travestida de “memória”, justificada até mesmo por historiadores como uma saudável e bem-vinda preocupação coletiva com a história.

Como o demonstram claramente os artigos componentes desta Revista, a Associação Paranaense de História situa-se num campo oposto. A APAH, em sua Revista, busca a valorização da História como crítica e reflexão, numa aproximação multidisciplinar, procurando recuperar a noção de **processo**, onde as transformações e mudanças são a medida das permanências. Para nós, historiadores, tal postura é fundamental e necessária: se abdicarmos de nosso papel de instigadores de debates e reflexão, só nos restará o caminho da folclorização através dos “Projetos Memória”. 1984?

Antonio Simão Neto

O PASSADO NA PROFECIA ORWELLIANA¹

CHARLES-OLIVIER CARBONELL

Professor de História Contemporânea da Université Paul Valéry, Montpellier — França, Professor de Ciência Política do Institut d'Etudes Politiques, Toulouse — França.

RESUMO

Visto pelo historiador, *1984* é um romance historiográfico no qual é chamada a atenção para a importância e para os riscos da manipulação da história e pela história. O romance conta as relações contraditórias do indivíduo e da coletividade com seu passado, descreve o combate entre a memória individual, debilitada e impotente, e a memória coletiva, condicionada pela fabricação de uma história continuamente reescrita.

Alguns meses antes de desaparecer, George Orwell anunciava a seus contemporâneos um funesto encontro, ao qual, felizmente, pudemos comparecer, e em grande número, no presente ano.

Aniversário singular! Não se trata, como é comum, de comemorar um acontecimento de outrora ou de há pouco tempo, mas de se interrogar sobre as relações de analogia que pode haver entre o nosso HOJE com este AMANHÃ que foi profetizado ONTEM. O futuro do pretérito é conjugado no presente, nesse jogo em que, pressionado, o tempo balança, rompe-se e se reordena.

¹ Conferência proferida em 18 de abril de 1984 na Société Française de Psycho-histoire, de Paris, por ocasião de um colóquio consagrado ao livro de George Orwell, 1984. Tradução de Jayme Antonio Cardoso.

Contudo, o tempo maior de 1984 não é o futuro (limitado a alguns raros e frágeis devaneios de Winston e Júlia, seus dois heróis principais) nem o presente, mas o passado, parece-me. É em torno da relação que os homens mantêm com seu passado que se envolve e se desenvolve o drama. Relação dupla: a que o indivíduo mantém com seu próprio passado e aquela que a coletividade recebe do Grande Irmão.

A sua maneira, 1984 é um romance proustiano e um romance histórico; um romance proustiano cujo herói seria amnésico, claro, e um romance histórico cuja intriga não estaria na história, no passado, mas na fabricação da história, na recomposição do passado coletivo.

No fundo, 1984 é um romance historiográfico, um ensaio sobre o problema do escrever a história, da historio-grafia. Um romance que se poderia resumir assim: uma consciência individual é despertada pela investigação de uma biografia (e em seguida pela descoberta do amor) e ela morre quando, destruída por uma reeducação, aceita não mais se questionar sobre o grau de verdade de uma história manipulada sem cessar e sempre manipuladora. 1984 conta o combate desigual entre duas memórias, a memória individual, pobre, tênue, incerta, e a memória coletiva, fabricada, uniformizante, “verdadeira”.

Portanto, parece concebível que o historiador da historiografia tenha uma palavra a dizer sobre 1984, tanto quanto o politólogo, o psicanalista, o lingüista...

I — A memória desfeita

Desfeita porque ela se desfez e porque foi vencida. Ao longo de toda sua obra, Orwell multiplica as referências sobre o esforço doloroso. Aliás, é assim que o romance começa. Posicionado fora do campo da teletela, Winston, diz-nos Orwell,

tentou encontrar na memória uma recordação infantil que lhe dissesse se Londres sempre tivera aquele aspecto. Havia existido sempre aquelas apodrecidas casas do sé-

culo dezenove...? Mas era inútil, não conseguia se lembrar: nada sobrava de sua infância, exceto uma série de quadros fortemente iluminados, que se sucediam sem pano de fundo e eram quase ininteligíveis. (p. 9)²

Igual fracasso por ocasião de uma segunda tentativa durante a aula obrigatória de ginástica:

...lutava para recordar-se do período obscuro da infância. Era extraordinariamente difícil. Do acontecido antes de 1960, tudo desbotara. (p. 33-4)

Ora, dirão alguns, não há nada de tão original nisso. No entanto, tudo depende do tempo que a amnésia abrange. Pois bem, no caso de Winston Smith esse período é elevado: uma quinzena de anos! Melhor dizendo (ou, pelo contrário, pior), é bastante reduzida a profundidade do campo da memória balizada. Pensando na sua mulher, Katharine, ele é incapaz de medir a duração que o separa de seu divórcio, nove, dez, talvez onze anos (p. 65).

Tal incapacidade não é própria do herói de Orwell. Um velho que encontrou num bar relembra os velhos tempos e se recorda, por exemplo, de ter usado uma cartola, símbolo do capitalismo, antes da Revolução:

A última vez que usei uma foi no enterro de minha cunhada [conta ele a Winston Smith]. E isso foi... Ah, bom, não sei mais a data, mas foi uns cinquenta anos atrás. (p. 87)

O homem é velho, certo, mas é falante. Contudo, Smith não pode tirar nada de seu testemunho. Ele constata que

a memória do velho não passava de um monturo de pormenores à toa. Poderia interrogá-lo o dia inteiro sem obter nenhum dado genuíno. (p. 89)

Júlia, a apaixonada Júlia, é jovem: vinte e seis anos. Mas “Não se recordava de coisa alguma antes de 1960”, isto é,

² As referências são da 17.^a edição brasileira de 1984, tradução de Wilson Vellozo, São Paulo, Nacional, 1984.

antes dos seus doze anos. Quando muito pode, com a ajuda de Winston Smith, reconstituir alguns fragmentos de canções infantis...

O drama de Winston Smith não é apenas o de fracassar em sua revolta, de capitular e de abandonar-se à morte inevitável. Seu drama é o de ser incapaz de conhecer o próprio passado. Todos os seus esforços são inúteis: nem nele, nem fora dele (e Orwell forçou o aparente paradoxo fazendo do personagem um funcionário dos arquivos), nem nas suas memórias ou nas quinquilharias do falso antiquário, encontra elementos suficientes. Sob este aspecto, 1984 é o romance da autobiografia impossível. Eis, de certa forma, a razão pela qual o herói capitula: ausente de si mesmo, amnésico, ele está morto desde quando não pode existir numa duração, único esteio no qual os destinos são talhados.

Certamente, um sonho poderia ajudá-lo; e também uma bola de cristal, símbolo da vidência. Mas, nem uma coisa nem outra, evidentemente, dão a resposta a esta busca, a esta investigação, em que um homem, o último da espécie, está à procura de seu passado.

Esse sonho, um sonho em que nosso herói vê sucessivamente sua mãe e a mulher que ele vai amar, pode nos incitar a uma interpretação psicanalítica de 1984. Eu diria que, pessoalmente, prefiro a interpretação historiográfica, pois o problema de que sofre Winston Smith, até o aniquilamento, não é a recusa de sua infância; pelo contrário, é o esforço consciente e solitário que faz, e que faz em vão, de ressuscitar seu passado assassinado. Quero dizer morto por outros e não por ele mesmo; morto por procedimentos cujo funcionamento Orwell nos revela.

Uma das causas dessas amnésias individuais reside na perda geral de referências cronológicas.

Quando Winston Smith começa a redação clandestina de seu diário, escreve a data, como um aluno aplicado: 4 de abril de 1984. Então, diz-nos Orwell:

Encostou-se no espaldar. Descera sobre ele uma sensação de completo desespero. Para começar, não sabia com a

menor certeza se o ano era mesmo 1984. Devia ser mais ou menos isso, pois estava convencido de que tinha trinta e nove anos, e acreditava ter nascido em 1944 ou 45; hoje em dia, porém, não era nunca possível fixar uma data num ou dois anos. (p. 12)

É bem verdade que esse fenômeno de imprecisão cronométrica afeta tanto a memória coletiva como a memória individual. Por ocasião dos famosos Dois Minutos de Ódio, surgiu na tela a face de Emmanuel Goldstein, o Inimigo do Povo, o Renegado, e, diz-nos Orwell, exprimindo os sentimentos de seu herói:

... há muitos anos atrás (exatamente quantos ninguém se lembrava), fora uma das figuras de proa do Partido, quase no mesmo plano que o próprio Grande Irmão. (p. 16)

Por conseguinte, incerteza que se torna quase amnésia quando, a respeito de um passado muito próximo, ao vago se sucede a ignorância e ao conhecimento, o erro.

Se Winston é um herético, um atípico, Júlia é aparentemente um puro produto do Ingsoc.

Foi choque maior para ele [escreve Orwell] descobrir, por um comentário passageiro, que ela não se lembrava de que, quatro anos atrás, a Oceania estivera em guerra com a Lestásia, e em paz com a Eurásia. (p. 144-5)

Mas aí se trata de uma outra memória, a memória coletiva recomposta sem cessar.

II — A memória fabricada e fabricadora

“Quem controla o passado controla o futuro. Quem controla o presente controla o passado”. O slogan do partido dá a chave do mecanismo totalitário que Orwell denuncia.

A coisa não é inteiramente original. Os precedentes existem na literatura e pululam na historiografia. Antes de Orwell, Wells em *Quando o adormecido despertar* (1899), Huxley em *Admirável Mundo Novo*, Koestler em *O zero e o infi-*

nito, tinham mostrado que a destruição ou a manipulação do passado era um meio de sujeição.

Quanto aos historiadores da história, eles sabem que a reescritura da história tem quase a idade de Clio, musa que entrou bem cedo a serviço de um Príncipe preocupado em assegurar sua legitimidade, em justificar seus empreendimentos, em eliminar seus adversários, em mobilizar seus súditos. Os historiadores da África Negra desconfiam dessas famosas listas dinásticas recitadas pelos **griots**; sabem que prudentes amnésias salvaram a vida de muitos que, no momento de crises políticas, esqueceram o nome de um rei deposto e, por uma falsificação, substituíram-no pelo do pretendente ou do conquistador vitorioso.

Um dos grandes trabalhos aos quais se dedicavam os mandarins do Ofício dos historiógrafos, logo após uma mudança de dinastia, era o de reescrever a biografia do último imperador, multiplicando os presságios celestes de sua ruína e os requisitórios contra suas faltas criminais, louvando os méritos de um sucessor digno depositário do Mandato do Céu...

O que chama a atenção do historiador da historiografia e do politólogo é, de um lado, a implacável análise técnica dessa reescritura da história à qual Orwell se dedica, e de outro lado o papel essencial que este lhe concede no sistema totalitário. A este respeito, Orwell é o primeiro teórico da manipulação da história e pela história.

Perfeição técnica: a “mutabilidade da história” (é a expressão frequentemente empregada) não passa simplesmente por manipulações livrescas. A mentira, a desapropriação (a “vaporização”), a invenção não dizem respeito unicamente, meramente, à obra histórica. Atingem e, por conseguinte, desfiguram irremediavelmente a fonte do conhecimento histórico: os arquivos.

Sabe-se que Winston Smith trabalha no Departamento de Registro do Ministério da Verdade (Miniver), cuja função é “preservar, falsificar e destruir”. Máquina gigantesca, com suas oficinas de impressão, seus sub-editores, seus especia-

listas tipógrafos, seus estúdios cuidadosamente equipados para a “trucagem” das fotografias, seus exércitos de arquivistas, suas fornalhas escondidas.

Da primeira função, clássica e passiva, Orwell nada diz. É mais prolixo a respeito das outras duas, as funções de falsificação e de destruição, das quais analisa quatro operações.

1.^a — A retificação das previsões erradas.

— O *Times* de 17 de março de 1984 publicara um discurso no qual o Grande Irmão predissera uma ofensiva eurasiática contra a África do Norte. E houve a ofensiva, só que contra a Índia do Sul.

— O *Times* de 29 de dezembro de 1983 havia publicado as previsões do Ministério da Fatura. Essas previsões eram desmentidas pelos fatos.

O trabalho de Winston Smith consiste em transformar os erros em não-erros, reescrevendo esses dois artigos. Para tanto, basta mudar algumas palavras e algumas cifras.

Observe-se que ainda aqui Orwell se deleita em baralhar a ordem do tempo. Neste caso, reescrever é ajustar o futuro do passado ao presente.

Se “governar é prever”, a Oceania é governada com perfeição, graças a essa reescritura. A infalibilidade do Grande Irmão não é um dogma, mas uma realidade... fabricada fora de tempo.

2.^a — A conquista do passado pelo partido.

No romance, esta segunda operação não é realizada pelo Departamento de Registro. É pelo e no ensino da história que é feita, como nos indica um diálogo entre Winston e Júlia. Winston aprendeu na escola, “por volta de 1958”, que o Partido inventara o helicóptero. Uns doze anos mais tarde, Júlia aprendeu que, bem antes, ele inventara o aeroplano. E Winston não tinha dúvidas de que o Partido dali a uma geração com certeza se apossaria da máquina a vapor (p. 144).

3.^a e 4.^a — A vaporização e a falsificação.

A terceira operação, o aniquilamento do inimigo interior, é inseparável da quarta, que consiste em tapar os buracos cavados desta maneira. Finalmente, a falsificação tem por

fim “a criação dos mortos” ou, mais precisamente, a invenção de não-vivos.

Desta maneira, desaparecem para sempre uma organização conhecida pelas iniciais C.C.F.F., que fornecia cigarros aos marinheiros das Fortalezas Flutuantes e o seu chefe, Withers, membro eminente do Partido, que de repente caiu em desgraça.

Ao mesmo tempo aparece um não-ser, o camarada Ogilvy, cujo nome e proezas (que terminam por uma morte heróica graças à qual Winston Smith não precisará alongar seu trabalho) substituem o nome e os feitos de Withers.

No entanto, a lógica do sistema quer que se exija a vaporização não como fabricação, mas como correção de um erro anterior. Oficialmente, a C.C.F.F. e Withers é que eram quimeras. Em novilíngua claro-obscura, a mensagem que encarrega Winston Smith do trabalho é assim expressa: times 3.12.83 notícia ordemdia gi dupliplusimbom refs impessoas reescreve compl subsuper prearquivo (p. 45).

As qualidades exigidas de nosso funcionário dos arquivos não são as de um historiador, mas as de um romancista inclinado ao pastiche. Contradição mortal que, talvez, à sua maneira, o casal Winston e Júlia represente; um casal que passa das relações de ódio às relações de amor; Winston funcionário do Departamento de Registro, e Júlia, funcionária do Departamento de Ficção.

Para o historiador, o mais importante não está nessa mistificação. Está naquilo que parece ser apenas um detalhe técnico: a desapropriação de qualquer vestígio da falsificação. O documento dito errado e a ordem de reescritura são ambos jogados no “buraco da memória”. Ah! bela expressão, espécie de lixeira cujos longos tubos subterrâneos levavam ao fogo central do esquecimento.

Portanto, 1984 é um tratado de metodologia, à sua maneira; um *Lehrbuch* que toma ferozmente a direção inversa dos célebres manuais do final do século XIX, o *Grundriss* de Droysen, o *Lehrbuch* de Bernheim, o *Introduction aux études historiques* de Langlois e Seignobos.

Porém, 1984 é bem mais do que isto: é um ensaio sobre o fim da História. Quero dizer, ao mesmo tempo, o fim de uma historiografia definida como verdadeiro conhecimento do passado e o fim de um passado objetivo, dissolvidos num idealismo absoluto (o mundo como representação) e num relativismo sem fim.

Daí a angústia de Winston Smith, que brota ao longo das páginas na insistência dos aforismos orwellianos, no **tempo** lancinante do fim dos tempos e do fim do tempo.

Tudo se fundia na névoa. O passado era raspado, esquecida a raspagem, e a mentira tornava-se verdade. (p. 74)

O passado não podia apenas ser modificado, podia ser mudado continuamente. (p. 78)

Como era possível dizer onde acabava a verdade e começava a mentira? (p. 72)

Fazer tal pergunta é saber ainda o que é mentira, é pertencer a um mundo acabado, como Winston. A pergunta é formulada diferentemente na Oceania: Que fazer para ser feliz? Viver? Sobreviver? E a resposta que Winston é “convidado” a descobrir (e que ele descobre) é: Não se questionar sobre a relação verdade-mentira.

O drama de Winston (que constitui o essencial da intriga) é o de se ter questionado e, acidentalmente, ter tido a possibilidade de respondê-la como historiador.

III — A luta das duas memórias

A revolta do historiador contra o falsário constitui a trama do drama. Revolta dilacerante, pois que opõe o falsário que participa da fabricação da memória coletiva ao indivíduo que se lembra, que não pode deixar de se lembrar.

As circunstâncias em que eclode o conflito entre as duas memórias são conhecidas. Smith rememora um incidente antigo de “dez ou onze anos”. Ele tivera entre suas mãos um documento não destruído, uma meia página do **Times** precisamente datada, na qual reconhecia a fotografia de alguns dirigentes do Partido, reunidos em Nova York. Denunciados

como traidores, durante o processo confessaram ter ido à Sibéria naquela data para entregar segredos ao Estado-Maior Eurasiano; por conseguinte, tinham sido executados e os livros de história registravam esta segunda versão.

Só havia uma conclusão possível: as confissões eram falsas. Naturalmente, isto em si não era nenhuma descoberta. Nem Winston imaginara que as pessoas suprimidas nos expurgos houvessem de fato cometido os crimes de que eram acusadas. Mas ali estava prova concreta; era um fragmento do passado abolido, como um osso de fóssil que surge numa camada errada e destrói uma teoria geológica. Seria suficiente para fazer o Partido se esbarrandar, se fosse possível publicá-la e tornar conhecida do mundo a sua significação. (p. 77)

Na época, Winston Smith, tremendo, havia ocultado o documento das vistas da teletela e depois jogou-o no buraco da memória. “Hoje, talvez, tivesse guardado o recorte.”

Era curioso que o fato de tê-lo entre os dedos lhe parecesse fazer tanta diferença, agora que a fotografia propriamente dita, e o acontecimento que registrara, não passavam de recordações. (p. 77)

Na verdade, esse incidente não era nenhum acidente. Era uma armadilha concebida por O'Brien para despertar e destruir as veleidades de revolta que descobrira em Smith. É também a respeito desse episódio que se desenvolve o diálogo final entre eles e que se pode resumir assim:

[O'Brien:] Acreditavas ter visto prova documental inconfundível... Houve uma certa fotografia em torno da qual construiste uma alucinação. Acreditavas tê-la tomado nas mãos. A fotografia era mais ou menos assim.

E O'Brien mostra a W. Smith essa famosa foto do *Times*.

- Existe! [grita este.]
- Não. [Responde O'Brien, jogando-o no buraco da memória.] Cinza. Nem mesmo cinza identificável. Pó. Não existe. Nunca existiu.
- Mas existiu! Existe! Existe na memória. Eu me lembro. Tu te lembras.
- Não me lembro. [Afirmou O'Brien.]

A seguir, o diálogo se eleva a alturas metafísicas.

[O'Brien:] O passado existe concretamente, no espaço? Existe em alguma parte um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda acontece?

— Não.

— Então onde é que existe o passado, se é que existe?

— Nos registros. Está escrito.

— Nos registros. E em que mais?

— Na memória. Na memória dos homens.

— Na memória. Muito bem. Nós, o Partido, controlamos todos os registros, e controlamos todas as memórias. Nesse caso controlamos o passado, não é verdade?

— Mas como podes impedir que a gente se lembre das coisas? [Exclamou Winston.] — É involuntário. Está fora do indivíduo. Como podes controlar a memória? Não controlaste a minha!

E a resposta de O'Brien dá ao mesmo tempo a solução, o remédio e a conclusão da obra:

— Mas eu te digo, Winston, a realidade não é externa. A realidade só existe no espírito, e em nenhuma outra parte. Não na mente do indivíduo, que pode se enganar, e que logo perece. Só na mente do Partido, que é coletivo e imortal... É esse o fato que deves reaprender, Winston. Exige um ato de autodestruição... (p. 229-31)

Assim, à imagem do funcionário do Departamento de Registro que é, W. Smith, enquanto indivíduo, é levado a servir-se do buraco da memória, a rejeitar lembranças verdadeiras de sua própria memória, a aniquilar seu passado, sem substituir as imagens e os episódios "sonhados" por outras imagens e outros episódios "verdadeiros".

Diferentemente da memória coletiva, sempre mudada mas jamais empobrecida, a memória individual se empobrece constantemente. O cidadão ideal de Oceania é um amnésico, isto é, um sujeito perfeitamente condicionado, pois que inteiramente despersonalizado.

Igualmente, a verdadeira morte de Winston Smith não é esta inelutável morte física causada por uma "bala tão esperada que lhe penetrava na nuca", última evocação do romancista e de seu herói; ela é anterior a esse retorno ao Minis-

tério do Amor de um Smith curado; ela está nessa cura, ela é esta cura, a saber, esta indiferença quebrantada que manifesta um homem face à sua própria memória; esta consciência de uma vaidade ao distinguir o verdadeiro do falso, fora de si como em si.

Releiamos as últimas páginas de 1984:

Sem que a chamasse, uma lembrança lhe voltou à mente. Viu um quarto iluminado a vela... e ele próprio, com nove ou dez anos, sentado no chão... dia de chuva forte... a irmãzinha... instalada entre travesseiros na cama, e ria... Ele expulsou a cena da memória. Era uma lembrança falsa. De vez em quando era perturbado por essas falsas recordações. Não tinha importância, contanto que soubesse do que se tratava. Algumas coisas tinham acontecido, outras não. (p. 275-6)

O estágio supremo é atingido; o círculo, fechado; o romance, concluído, cujo tema principal era a memória desfeita e a memória fabricada, como dissemos ao iniciar. Memória individual e memória coletiva são afligidas pela mesma marca da indeterminação absoluta. O “método” do falso-verdadeiro gera o não-pensamento e por conseguinte a não-história. A consciência da impotência para distinguir o verdadeiro do falso acaba por provocar a inconsciência do sujeito e sua transformação em objeto.

Assim é 1984: um drama sobre o homem historiador de si mesmo e de seu grupo; um ensaio sobre a condição humana definida pela faculdade e pela vontade de se lembrar. O homem é um animal dotado de uma memória cultural dupla, a sua e a de sua espécie. Logo, o verdadeiro poder totalitário é aquele que consegue controlar uma e outra; a segunda, fabricando-a sem cessar (e aí Orwell não inventa, pois é bem essa a tentação de cada Príncipe face a Clio e a seus servidores); a primeira (que por natureza escapa a toda reestruturação), desacreditando-a, aniquilando-a. E aqui, em compensação, Orwell se torna profeta. Permita o futuro incerto que sua obra permaneça pura ficção.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ORWELL, G. 1984. São Paulo, Nacional, 1984.

PARA UMA HISTÓRIA DO CAMPEPINATO: PRODUÇÃO FAMILIAR E CAPITALISMO

MARIONILDE DIAS BREPOHL

Técnica do IPARDES — Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social — Fundação
Edson Vieira e Professora de História na Faculdade
Católica de Administração e Economia.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar os quatro textos subseqüentes, que se constituem num conjunto de reflexões sobre a produção familiar, e ao mesmo tempo lançar algumas hipóteses que levem os historiadores a repensar seu campo de análise no que concerne à temática em questão.

Os quatro artigos que se seguem, e que mereceram especial atenção neste volume, tratam de um tema de grande relevância para a agricultura: a produção camponesa, ou como ela é chamada mais freqüentemente no Brasil, a pequena produção familiar.

Trata-se de um objeto que suscita inquietações teóricas antigas e politicamente intermitentes, tanto para os cientistas sociais, como para aqueles responsáveis pela implementação de políticas agrícolas.

No Brasil, a partir de 1964, o modelo agrícola implantado se incumbiu de realizar um elevado grau de tecnificação com aumentos de produtividade no meio rural, a concentração da posse da terra e a articulação profunda ao complexo agro-industrial. O elemento chave que viabilizou tais transforma-

ções foi a opção por culturas de exportação de alta rentabilidade, com o apoio direto do Estado.

Com a crise econômica, iniciada “oficialmente” em 1973, os diversos órgãos de planejamento se defrontam com o outro lado da moeda desta política econômica: o desemprego no meio urbano, a emergência de uma massa de trabalhadores qualificados como bóias-frias, problemas ecológicos engendrados por uma tecnificação desordenada e ainda as crises de abastecimento.

Para atenuar tais resultados, recorre-se ao discurso da produção camponesa, responsabilizada *ad referendum* pela contenção ao êxodo rural, o fornecimento de produtos alimentares básicos a baixos preços e como reserva ecológica à margem de um sistema de exploração depredador da natureza.

Estes imperativos levam a que cientistas sociais de diferentes tendências passem a procurar entender o espaço da produção camponesa no interior do sistema capitalista periférico e dependente, como é o caso do Brasil. Principalmente em virtude do feliz casamento entre Ciência e Estado, os estudiosos do campesinato procuram detectar a “função” e viabilidade da produção familiar.

Para a ciência econômica, importa entre outras variáveis compreender qual sua estrutura produtiva, sua inserção no mercado, na formação de preços e de renda. No campo político, questiona-se sua capacidade de mobilização enquanto segmento de classe trabalhadora, partindo-se da premissa de sua posição de subalternidade em relação aos movimentos políticos urbanos. Na demografia, proliferam-se pesquisas sobre as migrações, quedas nas taxas de natalidade, diminuição da expectativa de vida, etc.

Estes trabalhos, entre muitos outros, fazem-se acompanhar por pesquisas sobre a estrutura fundiária; seu grau de concentração, implicações na composição da força de trabalho, etc.

O objetivo deste texto introdutório é que, a partir da leitura dos trabalhos subseqüentes, fomenta-se uma reflexão

acerca das possibilidades de análise histórica nos quadros interpretativos da agricultura e, mais particularmente, da produção camponesa.

Sem pretender dar uma resposta sobre a contribuição possível do historiador neste contexto, e sem pretender tampouco afastar a História dos temas acima mencionados, buscaremos nesta pequena apresentação levantar uma de nossas inquietações no que se refere à produção intelectual burguesa sobre o campesinato, onde obviamente a História e as demais ciências se incluem.

Os debates que se estabeleceram em torno da produção camponesa trazem consigo, como já foi dito, um dilema teórico, postulando, de um extremo, as interpretações que prevêem seu desaparecimento, e por outro, o entendimento de que a mesma sofre um processo de redefinição e expansão. Por trás deste dilema teórico, imbricam-se diversas tendências ideológicas, tanto de direita como de esquerda, que enxergam na produção familiar condição ou obstáculo para o desenvolvimento capitalista.

Sobre tal polêmica é que se desenvolvem complexas correntes de análise, que importa, ainda que de forma breve, resgatar.

Os estudos referentes ao campesinato se realizaram primeiramente sob duas bases principais.

A primeira, decorrente da divisão cada vez mais definitiva entre campo e cidade, reportou-se às noções subsequentes sobre este segmento ao enfoque cultural e etnocêntrico, onde o camponês foi entendido como um elemento tradicional dotado de uma cultura específica e forjada internamente (*Volkskultur*), responsável pelo folclore regional — em anteposição ao indivíduo urbanizado, descaracterizado, com valores uniformes. Tais representações se iniciam com a revolução industrial e possuem seguidores até os dias de hoje, principalmente na Antropologia e Sociologia norte-americanas.

A segunda é resultado do enfoque marxista clássico, possuindo estas duas ramificações principais:

- 1 — O entendimento da produção camponesa como um modo de produção secundário (modo de produção mercantil simples), subordinado ao modo de produção capitalista, analisado, dentre outros autores, por Paul Sweezy.¹
- 2 — Como formação econômico-social européia do século XIX, em processo de transição, cuja tendência seria de absorção pelo capitalismo.²

Destes dois enfoques depreendem-se duas direções antagônicas para o campesinato:

- a) a consideração da pequena produção como economia específica, a partir do critério de sua autonomia estrutural enquanto unidade; segundo ARCHETTI³, o camponês é entendido como tal a partir de seu acesso à terra, ou pela propriedade ou por algum outro tipo de usufruto. A força de trabalho é basicamente familiar e se verifica a economia de subsistência, ainda que se possa estabelecer algum vínculo eventual ou permanente com o mercado. Archetti também aponta para um certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, nas decisões sobre a escolha dos produtos de cultivo, tecnologia e sobre o destino do excedente;
- b) a sua definição partindo do caráter dependente da unidade ante outros grupos sociais, que poderiam ser a burocracia estatal, os segmentos sociais do meio urbano, os grandes produtores. Tal dependência se aprofundaria com a intensificação das relações mercantis, constituindo-se o campesinato no elo mais fraco desta intermediação.

O desdobramento destas correntes interpretativas foi destacado por Shanin⁴, que as apresenta em 4 vias distintas:

1 SWEETZY, Paul et alii. *Do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977. p. 19-57.

2 LENIN, V.I. *O capitalismo na agricultura* in: GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena (coord.) *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 81-126.

3. Cf CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. p. 136.

4 Cf CASTRO, Ana Célia et alii. *Evolução recente e situação da agricultura brasileira: síntese das transformações*. Brasília, BINAGRI, 1979. p. 63 e seguintes.

- 1 — A via marxista ou via camponês parcelar, como elemento residual de formações pré-capitalistas, tendendo ao desaparecimento;
- 2 — o enfoque da Antropologia Cultural americana e européia, que tende a interpretar os pequenos produtores como representantes de uma tradição mais antiga, portadores de uma inércia, que os leva a resistir a quaisquer mudanças (ainda que de maneira implícita, coloca-se que tais tendências se dão preponderantemente nas instâncias superestruturais, diretamente na esfera econômica. O *farmer* norte-americano ilustraria este fenômeno);
- 3 — via chayanoviana, que entende o camponês como um tipo específico de economia, com mecanismos próprios de operação na base produtiva;
- 4 — dualismo estrutural, um desdobramento da corrente postulada por Durkheim, que antepõe ao tradicional (uniforme, coeso) o moderno (dinâmico, onde a divisão do trabalho supõe a necessária interação com o mercado).

O camponês seria um representante deste atraso.

Estas matrizes teóricas levam-nos a constatar que, à exceção de Chayanov, todas as demais correntes apontam para uma clara e precisa situação de subordinação da sociedade camponesa, subordinação esta que incapacitaria inclusive esta força social de interferir tanto no seu processo de desaparecimento (descampesinização) como seu fortalecimento (recampesinização).

Trata-se portanto de uma sociedade onde seus atores são elementos alheios às principais determinações de sua vida material.

Parece-nos que uma primeira explicitação que se aguarda do historiador diz respeito à gênese desta estrutura, bem como sua dinâmica na sociedade brasileira. Neste tocante, a obra de Georges Duby⁵ se configura um importante exemplo nesta direção, para o caso da História camponesa européia.

5 DUBY, Georges. *Guerreiros e camponeses*. Lisboa, Estampa, 1980. 254 p.

Este autor estabelece o século XII como marco cronológico para o início do desenvolvimento econômico agrícola, realizado pelo trabalho camponês, cujos resultados vão de encontro às aspirações de uma aristocracia militar — preocupada com a ostentação e a riqueza.

O fortalecimento da economia urbana, explicado entre outros fatores pelo crescimento demográfico e a melhoria das condições edafoclimáticas, encarregam-se de subordinar o trabalho agrícola. A motivação do lucro rechaça o espírito da liberalidade e da luxúria, que perde seu sentido para o espírito da ascese e da poupança.

Os marcos legais são responsáveis pela gradativa porém definitiva pressão das atividades econômicas sobre as não-econômicas, na constituição de uma massa de trabalhadores — os camponeses, e de uma categoria de guerreiros responsáveis pelas trocas.

Esta sociedade tradicional, já empobrecida no período feudal, assistirá à conversão da terra em mercadoria na modernidade, o que entendemos ser uma das formas que se responsabilizam por consolidar e dar sentido ao desenvolvimento do capitalismo. A terra, para a sociedade burguesa, precisa se tornar um objeto negociável, e o produto dela, inserido nos mercados. Além disto, a população rural necessita se transformar de alguma maneira em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento.

A persistência de parte desta camada tanto na Europa como na América acompanhará todo o desenvolvimento capitalista: atitudes mentais, comportamento demográfico, base produtiva, inserção do mercado e outras variáveis têm adquirido diferentes colorações em cada país ou região.

Estas especificidades se constroem de acordo com as diferentes formas de intervenção e diálogo do Estado com as organizações de defesa econômica e de representação política do segmento camponês.

Na Europa e nos Estados Unidos, este segmento sofre um processo de diferenciação sócio-econômica, rumo à empresarialização (para cima) e à proletarianização (para baixo);

o relativo equilíbrio mantido entre emprego e população economicamente ativa pode ser explicado pela relativa lentidão a partir da qual esta diferenciação se opera naqueles países.

No Brasil, os estudos referentes à gênese do campesinato, bem como suas transformações e articulações ao sistema global, são profundamente marcados por uma convicção⁶: de que este segmento se situa às margens da sociedade.

José de Souza Martins afirma que o campesinato no Brasil se caracteriza pela exclusão deste no pacto político.

Ele é, num certo sentido, um excluído. É assim, excluído, que os militantes, os participantes e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando retardatário ao debate político.⁷

Esta exclusão, segundo o autor, não se limita à sua ação política, mas também define

o lugar do camponês no processo histórico... Ausente da apropriação dos resultados objetivos de seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado.⁸

Esta posição ideológica transfere os movimentos camponeses das mãos do intelectual (que os desconhece ou os concebe como movimentos pontuais) para as mãos da polícia paralela e a polícia militar.

Por estas razões, entendemos que a maioria das análises da produção familiar oscilam entre dois procedimentos: estudos de sua lógica interna com um fim em si mesmo ou de sua articulação ao sistema capitalista como dependentes e marginais. Sem querer negar tal dependência, pois se trata de um raciocínio efetivamente correto, perguntamo-nos como se comportariam estes homens se se tornassem cidadãos. Os camponeses de França, Polônia e China nos sugerem um destino menos fatalista.

6. Excetuamos aqui obras como as de FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Editora Universidade São Paulo, 1969. e CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. 210 p.

7. MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 25.

8. MARTINS, J. S. p. 25.

Uma outra referência de análise fundamental é o fato de que estamos diante de um Estado não mais definido pelas regras do capital concorrencial, mas do capital monopolista. Um Estado que interfere diretamente nos movimentos e conflitos das sociedades, seja para eliminá-los fisicamente, seja para incorporá-los ao processo produtivo, via reforma agrária ou política econômica que subsidie minimamente o progresso técnico, seja para eliminar parcial ou integralmente a propriedade privada e promover a produção coletivizada.

Aí, nós temos uma mudança substancial: o camponês no Brasil deixa de se confrontar com o latifundiário e passa a dialogar diretamente com o Estado: base legal, sindicalismo atrelado, propaganda de divulgação tecnológica, são canais de drenagem destes conflitos.

O progresso técnico, na atualidade, requerimento de um Estado propugnante do desenvolvimento industrial, é uma ameaça maior ao camponês do que a detenção da propriedade privada da terra em mãos dos latifundiários.

É portanto imperativo que a História dê conta de explicitar esta estrutura, engendrada de maneira específica no período colonial, e que sofre mudanças constantes na atualidade. Importa também aclarar seus mecanismos mais nevrálgicos, e para tanto requerem-se os estudos de conjuntura. Tais análises não levariam necessariamente à defesa do rural, numa condenação tácita e inconseqüente do processo técnico; o que precisa se evidenciar é a sociedade camponesa em movimento.

Detectar o nível de consciência que esta sociedade tem a respeito de si, de sua condição de subalternidade, de sua condição de trabalhadores diferentes dos demais, porém tão pobres quanto eles, seu apego pouco romântico ao trabalho ou à terra, são temas que desvendam a real capacidade desta população para interferir no processo histórico.

Não podemos nos dar ao luxo de correr o risco de, mais uma vez, isolarmo-nos das lutas concretas destes trabalhadores, quer no plano político ou econômico. Elas nos surpreenderão, a nós, peritos no discurso das mudanças e rupturas das sociedades.

Lembro-me do raciocínio de Foucault num debate em que ele dissertava sobre as estruturas que se interiorizavam e se internalizavam, em cada época, nos seus indivíduos:

Nos séculos anteriores, o camponês era escravo da fome; no século XIX, ele é escravo da lei.

Para o século XX, eu me atreveria a acrescentar: se o progresso técnico o destitui da condição de detentor dos seus meios de produção, a memória de excluído lhe imputa o credo de sua própria incompetência.

Os trabalhos desta sessão, os quais nos propusemos a apresentar, suscitam, no meu entender, elementos interessantes como objeto de análise para a História.

No primeiro artigo, trabalha-se a integração da avicultura ao capital industrial, onde se desenvolvem mecanismos de dominação que possibilitam um maior estreitamento da produção agrícola à produção industrial. Dispensa-se que o camponês se transforme num trabalhador assalariado para servir à indústria. Integra-se este trabalhador aos padrões de acumulação através de meios que facilitem sua adesão, sem incorrer-se no risco de qualquer prática reivindicatória. Isolados em suas propriedades, trabalham para as indústrias sem que estas arquem com o ônus do trabalho urbano (salário, greves, previdencialização, etc.).

Os segundo e terceiro artigos dizem respeito à agricultura norte-americana e o mito da persistência da agricultura familiar, como se esta fosse tolerada ou até estimulada num país capitalista, onde os Estados Unidos são o exemplo maior. No texto de Claus Germer, à luz da teoria da renda fundiária, desmistifica-se tal tendência, e no de Francisco de B. B. Magalhães, trabalha-se este mito como um herói necessário num discurso que oculta sua eliminação gradativa, própria de uma sociedade democrático-burguesa, no capitalismo avançado.

Finalmente, um estudo de caráter etnográfico constitui a contribuição do antropólogo no seio da discussão acerca da produção familiar que também é a produção indígena realizada em suas parcelas.

Se tais estudos provocarem alguma inquietude entre os historiadores comprometidos com este campo de análise, creio que atingiremos os objetivos desta revista, quando se propôs a elaborar esta sessão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses**. Lisboa, Estampa, 1980. 254 p.
2. CASTRO, Ana Célia et alii. **Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações**. Brasília, BINAGRI, 1979. 270 p.
3. GROSSI, Francisco Vio. Economias camponesas, cambio agrário y movimientos campesinos en America Latina. in: **Comercio Exterior**, v. 30. n.7, p. 699-708.
4. HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 343 p.
5. LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C.Teixeira da. **História, da agricultura brasileira. Combates e Controvérsias**. São Paulo, Brasiliense, 1981. 170 p.
6. MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981. 185 p.
7. VILAR, Pierre. **Desenvolvimento econômico e análise Histórica**. Lisboa, Presença, 1982. 272 p.
8. ———. Economia campesina? in: **Introducción al vocabulario histórico**. Madri, Grijalbo, 1978. p. 267-315.
9. ———. El metodo histórico. in: VILAR, Pierre e FRANKAEL, B. **Althusser, metodo histórico y historicismo**. Anagrama, Barcelona, 1972. 75 p.

INTEGRAÇÃO NA AVICULTURA NO SUDOESTE PARANAENSE: UM CASO DE SUBORDINAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES AO CAPITAL INDUSTRIAL*

ALDAIR TARCÍSIO RIZZI

Técnico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento
Econômico e Social — IPARDES — Fundação Edson
Vieira.

RESUMO

Ao capital industrial impõem-se algumas barreiras para que este atue na esfera específica da produção agropecuária. Entretanto, desenvolve alguns mecanismos de dominação que lhe possibilitam, sem aplicação direta do capital, garantir o fornecimento da matéria-prima com padrão e qualidade necessária para o processamento industrial, permitindo assim manter o nível de concorrência que se estabelece no mercado consumidor.

O caso da avicultura, altamente industrializada e com elevado grau de desenvolvimento tecnológico, constituiu-se num exemplo típico de transferência da atividade criatória ao pequeno produtor agrícola integrado e sobre o qual a indústria mantém o exercício da dominação.

A partir da observação das relações sócio-econômicas que se estabelecem, percebe-se o papel subordinado desempenhado pelos pequenos produtores integrados ao processo de acumulação de capital do complexo avícola, representado pelas agroindústrias abatedouras de aves localizadas no sudoeste paranaense.

A dominação do capital industrial se faz sentir na medida em que atua também como capital comercial e se constitui em verdadeiro monopsonio e monopólio tanto na venda dos meios de produção como na posterior aquisição

* Esse artigo tem por base a dissertação de mestrado — O Capital Industrial e a Subordinação da Pequena Produção Agrícola: o complexo avícola no Sudoeste Paranaense —, apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional — CEDEPLAR/UFMG —, em 29 de fevereiro de 1984.

do produto final. Assim, conforma-se um circuito restrito no fluxo das matérias primas, tanto em direção ao produtor integrado como no sentido contrário. Esse último circuito, embora envolvido nas determinações de todas as relações sócio-econômicas que se estabelecem entre produtor integrado e indústria, concretiza a essência do processo da integração, transfigurada na fixação do excedente monetário que fica retido junto ao produtor integrado.

Por outro lado, os pequenos produtores agrícolas integrados inserem-se no processo de acumulação de capital, aspirando tanto ao progresso econômico e ascensão a outra classe de produtores, como também procuram reestabelecer o nível da renda anterior, deteriorada em função de uma política agrícola dirigida principalmente às culturas de exportação.

Introdução

A questão da subordinação da pequena produção agrícola ao capital industrial deve ser entendida num contexto mais amplo do processo de desenvolvimento capitalista. Ela assume contornos complexos em função da multiplicidade das formas, causada pelo próprio movimento do capital que se estende diferencialmente tanto em tipos de produtos como em regiões geográficas distintas.

Não se pode perder de vista que o setor agropecuário mantém extrema vinculação e interdependência com o setor industrial, sofrendo as determinações do capital atuante nessa esfera, que se impõe como fração hegemônica do capital social, cuja dinâmica de reprodução ampliada incorpora as inovações tecnológicas como variável de fundamental importância.

Deve-se observar que a difusão do progresso técnico tem como força motriz o nível de concorrência que se estabelece entre os capitais industriais, levando ao surgimento e consolidação de grandes empresas e acelerando o processo de concentração e centralização. As inovações tecnológicas — tanto a nível de processos produtivos como nos produtos finais de consumo — acirram a concorrência inter e intracapitais dos ramos de atividade econômica e contribuem de forma decisi-

va à intensificação da acumulação de capital, ampliando o domínio do capital sobre o trabalho.

Na agricultura, que de um lado recebe insumos modernos para a produção e, de outro, fornece grandes massas de produtos *in natura* para processamento industrial, onde atuam grandes agroindústrias estruturadas em mercados tipicamente oligopólicos e oligopsônicos, o progresso técnico desempenha o papel que lhe é conferido ao nível geral da economia capitalista. Seu objetivo fundamental, por meio de pesquisas das grandes empresas, muitas vezes amparadas pelo investimento estatal, é aumentar a produtividade do trabalho, bem como abrir espaços à aplicação de capital.

Uma das principais inovações tecnológicas se relaciona com as alterações da natureza das plantas e animais, com mudanças em seus ciclos biológicos, o que reduz sensivelmente o diferencial existente entre tempo de trabalho e tempo de produção, persistente na maior parte do setor agropecuário, e eliminando algumas barreiras que se antepõem à aplicação de capital.

Dessa forma, a avicultura industrializada constitui o que há de mais moderno e serve como exemplo típico dessas inovações, pois, por intermédio do progresso técnico, traduzido no melhoramento genético, obteve-se uma extraordinária redução no ciclo biológico das aves, com total transformação de seus aparelhos reprodutores.

O melhoramento genético representa efetivamente o núcleo da produção avícola industrial e determina o conjunto de processos posteriores de alimentação e cuidado das aves, desencadeando a geração e o desempenho do novo processo de acumulação de capital.

O processo de modernização agrícola implementado no Brasil, no início dos anos 60, e o aumento do grau de internacionalização da economia brasileira trouxeram a consolidação do que se convencionou chamar de complexo agroindustrial, por compreender um conjunto de atividades interligadas e estender o domínio do capital industrial sobre um maior número de atividades do setor agropecuário, que passaram a manter extremo vínculo com a indústria.

No bojo dessas transformações, forma-se o moderno complexo avícola industrial, no qual se inserem inúmeras atividades complementares, isoladas ou agrupadas por meio da centralização de capitais — integração vertical/horizontal —, justificando essa referência e eliminando, em grande parte, a antiga avicultura de “fundo de quintal”.

Assim, no contexto do desenvolvimento tecnológico e expansão do capital em direção ao agro, em geral ao setor avícola em particular, é que se insere a pequena produção com o caráter subordinado de sua atuação.

Nesse sentido, esse artigo visa contribuir ao entendimento da subordinação de pequenos produtores agrícolas, tratando de um caso concreto, específico a um tipo de produto e a uma região que apresenta essa manifestação de penetração do capital industrial. Trata-se da região do sudoeste paranaense onde se instalaram recentemente duas grandes agroindústrias abatedouras de aves, pertencentes aos grupos Sadia e Chapecó, que desenvolvem o esquema de integração junto aos pequenos produtores agrícolas.

1. Transferência da atividade criatória das aves ao setor agropecuário

Em que pesem as transformações ocorridas na avicultura, tornando-a uma atividade altamente industrializada, com a formação de grandes blocos de capitais, a produção de frango de corte, isto é, a criação para o abate, especificamente, é transferida ao setor agropecuário. Os capitais atuantes no complexo avícola, representados aqui pelas agroindústrias integradas — vertical e horizontalmente —, preferem se manter em outras esferas de produção, deixando a de frango de corte aos produtores inseridos no funcionamento das atividades estreitamente vinculadas pelas suas complementaridades.

Essa transferência, logicamente, não pode ser vista como uma questão de simples repasse de operações de atividades entre os agentes envolvidos no complexo avícola. Antes, deve-se compreendê-la como atividade envolvida com uma série de fatores que atuam na essência dessa determinação e que

fogem ao tratamento simplista da racionalidade individual. O entendimento dessa questão se encontra no bojo do próprio movimento do capital e no contexto mais amplo das definições da divisão do trabalho, determinado pelo capital industrial que encontra algumas barreiras à aplicação direta de capital no setor agropecuário em geral.

Nesse contexto, deve-se verificar que um dos principais limites que se antepõem ao capital industrial para a conveniência de aplicação direta na exploração agropecuária diz respeito à existência de um diferencial entre o tempo de trabalho e o tempo de produção. O distanciamento maior ou menor entre tempo de trabalho e tempo de produção irá determinar o tempo de rotação do capital, influenciando para que o capital, dinheiro adiantado, reponha-se acrescidamente, com maior ou menor rapidez. Desconsidera-se aí o tempo de circulação que se admite igual a zero, isto é, o produto acabado se realiza imediatamente após o processo de produção.

Os efeitos dos deslocamentos interferem na lucratividade do ramo, em maior ou menor grau, dependendo da magnitude dessa diferença; onde, por exemplo, a diferença for grande, a lucratividade tende a ser mais baixa, pelo fato de que no intervalo dos dois tempos se torna forçosa a ociosidade dos capitais até a realização da mercadoria. Isso tanto para o capital fixo, que, embora seja utilizado normalmente em mais de um período de rotação, incorpora menor parcela de seu valor e reflui com menor rapidez como capital-dinheiro, como e principalmente para o capital circulante constante (matéria-prima e materiais secundários) e para o variável (força de trabalho). Assim, percebe-se que, quanto mais prolongado for o tempo de rotação do capital, menor será a lucratividade, em função da sua ociosidade.

Devem-se agregar ainda, como fatores que influenciam na não-aplicação direta de capital pelas agroindústrias na exploração agropecuária, as condições de controle da natureza. Os riscos climáticos inerentes às atividades agropecuárias exercem papel importante na determinação de maior ou menor distanciamento entre tempo de trabalho e de produção. Da mesma forma, na criação de animais, novas e inesperadas

doenças podem alterar o ciclo produtivo e, por consequência, a rotação e a lucratividade.

Em que pesem alguns mecanismos que atuam como compensação desse diferencial,* o setor agropecuário, de um modo geral, apresenta uma lucratividade menor em relação a outros setores da economia. Na indústria, o desenvolvimento da linha de montagem e seu aprimoramento com o processo de automação e robotização, bem como a ausência de fatores climáticos e biológicos interferindo na produção, tornaram insignificante a diferença entre os dois tempos.

Ademais, as empresas ligadas ao setor agropecuário, que atuam na esfera da industrialização, desenvolvem outros mecanismos, de controle da matéria-prima e apropriação do excedente, sem a necessidade de aplicação do capital-dinheiro no processo de produção, especificamente.

Segundo Moreira, que estende o raciocínio de Müller (em relação às transnacionais), também as empresas nacionais não atuam diretamente na exploração agropecuária:

- a) pelo controle direto ou indireto dos fatores tecnológicos e de desenvolvimento da tecnologia aplicada à agricultura;
- b) pela maior composição orgânica do capital na esfera industrial, permitindo a apropriação de valor excedente pelo processo e mecanismo de formação de preços dos produtos agrícolas e preços de insumos utilizados;
- c) pelo maior controle dos mecanismos de mercados, atuando como oligopsônios frente aos produtores;
- d) pelo controle relativamente maior dos mecanismos de crédito;
- e) pelo maior poder político na determinação dos níveis de preços e insumos que adquire;
- f) pela imposição ideológica, via vários mecanismos¹.

* É o caso, por exemplo, da existência de subsídios ao setor agropecuário que exercem função de compensação na aplicação de capital. Outro aspecto diz respeito à utilização de força de trabalho nas fases em que se exige maior intensidade para, logo em seguida, dispensá-la, e posteriormente, recontratá-la para execução no término do tempo de produção. Também em setores em que atuam empresas monopólicas, há o poder de fixação de preços e, por conseguinte, defesa da margem de lucro, o que pode tornar menores os efeitos dessa diferença.

¹ MOREIRA, Roberto José. *O capital agroindustrial e a pequena produção familiar*. Rio de Janeiro, Escola Interamericana de Administração Pública, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1981. Mimeografado. p. 67.

Assim, mesmo na avicultura, uma das poucas atividades em que o progresso tecnológico conseguiu reduzir sensivelmente o tempo de produção, essa redução parece não ter sido suficiente para tornar atraente a aplicação de capital, pela indústria, na esfera de criação, especificamente.

Nessa atividade da criação de frangos de corte, o capital industrial se utiliza mais comumente do esquema de semi-integração junto aos pequenos produtores agrícolas. Esse esquema foi desenvolvido nos Estados Unidos para as aves e estendido a outros países.

Se esta organização existia desde o começo do século para certas culturas, como o tabaco e a beterraba para o açúcar (...), depois dos anos cinquenta ela adquiriu uma nova dimensão, penetrando no sistema de produção animal (...). Parece inevitável sua generalização para um crescente número de produtos agrícolas. Assim nos Estados Unidos, desde 1960, 95% da produção de frangos, 30% dos ovos, 10% dos porcos, 20% do *Baby-beef* estavam integrados.²

Do mesmo modo, na França, esse tipo de semi-integração correspondia, na década de 1960, a cerca de 80% a 90% dos produtores de carne de frango, entre 15% e 20% dos produtores de ovos, 9%, de carne bovina, 2% a 5% de carne de porco e 5% de frutas e legumes³.

No Brasil, com a implantação do complexo avícola, em muitos estados, principalmente onde predomina a pequena propriedade, o esquema da semi-integração se estendeu juntamente com a implantação de grandes empresas agroindustriais, ligadas à atividade, ou os produtores, que já produziam independentemente, foram incorporados ao sistema.*

O esquema de semi-integração, em que se dá a produção de frango de corte, ainda que realizada por produtores independentes e em seus próprios estabelecimentos, está to-

2 BERTHELOT, Jacques. *Les cooperatives agricoles en économie concurrentielle*. Paris, Cujas, 1972. p. 48.

3 GUIMARAES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971. p. 121.

* Os casos mais conhecidos na avicultura de adoção do sistema de semi-integração aos pequenos produtores pelas agroindústrias no Brasil são as do Grupo Sadia, Perdigão e Chapecó. Também em outras atividades do setor agroindustrial aparecem os casos do fumo, pela Souza Cruz, do tomate, pela Cica, e as vinícolas gaúchas.

talmente dominado pelas agroindústrias. Essas, por sua vez, sem necessitar da aplicação de capital-dinheiro, mantêm o controle e a qualidade da matéria-prima requerida em suas unidades abatedouras, para atendimento e aumento da competitividade no mercado consumidor.

Através de alguns mecanismos de dominação, o pequeno produtor se encontra inserido no conjunto do complexo avícola e, nesse sentido, a diferença com a integração vertical se torna mera formalidade*. Quer dizer, embora a agroindústria não participe societariamente na atividade, o pequeno produtor atua como um agente integrado subordinadamente ao capital industrial, pois esse coordena todas as atividades do conjunto do complexo avícola.

Assim, o pequeno produtor integra-se à agroindústria, recebendo as matérias-primas para a criação do frango de corte, ração e pintos de um dia, além da assistência técnica; posteriormente, vende as aves terminadas à agroindústria. Esses mecanismos caracterizam o domínio sobre o pequeno produtor, pois conforma-se uma situação onde a agroindústria atua como monopólio bilateral, fixando o excedente monetário** que fica retido junto ao produtor.

2. Penetração do capital industrial no sudoeste e o processo de seleção do produtor integrado

A expansão do capital industrial — representado pelas agroindústrias abatedouras de aves — em direção ao Sudoeste se enquadra numa perspectiva de manifestação específica, onde aparecem as características da região como componentes importantes no suporte de seu movimento. Seu deslocamento para essa região está marcado pela estratégia do capital industrial em seu processo de acumulação, como também pelas condições favoráveis aí encontradas que facilitam a extensão de seu poder de dominação.

* Uma vez constatada essa formalidade, tratar-se-á o produtor como integrado, simplesmente.

** A utilização do termo “excedente monetário” é empregado no transcorrer deste trabalho como o resultado financeiro obtido pelo produtor após a criação de um lote de aves terminadas.

Assim, fica à mostra a capacidade do capital industrial de aproveitar e colocar as condições preexistentes, como estruturas produtiva e fundiária, sob sua égide e, a partir daí, imprimir o ritmo da reprodução de capital do conjunto de atividades envolvidas no complexo avícola.

Objetivamente, as duas agroindústrias encontram no Sudoeste condição favorável ao desenvolvimento do esquema de integração, pois se instalam junto à fonte de matéria-prima — milho para a produção de ração, e também numa região onde predominam os minifúndios que utilizam força de trabalho familiar.

Dadas essas características da região, a indústria toma-os como fatores orientativos, requisitos básicos para possibilitar a implementação da estratégia da produção integrada junto aos pequenos produtores agrícolas.

A aglutinação dos pequenos produtores agrícolas integrados ao capital industrial — seguindo a linha de argumentação das próprias agroindústrias — está referida pelo encontro mútuo de interesses. Isto é, a produção integrada aos pequenos produtores torna-se viável porque os mesmos vislumbram a possibilidade de aumentar suas rendas monetárias e passar a outra esfera de classe, enquanto produtores mais capitalizados.

Sem depender de conhecimento prévio da técnica produtiva, o pequeno produtor integrado na esfera da criação das aves auferiria uma renda complementar, sem deixar de atender, prioritariamente, às atividades de policultura que vinha desenvolvendo tradicionalmente. Além disso, poderão se utilizar de mão-de-obra familiar ociosa na plantação agrícola, pois, orientados pela agroindústria através de assistência técnica, esses apreendem o manejo da criação das aves que não é de fácil absorção.

Evidentemente, a questão do deslocamento do capital em direção ao Sudoeste, vista da forma como apontam as agroindústrias, acoberta o sentido real do movimento do capital em geral. Embora esses aspectos estejam colocados para o capital industrial de forma prioritária para seus cálculos estritamente econômicos nas decisões de localização, o sentido de seu deslocamento toma maiores dimensões.

Fica clara, efetivamente, a capacidade do mesmo de transcender os aspectos econômicos e moldar, num dado momento histórico, uma estrutura sócio-econômica existente aos seus interesses acumulativos; pois estão envolvidas também nesse processo e fazem parte, como componentes fundamentais, as relações que se estabelecem com os pequenos produtores que apresentam, de um modo geral, baixo nível de organização social e política na região. Não restam dúvidas de que isso rompe algumas amarras para a efetivação do papel dominante do capital industrial, dando-lhe maiores facilidades na colocação de algumas exigências que, de certa forma, acabam prevalecendo, dada a sua própria capacidade de penetração.

Além da componente puramente econômica, persistem, por detrás, as condições sociais e políticas para efetivação pelo capital industrial de seu processo acumulativo.

A categoria de produtor integrado representa importante papel dentro do conjunto de atividades que compõem o complexo avícola. Constitui, na verdade, o ponto-chave na estratégia do processo de acumulação do capital industrial pela posição subordinada que exerce.

Embora as agroindústrias não apliquem diretamente capital-dinheiro na atividade específica de criação das aves, mantêm sobre os produtores integrados completa determinação nas condições do processo de produção. Além de fornecer as matérias-primas (pintos de um dia e ração para alimentação das aves) para a efetivação do processo de produção, recomparam a ave terminada, dentro do prazo e padrão de qualidade requeridos pela unidade abatedoura.

A importância que assume a atividade criatória de aves pelo produtor integrado dentro do complexo avícola requer, evidentemente, do ponto de vista do capital, alguns critérios para a seleção de produtores agrícolas. A escolha recai, fundamentalmente, sobre aqueles que não comprometam, de alguma forma, o funcionamento e reprodução do conjunto do complexo avícola gerido pelas agroindústrias integradoras.

As agroindústrias procuram atuar sobre produtores que lhes permitam exercer, com menores entraves, a amplitude

de sua dominação nas relações que estabelecem com eles, quando integrados. Dessa forma, os pequenos produtores, em número elevado na região, enquadram-se perfeitamente nesse esquema, pois, além de não contarem com nível de organização para defender seus interesses, são pouco dados à efetivação de cálculos econômicos de suas atividades, em comparação à categoria de grandes e, em boa medida, de médios proprietários.

O critério de seleção do pequeno produtor leva em conta sua condição de posse, devendo estar, necessariamente, classificado como proprietário. Caso não possua área de terra suficiente para apresentar uma hipoteca junto ao banco, deve, em contrapartida, dispor de bens imóveis (área de terra em outros locais e regiões, casa residencial, etc.) que garantam o financiamento. Isso, contudo, é uma ocorrência rara e prende-se mais aos poucos profissionais liberais residentes na cidade, que possuem pequenas áreas de terras, "chacrinhas", e entram no esquema de integração com a finalidade de obter uma renda extra, aproveitando o tempo de trabalho ocioso de seus agregados.

Contudo, a preferência do capital industrial pela integração de produtores recai, exclusivamente, sobre os pequenos que atendam às exigências hipotecárias feitas diretamente pelo agente financiador do capital necessário para o investimento fixo — construção e equipamentos dos aviários.

De qualquer modo, esse critério de seleção adotado pelo capital industrial no processo de seleção, por si só, expressa um certo grau de diferenciação entre os produtores da região, na medida em que se têm, de um lado, blocos de produtores rurais em condições sociais de produção efetivas ou potenciais para a entrada no esquema. De outro, têm-se blocos de produtores em condições sociais de produção e de vida inferiores e que tendem a permanecer ou descender em suas escalas, dependendo de suas atividades, do movimento da economia capitalista em geral e do papel específico do capital industrial integrador, na ampliação dessa diferenciação.

A diferenciação inicial, já no próprio processo de seleção, é evidente quando se considera que, para isso:

(...) concorre uma série de elementos, onde se destacam primeiro, a própria dinâmica da produção agropecuária camponesa formada por estratos de produtores em condições diversas e onde o estrato em piores condições tende a se deteriorar.⁴

A intensificação do processo de diferenciação, em função, exclusivamente, da criação de aves por alguns produtores integrados, é de difícil previsão, tendo em vista a incipiente atuação das agroindústrias integradoras na região. Dependará, sobretudo, das condições objetivas da dinâmica do capital industrial e suas alternativas para arrefecer e/ou eliminar as contradições que se estabelecem com os produtores integrados, principalmente no que se refere ao excedente monetário por ele determinado.

Nesse sentido, e de forma especulativa, sugere-se que, permanecendo a situação atual, onde prevalece um excedente monetário relativamente baixo e estabilizado que fica retido junto ao produtor integrado, como se verá adiante, poucas mudanças ocorrerão ao nível de classes sociais dos pequenos produtores em geral, face à integração.⁵

Ainda, intraprodutores integrados que, de certa forma, entram no esquema em condições sociais de produção praticamente semelhantes, a determinação do excedente monetário entre eles, com pequenas variações, pelo capital industrial, não permite a ascensão de uns sobre os outros.

Ressalte-se que, perante os produtores integrados, as agroindústrias isentam-se de qualquer responsabilidade nas exigências da prioridade da terra, já que essa é feita diretamente pelo agente financeiro. Aparentemente, as agroindústrias se distanciam das transações financeiras efetuadas com a concessão de crédito pelos bancos aos produtores.

4 SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 14.

5 Um estudo desenvolvido junto a 12 frigoríficos integradores localizados no Estado de Santa Catarina — maior produtor de carne avícola do Brasil, onde 95% da produção se dá com base na integração, que funciona há muito tempo — concluiu que não houve melhoria das condições de vida dos produtores integrados. Ao contrário, a atividade se mostra deficitária ao produtor integrado. TEIXEIRA, Walter Nunes, coord. **Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina**. Florianópolis, Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, 1978.

Concretamente, no financiamento, as agroindústrias participam indiretamente nas transações, pois são elas que selecionam os produtores e apresentam o projeto de viabilidade econômica e financeira para avaliação e posterior liberação do capital pelo banco repassador. Porém, além de funcionarem como o motor de todo o processo de seleção e indução dos produtores integrados ao financiamento, acabam se beneficiando com essas transações creditícias, que viabilizam o processo de integração dos pequenos produtores.

O financiamento subsidiado aos produtores integrados, como se deu até recentemente, permitiu não somente seu ingresso no esquema como, e fundamentalmente, com a construção de aviários padronizados, deu suporte ao processo de acumulação do complexo avícola, representado, no caso em estudo, pelas agroindústrias integradoras do Sudoeste.⁶ Permitiu também a esse mesmo capital industrial local o domínio das relações com os produtores e, o que é de suma importância, através dessas relações sócio-econômicas, assegurar um fluxo regular de matérias-primas, com qualidades padronizadas, sem imobilização de capital.

Nas transações financeiras, as agroindústrias abatedouros de aves participam também como avalistas, o que, no entanto, não as compromete perante o agente financeiro em caso de inadimplência do produtor integrado. Em última instância, o peso maior da garantia ao financiamento está vinculado à hipoteca da terra, o que deixa o produtor integrado extremamente comprometido com os riscos do investimento e obrigado a continuar no esquema, atrelado também à agroindústria avalista.

Além da condição de proprietário, na seleção do pequeno produtor, as agroindústrias consideram também a obrigatoriedade do mesmo ser tradicional na região e praticar a policultura. Quanto à tradição do produtor na região, considera-se o caráter pessoal do produtor, no sentido de que deve ser

6 Sobre o papel do crédito agrícola, como importante segmento do moderno complexo agroindustrial, ver, entre outros: CASTRO, Ana Célia. Modernização e diferenciação social da produção familiar agrícola no Brasil: os efeitos do crédito rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 9., Olinda, 8-11 dez. 1981. IX Encontro Nacional de Economia. Brasília, ANPEC. SORJ, Bernardo. O novo padrão de desenvolvimento agrícola: o caráter da intervenção estatal. In: _____. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 68-117.

reconhecido socialmente e demonstrar seriedade e dedicação na administração de sua unidade produtiva, em todas as atividades agrícolas que normalmente desenvolve, conjuntamente com os membros de sua família.

Daí pode-se depreender que esse aspecto seletivo é de suma importância, pois ao capital industrial se torna vantajoso abarcar, dentre os pequenos produtores, aqueles que demonstrem de forma mais efetiva suas aspirações de progresso econômico e que, ao mesmo tempo, subordinem-se com menores dificuldades ao seu desígnio e não apresentem empecilhos, como seguidas reivindicações, descontentamentos com a atividade, etc. para a continuação de seu processo acumulativo.

O segundo aspecto, prática da policultura pelo produtor integrado, prende-se ao fato de que, para as agroindústrias integradoras, a atividade criatória de aves é considerada, precipuamente, como paralela e fornecedora de uma renda monetária complementar à obtida na unidade familiar com as vendas dos produtos tradicionalmente cultivados. Na realidade, todos os produtores mantêm e consideram mais importantes, em termos de renda, outras atividades agrícolas como o cultivo do milho, principalmente, do feijão, arroz e até da soja em alguns casos, além de lidarem com a criação de suínos, na maior parte "caseira".

Embora as agroindústrias integradoras exijam a continuação do cultivo desses produtos, o milho — que constitui a principal matéria-prima para as unidades produtoras de ração — que poderia por elas ser adquirido, diferentemente do que acontece em Santa Catarina,⁷ por exemplo, não tem sua venda condicionada, podendo o produtor transacioná-lo em qualquer mercado.

Dessa forma, as exigências das agroindústrias na manutenção das atividades tradicionais pelos produtores integrados e a não-vinculação da venda da produção do milho remetem à questão da objetividade que norteia essa determinação.

7 Em Santa Catarina, todas as agroindústrias integradoras exigem a produção de determinada quantidade de milho, adquirindo-a em sua quase totalidade. Ver: TELXEIRA, Walter. *Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina*, CEBRAE/CEAG, 1978. Constatou-se, inclusive, que o milho produzido na região Sudoeste é exportado para Santa Catarina através das filiais e/ou postos de compras do grupo Sadia e Chapecó que atuam também naquele estado.

Ao que tudo indica, essa perspectiva adotada pelo capital industrial toma sentido se se considera que parece indispensável ao produtor manter assegurada a renda monetária anterior ao seu ingresso na integração para que, com isso, possa cobrir eventuais prejuízos da atividade avícola e/ou fazer frente aos compromissos contraídos junto ao sistema financeiro nos créditos obtidos para a construção dos aviários.

A possibilidade da ocorrência de transferência de renda das atividades tradicionais à avícola pode ser constatada quando se levam em conta os depoimentos de alguns produtores integrados e que mencionam as dificuldades de pagamento dos juros bancários, tendo para tal de realizar vendas de outros produtos e até desfazerem-se de alguns bens.

Por outro lado, essa exigência permite às agroindústrias efetivarem a sua dominação de forma mais eficaz sobre a unidade familiar do produtor integrado, trazida na compressão dos preços das matérias-primas, via estabilização do patamar do excedente monetário que ficará retido junto ao produtor integrado. Essa estratégia se torna mais evidente se se considera que a redução dos custos da matéria-prima rebaixa os custos de produção da unidade abatedoura, aumentando o poder de competitividade no mercado final.

Ainda, mesmo considerando-se o nível de mercantilização e inserção dos pequenos produtores agrícolas em geral no contexto capitalista, que tendem a substituir grande parte da produção e autoconsumo por produtos industrializados, a manutenção da policultura pelo produtor integrado permite reduzir os custos de reprodução da unidade familiar. Dessa forma, assegura a reposição da força de trabalho familiar a custos mais reduzidos, em comparação à aquisição de meios de subsistência no mercado, podendo, com isso, contar, do ponto de vista do capital, com menor nível de renda.

3. Utilização da força de trabalho familiar na criação das aves

A utilização da força de trabalho familiar na atividade avícola segue, de forma conjugada, as linhas gerais dos critérios estabelecidos pelo capital industrial para a seleção de

produtores agrícolas aptos a participarem do esquema de integração.

Do ponto de vista do capital, o emprego da força de trabalho familiar pelo produtor integrado é mais conveniente devido aos maiores cuidados que essa dispensa à atividade de criação se comparada com o emprego de força de trabalho assalariado, ou outro tipo de contratação de mão-de-obra. Dá-se exclusividade, ou melhor, pretere-se aquele produtor que não apresente possibilidade de atender a essa exigência, conjugada às de tradição na região e prática de policultura.

Além dessa linha de argumentação seguida pelas agroindústrias, agrega-se a de que o emprego da força de trabalho familiar permite ao produtor integrado reduzir os custos de produção da atividade criatória, o que lhe fornece uma renda maior que aquela que obteria se tivesse de contratar outro tipo de mão-de-obra.

Nesse aspecto, deve-se ressaltar que, na verdade, os produtores integrados não consideram em seus custos o cálculo monetário da utilização da força de trabalho familiar, mas, mesmo não havendo esse desembolso efetivo, não se deve deixar de computá-lo como verdadeiro custo de produção, pois a não-participação da força de trabalho familiar exigiria a contratação de outro tipo de mão-de-obra na unidade produtiva do integrado.

Nas perspectivas do capital industrial — compatíveis com a realidade vigente das condições sociais de produção e de vida do pequeno produtor em geral — o entendimento da utilização da força de trabalho familiar assume os contornos da própria dominação e extração do sobretrabalho da pequena produção integrada, concretizada, essencialmente, na determinação do excedente monetário. Ademais, torna-se uma manifestação específica da capacidade do capital industrial compatibilizar a utilização da força de trabalho familiar — predominante nas unidades produtivas da região — com suas necessidades objetivas de acumulação.

Por um lado, encontra nos produtores agrícolas, por ele selecionados para a integração, a organização das unidades familiares, em que a quantidade de produto do trabalho é determinada pela composição e intensidade do trabalho dos

membros capazes de exercer diversas atividades. Por outro, e ao mesmo tempo aliado às próprias dificuldades da pequena produção em geral, as aspirações de progresso econômico da camada de produtores integrados encontram reforço no desenvolvimento de uma atividade complementar, sem que isso implique retirar parte do tempo de trabalho aplicado no cultivo dos produtos agrícolas.

As condições concretas para isso estão referidas na existência de um diferencial entre tempo de trabalho e tempo de produção na agricultura, isto é, tempo que permeia o cultivo até a colheita, além, evidentemente, na própria composição da família, que permite a aplicação do tempo ocioso em trabalho acessório.

Dessa forma, o produtor integrado encontra no próprio interior de sua propriedade a aplicação da força de trabalho ociosa, dedicando-se à exploração determinada pela agroindústria e combinando-a com as demais atividades da unidade familiar, não interferindo na área que normalmente mantém cultivada.

Embora a atividade avícola não exija, em termos numéricos, muita mão-de-obra, nem por isso deixa de requerer por parte do integrado atenção especial, principalmente nos primeiros 15 dias das aves. Nesse período, em que também os pintos de um dia, ou pintainhos, passam de cinco a seis dias presos em círculos fechados e distribuídos por toda a extensão do aviário até serem soltos e passarem a viver normalmente, o aquecimento por meio de campânulas a gás, dispostas de acordo com a distribuição dos círculos, é parte essencial da criação das aves. O bom atendimento nessa fase reduz o índice de mortalidade das aves — já que nela isso ocorre de forma mais acentuada — exigindo-se cuidados especiais em tempo integral, uma vez que o aquecimento deve ser revisto seguidamente.

Após esse período inicial de 15 dias, os cuidados são menores mas, nem por isso, deixa-se de requerer dedicação quase que exclusiva de um trabalhador. Os comedouros são constantemente observados e abastecidos diariamente, além do que deve-se rever sua colocação em termos de altura, de acor-

do com o estádio da ave. É interessante notar, por exemplo, que, à medida que as aves vão crescendo, os comedouros e bebedouros são levantados para que a ave mantenha o pescoço mais esticado, o que permite melhor desenvolvimento e evita desperdício de ração e água. Os bebedouros devem ainda ser limpos duas vezes ao dia e sua suspensão deve ser feita de acordo com a idade da ave, o que, além de manter sua “elegância”, evita que a água caia sobre as aves e desencadeie doenças de bronquite respiratória que pode contagiar as outras aves.

É evidente que outro tipo de aviário, com equipamentos mais automatizados, como aqueles que possuem correias alimentadoras e bebedouros automáticos, exige força de trabalho menos intensa. A correia carrega a ração que vai sendo repostada de acordo com a necessidade alimentar das aves; o mesmo acontece com os bebedouros automáticos. Isso, contudo, não é comum na região, predominando os aviários mais simples, com processo produtivo manual que se torna padronizado e mais barato. Poucos são os casos de implantação de aviários com processo automático, restringindo-se somente a alguns produtores em melhores condições financeiras.

O acompanhamento contínuo do processo de produção permite retomar o ponto teórico referente à coincidência entre tempo de trabalho e tempo de produção na criação de aves, alertando-se apenas para a existência, à primeira vista, da menor intensidade da jornada de trabalho diário, comparada, por exemplo, à da legislação das oito horas empregadas em outros setores da economia. Isto é, as tarefas do aviário — limpeza dos bebedouros, alimentação das aves, etc. — tomam, em média, de quatro a cinco horas de trabalho diário, dependendo da destreza adquirida pelos membros da família.

Percebe-se, pois, a configuração na atividade avícola de um processo de trabalho movido, essencialmente, pelos membros da família, cuja tônica das tarefas efetuadas no aviário é, normalmente, o revezamento entre os mesmos.

A referência da jornada de trabalho menos intensa dedicada aos cuidados das aves sofre, inevitavelmente, modificações se se consideram dois aspectos importantes envolvidos diretamente na questão, além das tarefas rotineiras de

limpeza e alimentação, no período de 30 dias, já que o tempo de criação leva de 45 a 55 dias.

Primeiro, se se leva em conta que nos primeiros 15 dias os pintinhos exigem 24 horas de cuidado, tem-se um total de 360 horas de jornada de trabalho, em que se incluem as tarefas obrigatórias de limpeza dos bebedouros e alimentação das aves. Segundo, na entrega das aves terminadas para as agroindústrias integradoras, necessita-se de 10 a 15 pessoas durante três horas, para o carregamento. Essa força de trabalho é suprida pela contratação de "diarista" e, raramente, através de mutirão, devendo independente do caso, além de ser computado como custos efetivos, alterar o tempo de trabalho necessário até o final do processo de produção.

Agregando-se esses dois aspectos referidos ao tempo de trabalho médio de quatro horas diárias, obtém-se, através de cálculos, o seguinte desempenho de jornada de trabalho:

- primeiros 15 dias do mês x 24 horas de jornada de trabalho = 360 horas/mês;
- últimos 15 dias do mês x 4 horas média de jornada de trabalho = 60 horas/mês;
- 10 homens para carregamento x 3 horas de jornada de trabalho = 30 horas/mês;
- total da jornada de trabalho = 450 horas/mês.

Se se consideram esses cálculos como aproximativos, percebe-se que a jornada de trabalho contínua de 420 horas/mês, realizada somente pelos membros da família, representa 14 horas de tempo de trabalho por dia, ou o emprego de quase dois trabalhadores com dedicação exclusiva de oito horas/dia. Extrapolando-se o resultado total, de 450 horas de jornada de trabalho, para a comparação entre tempo de trabalho e tempo de produção, a coincidência entre os dois se estabelece em função da intermitência e diluição do primeiro até o término do período de produção e não em função das horas efetivamente trabalhadas; isto é, o tempo de trabalho só se completa quando se encerra o tempo de produção. Se

houvesse redução do tempo de produção de 720 horas/mês (30x24) para 450 horas/mês contínuas, haveria igualação de magnitude com o tempo de trabalho.

Essas referências, embora aproximativas, permitem constatar mais um aspecto específico de dominação do capital em sua estratégia de adoção do esquema de integração. Além da persistência do tempo de produção prolongado, a transferência da atividade criatória envolve a questão fundamental do regime exploratório a que se submetem os produtores integrados, com a extensão da jornada de trabalho, diluída no período de produção. Mostra, por conseguinte, que a intensificação do trabalho familiar foge do sentido da auto-exploração para sua reprodução, já que os produtores integrados estão inseridos no contexto do capital que se apropria do sobretrabalho na determinação da margem do excedente que resulta do trabalho familiar.

Destaque-se também que, mesmo sendo proprietários dos meios objetivos de trabalho, os produtores integrados sofrem interferência do capital industrial, não só no bojo de seu processo de trabalho, mas na amplitude do processo de produção. Por intermédio da assistência técnica, manifesta-se o exercício de dominação do capital que estabelece como produzir, quanto e de que qualidade deve ser o produto, sob pena de o produtor ver seu excedente monetário rebaixado, caso não siga essas orientações, na medida em que as empresas exigem cumprimento das instruções e avaliam os resultados alcançados.

As mudanças estabelecidas pelos técnicos veterinários das agroindústrias, em visitas periódicas, normalmente semanais, ao integrado, têm em vista a eficiência e a qualidade padronizada da matéria-prima destinada à unidade abatedoura. Além de garantir o bom funcionamento da atividade criatória no processo de acumulação do capital, apresenta a eliminação dos entraves para a absorção do processo de produção que, por si só, não é de difícil assimilação pelo produtor integrado, tornando-o acessível aos membros da família que nela atuam.

Nesse sentido, mesmo considerando-se que a avicultura não fazia parte do cotejo de atividades do produtor integrado

e da região em geral, a não ser a produção “caseira”, a avicultura industrializada entra como novidade na região e não encontra resistência para sua consolidação. Conjugada à facilidade de absorção do processo de produção está o desconhecimento do funcionamento do esquema de integração e, fundamentalmente, a perspectiva do aumento de renda pelo produtor integrado, em que pesem as manifestações de descontentamento de alguns produtores integrados. Essas, no entanto, são posteriores ao esquema de integração e pertencem às relações contraditórias que se estabelecem entre o capital industrial e os produtores integrados, o que, todavia, não impede a continuação do processo acumulativo com o esquema de integração inserido, dado o poder de dominação do capital e mesmo sua capacidade de readaptação às novas realidades.

4. Poder das agroindústrias na determinação do excedente monetário ao produtor integrado

No contexto das relações sócio-econômicas que se estabelecem entre o capital industrial e os produtores integrados, através do fluxo das matérias-primas, aparece nitidamente mais um dos aspectos do caráter de dominação/subordinação. Configura-se um circuito restrito, exclusivamente entre capital industrial e produtores integrados, no qual o primeiro exerce a hegemonia da relação, estabelecendo de forma conjugada as regras do fluxo, tanto em direção ao produtor como no sentido contrário.

No primeiro circuito, em direção ao produtor integrado, são destinados os meios de produção (aves de um dia e ração para sua alimentação) utilizados na atividade criatória e que são fornecidos, exclusivamente, pelas agroindústrias integradoras. O circuito inverso, estabelece o fluxo do produto final da atividade criatória (frango vivo para corte) em direção às agroindústrias integradoras que o utilizam como matéria-prima na unidade abatedoura.

Com o fechamento do circuito das matérias-primas, o capital industrial elimina por completo a interferência de agentes intermediários no funcionamento e no processo de

acumulação do conjunto das atividades do complexo avícola por ele formado e dirigido. Nessas circunstâncias, a função do capital comercial é cumprida pelo desdobramento e extensão do capital industrial, dando-lhe o duplo caráter de organização monopólica e monopsônica, o que implica a configuração do que se poderia chamar de um monopólio bilateral; isto é, atua como único vendedor e comprador perante os produtores integrados.

O estabelecimento da exclusividade de venda e compra das matérias-primas junto ao produtor integrado assegura ao capital industrial, em cada ciclo produtivo da atividade criatória, a colocação de determinada quantidade de aves de um dia e ração, ao mesmo tempo que garante o fornecimento regular do frango vivo para o abate.

Enquanto as transações efetivadas no primeiro circuito de matérias-primas representa apenas uma face da dominação do capital, em conexão com a totalidade das relações sócio-econômicas que se estabelecem, o fechamento do circuito, produtor/agroindústria, reforça o caráter da hegemonia do capital industrial em relação ao produtor integrado.

A hegemonia do capital industrial, nesse circuito específico, aparece de imediato na interferência do processo de produção da atividade criatória, na medida em que determina o tempo de duração do ciclo produtivo de um lote de aves e, por conseqüência, sua qualidade e peso em função do mercado a que se destinarão as aves abatidas, produto final do complexo avícola. Também nesse segundo circuito é que se dá a determinação do excedente monetário ao qual os produtores integrados se referem como lucro, constituindo o principal ponto no contexto das relações sócio-econômicas que se estabelecem sob a dominação do capital industrial.

Essa determinação do excedente monetário se apresenta, por um lado, como resultado do caráter dominante que assume o capital industrial na totalidade daquelas relações, tornando-se a forma transparente e concreta da significação da estratégia do esquema de integração junto ao produtor integrado. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se substancia como resultado, aparece como a essência do processo de integração, pois a determinação do lucro pelas agro-

indústrias abatedouras nada mais é que uma forma específica de subordinação que é conferida ao produtor integrado em sua inserção no processo de acumulação do complexo avícola.

Isto é, o capital industrial, ao introduzir o esquema de integração, visa, fundamentalmente, através da amplitude das relações sócio-econômicas que domina, chegar ao resultado econômico circunscrito na determinação do excedente monetário ao produtor integrado, como forma de reduzir seu custo objetivado na matéria-prima, ave viva para corte, nas unidades abatedouras.

O lucro bruto que o produtor toma como referência em cada ciclo produtivo de um lote de ave representa a receita auferida com a venda das aves vivas menos os descontos efetuados pelas agroindústrias, com os meios de produção (ração e ave de um dia) utilizados na atividade criatória do mesmo lote de aves. Quer dizer, a base do raciocínio que orienta o produtor em cada ciclo produtivo gira em torno dos custos que incorrem com seus meios de produção que, na verdade, são calculados e pertencem às próprias agroindústrias, não tendo sobre eles nenhum controle.

A sistemática de determinação do preço da ave viva e, por consequência, do lucro bruto do produtor, pelas agroindústrias, é uma função dos custos com os meios de produção, mais um excedente monetário a título de remuneração da força de trabalho familiar aplicada, na criação de um lote de aves. Nesses resultados, interferem variáveis que normalmente fogem do controle do produtor, isto é, o resultado financeiro da criação de um lote de aves dependerá das expectativas das agroindústrias em relação ao rendimento ideal da produção, que toma como base. Esse rendimento por sua vez é dependente das variações e combinações da taxa de conversão e do índice de mortalidade.*

Embora haja dependência do comportamento dessas duas variáveis, o lucro bruto estabelecido ao produtor não fugia, em setembro de 1983, da faixa de Cr\$ 350 mil a Cr\$ 510 mil, apenas deslocando-se entre ela. Esses dois limites, na

* Taxa de conversão: Kg de ração consumido por Kg de frango obtido, que na região gira em torno de 2,2.

Índice de mortalidade: as agroindústrias permitem a mortalidade de 2% em cada lote de 12 mil a 13 mil aves que lotam cada aviário.

verdade, são duas hipóteses do resultado alcançado na criação de um lote de aves. Na primeira retrata uma situação otimista em que o produtor cria as aves dentro das condições que as agroindústrias consideram como ideais e que são as bases de seus cálculos para a determinação do preço e do lucro bruto. Na segunda, são as condições em que a criação se dá com elevada taxa de conversão e alto índice de mortalidade.

Essas duas hipóteses, que poderiam ser estendidas, dão uma idéia da real condição das relações que se estabelecem entre o capital industrial e o produtor integrado, na fixação do lucro bruto ao produtor e que representa o pagamento da força de trabalho empregada na atividade criatória.

Por intermédio da fixação do excedente monetário ao produtor integrado, as agroindústrias mantêm os preços da matéria-prima, ave viva, colados aos custos com os meios de produção utilizados na atividade criatória. Ao mesmo tempo, requer o máximo de eficiência do produtor que se vê compelido a executar a tarefa dentro dos padrões estabelecidos, sob pena de reduzir seu excedente monetário.

Dessa forma, a questão da eficiência assume relevante papel, pois, por seu intermédio, as agroindústrias procuram reduzir os custos com os meios de produção utilizados na atividade criatória sem alterar o excedente monetário ao produtor que se encontra rigorosamente fixado dentro daquela faixa estabelecida. Por outro lado, aparece de forma clara que os frutos do progresso técnico são apropriados pelo capital industrial.

Assim, o aumento na eficiência da produção reverte muito mais em favor das agroindústrias, através de redução de custos com os meios de produção, que para o produtor integrado.

Nesse sentido, a essência do processo de integração reside no fato de o capital industrial exercer o poder de determinar e deixar estabilizado o excedente monetário ao produtor, sempre dentro de uma faixa que não comprometa a acumulação do complexo avícola em que se encontra como o agente que desencadeia e comanda todo o processo.

Depreende-se daí o caráter dominante do capital industrial na fixação do excedente monetário ao produtor, exercendo a prática de compressão do mesmo num patamar que tome como conveniente e não interfira em seu processo acumulativo. Na medida em que mantêm o domínio das relações sócio-econômicas que estabelece com os produtores, as agroindústrias traçam as linhas de sua reprodução, com base no mercado final de carne avícola.

Suas atuações no mercado final permitem desenvolver planos de expansão de mercado, sem preocupações com o fornecimento da matéria-prima (ave viva), assegurado junto aos seus integrados a preços que se aproximam dos custos com os meios de produção, apenas com o acréscimo conhecido do excedente monetário concedido aos produtores.

Dessa maneira, a determinação do lucro bruto ao produtor e sua estabilização sempre num mesmo patamar são ditadas, por um lado, pelos cálculos econômicos das agroindústrias, tanto para fazer frente à concorrência intercapitais no mercado final, como, e por consequência, para manter o ritmo da reprodução ampliada do capital. Por outro lado, a determinação do excedente monetário depende da correlação de forças entre capital industrial e produtor integrado, na medida em que esse último comece a reivindicar maior margem de lucro bruto.

Não se deve perder de vista que a faculdade de determinação de excedente monetário ao produtor, pelo capital industrial, é dada, fundamentalmente, pelas condições sociais e de vida e pelo baixo nível de organização dos produtores agrícolas da região onde atuam as agroindústrias. O próprio processo de seleção de produtores aptos potencialmente para ingressar no esquema de integração tem, como condicionante, a possibilidade das agroindústrias em arregimentar aqueles que não venham a obstaculizar o desempenho do conjunto de atividades por elas geradas. Atuam sobre aqueles produtores que lhes permitam exercer, com menores entraves, a dominação da totalidade das relações que estabelecem com o produtor integrado.

Entretanto, na medida em que persiste a prática da fixação e estabilização do excedente monetário ao produtor, vêm

à tona as contradições inerentes ao processo de integração, expressas nas manifestações dos integrados que, de certa forma, vêem frustradas suas aspirações de progresso econômico. Concretamente, essas manifestações se evidenciam na mobilização através de associações, embrionária em Dois Vizinhos e já funcionando em Francisco Beltrão, cujo caráter reivindicatório restringe-se, no momento, ao aspecto puramente econômico na defesa da apropriação de maior margem de excedente monetário.⁸

Ademais, começa a esboçar-se a tomada de consciência, por parte de alguns produtores, do papel que desempenham em sua inserção no complexo avícola, na medida em que, embora proprietários dos meios objetivos de trabalho, mais especificamente do aviário e equipamentos, encontram-se totalmente subordinados ao capital industrial. Sua atividade é comandada pelas agroindústrias, pois recebem os meios de produção, desenvolvem a atividade criatória dentro do prazo e qualidade do produto estabelecidos pelas agroindústrias e recebem como pagamento pelo emprego da força de trabalho familiar um excedente monetário sobre o qual não exercem controle algum. *

Note-se que, até o momento, as referências foram feitas com base na fixação pelas agroindústrias do excedente monetário bruto ou lucro bruto, indicando que ainda não se agregaram alguns custos efetivos que incorrem no ciclo produtivo de um lote de aves e que, normalmente, o produtor não considera na aferição do resultado econômico de sua atividade criatória. Resta, portanto, verificar o excedente monetário líquido ou lucro líquido que fica retido junto ao produtor integrado e encontrar a real condição em que se encontra o produtor integrado ao capital industrial.

Nesse sentido, com base nas duas hipóteses mencionadas anteriormente, pode-se apurar a situação real dos produtores integrados no resultado econômico final do ciclo produtivo

8 Em assembléia realizada em setembro de 1983, na qual participaram os diretores da agroindústria abatedora Chapecó Paraná S.A., a Associação dos Produtores Avícolas Integrados de Francisco Beltrão conseguiu elevar o limite máximo do lucro bruto para Cr\$ 630 mil. UM NOVO impulso para a avicultura. O Estado do Paraná, Curitiba, 18 set. 1983.

* Guardadas as devidas especificidades históricas, comparativamente, a atividade criatória de aves desenvolvida pela força de trabalho familiar do produtor integrado se aproxima do conceito clássico do "moderno trabalho a domicílio".

de um lote de aves. Trata-se de agregar os custos que efetivamente ocorrem e que o produtor, normalmente, não considera, apesar de conhecer os volumes físicos de alguns dispendios realizados durante o processo de produção. Na verdade, os produtores integrados, de um modo geral, não exercem a prática de estruturação de custos e avaliação do resultado final, em termos de sobra líquida do excedente monetário fixado pelas agroindústrias, que tomam como base de orientação do desempenho de sua atividade criatória (tabela 1).

TABELA 1 — EXCEDENTE MONETÁRIO LÍQUIDO, POR HIPÓTESES I E II (VALOR DE UM LOTE E ANUAL), SEGUNDO CUSTOS OPERACIONAIS

(Em Cr\$ 1,00 de 03/09/83)

DISCRIMINAÇÃO	HIPÓTESE I		HIPÓTESE II	
	Valor de um lote de aves	Valor anual (6 lotes)	Valor de um lote de aves	Valor anual (6 lotes)
Lucro bruto	510.699	3.064.194	355.356	2.132.136
Custos variáveis	275.594	1.653.564	275.594	1.653.564
Mão-de-obra	152.004	912.024	152.004	912.024
Cama do Aviário	20.000	120.000	20.000	120.000
Gás	57.600	345.600	57.600	345.600
Cal	3.500	21.000	3.500	21.000
Energia elétrica	8.865	53.190	8.865	53.190
Conservação	33.625	201.750	33.625	201.750
Custos fixos	70.668	424.008	70.668	424.008
Depreciação				
Aviário	36.805	220.830	36.805	220.830
Depreciação				
Equipamento	33.863	203.178	33.863	203.178
Excedente Monetário				
Líquido ou				
Lucro Líquido				
(1-2-3)	164.437	986.622	9.094	54.564

FONTE: Pesquisa de campo — Mar.-1983, Set.-1983

Nas duas hipóteses, aparece como sobra um pequeno excedente monetário líquido, principalmente na segunda, que, na verdade, representa uma reserva financeira que o produtor deverá utilizar para fazer frente aos compromissos con-

traídos por causa da atividade avícola, em especial para saldar os juros e amortizar o financiamento para o investimento fixo na implantação do aviário.

A soma dos valores dessas duas componentes, juros mais amortização* subtraída dos recursos financeiros gerados na atividade avícola especificamente, sob a sigla de excedente monetário líquido ou lucro líquido, indica a capacidade de pagamento do produtor integrado, como se observa na tabela 2.

TABELA 2 — CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO PRODUTOR INTEGRADO, POR HIPÓTESES I E II (VALOR DE UM LOTE E ANUAL)

(Em Cr\$ 1,00 de 03/09/83)

DISCRIMINAÇÃO	HIPÓTESE I		HIPÓTESE II	
	Valor de um lote de aves	Valor anual (6 lotes)	Valor de um lote de aves	Valor anual (6 lotes)
Excedente Monetário				
Líquido ou Lucro Líquido	164.437	968.622	9.094	54.564
Juros	23.969	143.814	23.969	143.814
Amortização	133.163	798.978	133.163	798.978
Saldo Final	7.305	43.830	(148.038)	(888.228)

FONTE: Pesquisa de campo — Mar.-1983, Set.-1983

Na primeira hipótese, depois dos pagamentos do juro e amortização, o produtor obtém um saldo positivo insignificante, enquanto que, na segunda, o saldo se apresenta de forma negativa, sendo quase equivalente aos compromissos contraídos com o sistema bancário. Isso significa dizer que, enquanto na primeira hipótese, a atividade avícola apresenta um desempenho de simples reprodução, pois o resultado indica uma pequena sobra depois do pagamento de juro e da reposição do capital fixo, na outra hipótese isso não acontece, em função de o saldo negativo impedir tanto o pagamento do juro como a reposição do capital fixo que agrega-se fracionalmente no produto final (ave viva).

* O cálculo dos juros teve como base uma taxa de 3% a.a. sobre o valor do investimento financiado (70% do valor total da implantação de um aviário que, em set/83, girava em torno de Cr\$ 6.848.000). Na amortização o prazo é de 6 anos, excluídos 2 anos de carência. Os dois cálculos se apontaram, como mostra a tabela, no período de dois meses (tempo médio da criação de um lote de aves) e anual.

Evidentemente, as condições de produção na primeira hipótese, que apresenta pequeno saldo positivo, são bastante otimistas e, dificilmente, o produtor nela se enquadra, sugerindo que a apropriação do excedente monetário pelo capital industrial acontece de forma generalizada. Qualquer mudança nas condições de produção dessa hipótese desloca o excedente monetário do produtor, dificultando a reprodução simples da atividade, por não mais alcançar os recursos financeiros necessários para pagamento de juros e amortização do capital fixo.

Há que se ressaltar que, como outro indicativo da dificuldade da atividade avícola, as análises de avaliação dos projetos efetuadas pelos bancos para liberação do financiamento à instalação de aviários são realizadas com base não só na atividade em si, mas consolidando os rendimentos de toda a unidade produtiva familiar. Isto é, levam-se em conta também as rendas que os produtores integrados obtêm com as culturas agrícolas tradicionais desenvolvidas em suas unidades produtivas como um todo.

A configuração dessa situação concreta em que se encontra o produtor integrado na acumulação de capital do complexo avícola segue em direção à idéia da não-intensificação do processo de diferenciação, por causa, exclusivamente, da atividade avícola, no contexto das condições sociais de produção agrícola na região, pelo menos nesse primeiro momento, até que os produtores integrados cumpram suas obrigações perante o agente financeiro. No entanto, até chegar a esse ponto, é de se prever uma acentuada deterioração no conjunto das atividades da unidade produtiva dos produtores integrados, na medida em que, permanecendo dessa forma, inevitavelmente acontecerá transferência de renda de outras atividades para a avicultura, como se constatou na pesquisa de campo.

Por outro lado, a permanência dessa situação dependerá, sobretudo, das condições objetivas da dinâmica do capital industrial e sua capacidade de assegurar o funcionamento contínuo do processo de acumulação, resolvendo as contradições das relações sócio-econômicas que estabelece com o

produtor integrado, especialmente na questão da apropriação da margem do excedente monetário.

Dada essa situação real em que se encontram os produtores integrados e em que pesem algumas indicações de transferência de renda de outras atividades para a avícola, é de se perguntar como esses podem se manter numa atividade que apresenta, no limite máximo do excedente monetário, a simples reprodução em dado momento histórico. Em outros termos, como os produtores integrados se mantêm na atividade avícola, dada essas condições econômicas objetivas e explícitas no baixo excedente monetário concedido pelo capital industrial.

Ao exame dessa questão concorrem alguns fatores que distorcem a situação real e evidenciam o completo desconhecimento por parte dos produtores integrados na aferição do resultado econômico final de cada ciclo produtivo de aves e no total de lotes de aves terminadas durante o ano.

Em primeiro lugar, os produtores integrados, por não realizarem desembolso monetário para a remuneração da força de trabalho familiar utilizada nos cuidados do aviário, não a consideram como custo, o que significa dizer que sua não-imputação evidencia de forma cristalina a transferência de valor ao capital industrial.

À medida que não efetuam gastos monetários com a força de trabalho familiar, o excedente líquido dos produtores se eleva a um patamar quase equivalente ao valor dos compromissos com o sistema bancário. Em segundo lugar, os produtores integrados não efetuam também nenhum desembolso monetário com a sigla depreciação, consubstanciando outra fonte de transferência de valor, à medida que, ao tomarem como empréstimo capital de terceiros para financiar os aviários de que se tornam proprietários, não prevêem um fundo para repor o capital fixo investido e que, necessariamente, incorpora-se no valor final do produto.

O último fator que atua no sentido de alterar a situação real da atividade avícola e que também tem servido como um estímulo a mais na argumentação das agroindústrias, para o ingresso de novos produtores agrícolas no esquema de integração, está relacionado à realização da venda do

subproduto da atividade criatória. Trata-se da venda da cama do aviário que contém o esterco das aves e serve como adubo orgânico utilizado nas lavouras agrícolas.

A união desses três fatores se torna extremamente importante ao capital industrial, na medida em que possibilita manter o excedente monetário do produtor integrado num patamar estabilizado e, ao mesmo tempo, contido numa margem que não interfira em seu processo acumulativo em escala ampliada. Pelo lado dos produtores, cria-se o que se poderia chamar de uma ilusão monetária, no sentido de que a soma desses valores gera a aparência de um excedente monetário que permite a reprodução da atividade (tabela 3).

TABELA 3 — RESULTADO DA ATIVIDADE CRIATÓRIA, POR HIPÓTESES I E II (VALOR DE UM LOTE E ANUAL), EXCLUÍDAS MÃO-DE-OBRA E DEPRECIACÃO TOTAL E INCLUÍDA VENDA DE ADUBO ORGÂNICO

(Em Cr\$ 1,00 de 03/09/83)

DISCRIMINAÇÃO	HIPÓTESE I		HIPÓTESE II	
	Valor de um lote de aves	Valor anual (6 lotes)	Valor de um lote de aves	Valor anual (6 lotes)
Saldo final	7.305	43.830	(148.038)	(888.228)
Mão-de-obra	152.004	912.024	152.004	912.024
Depreciação total	70.668	424.008	70.668	424.008
Venda adubo orgânico	42.000	252.000	42.000	252.000
TOTAL	271.977	1.631.862	116.634	699.804

FONTE: Pesquisa de campo — Mar.-1983, Set.-1983

Percebe-se, então, que a exclusão desses fatores apresenta a atividade avícola com saldo financeiro positivo, do qual as agroindústrias se utilizam como meio propagandístico para induzir ao ingresso no esquema de integração os produtores agrícolas que almejam aumentar o nível de renda, complementando-a com as obtidas com as atividades tradicionais que normalmente desenvolvem.

Entretanto, em que pesem essas condições — abstraindo-se, logicamente, das possíveis conquistas que os produtores integrados venham a ter, através das associações, na reivindicação por maior margem de excedente monetário —, é inte-

ressante esclarecer que a continuidade do desenvolvimento da atividade criatória se torna, de certa forma, obrigatória, sem que se apresente a possibilidade de abandono. Ao contrário do que se poderia pensar, os produtores integrados não vislumbram a possibilidade de abandono da atividade, mas procuram dedicar-se sempre com maior esmero aos cuidados das aves, com a perspectiva de alcançar maior eficiência na produção e elevar a margem do excedente monetário determinado pelas agroindústrias.

Nessas circunstâncias, a atividade criatória, independente do resultado financeiro que obtém o produtor integrado, encontra na variável investimento o fator que determina a continuidade, na medida em que seu abandono significa a perda pura e simples do capital-dinheiro aplicado na instalação do aviário.

Ademais, o produtor integrado se encontra comprometido junto ao banco financiador e o abandono da atividade significa não dispor nem mesmo do baixo excedente monetário gerado antes do pagamento dos juros e amortização. Isto é, em caso da necessidade de retirar renda de outras atividades, ela se reduz em função de o produtor contar a cada sessenta dias com a entrada de dinheiro proveniente do excedente monetário, mesmo comprimido pelas agroindústrias.

Da mesma forma que há a impossibilidade de abandono da atividade, também a transferência de uma a outra agroindústria integradora se torna difícil, mesmo considerando-se que o produtor não mantenha nenhum vínculo contratual. O vínculo que se estabelece entre os produtores e as duas agroindústrias se dá através de acordo verbal, segundo indicação de todos os produtores integrados arrolados na pesquisa de campo.

Na verdade, o vínculo entre ambas as partes está ligado, fundamentalmente, ao próprio processo de seleção, onde a agroindústria que elabora o projeto de financiamento para o aviário junto ao banco garante a permanência do produtor sob sua égide. Dessa forma, mesmo não mantendo uma divisão regional como raio de ação, sendo muito comum encontrar produtor integrado de uma agroindústria localizado per-

to da outra, que distam aproximadamente 50 km, * nenhuma agroindústria interfere na lógica do processo de integração.

Caso haja tentativa de interferência por parte de uma agroindústria, no funcionamento lógico do processo de arregimentação e permanência do produtor integrado de outra qualquer, seguramente serão acionados os mecanismos de concorrência de mercado, em que as líderes, por sua própria estrutura, levam vantagem. Por exemplo, se uma agroindústria de menor porte interferir nas regras do jogo, tentando tirar o produtor integrado de outra de maior porte que normalmente possui seus quadros de produtores já formados e maior facilidade de arregimentação, inevitavelmente sofrerá represálias, com a “prejudicada” entrando em seu mercado de aves frigorificadas com preços baixos e de difícil acompanhamento concorrencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERTHELOT, J. *Les cooperatives agricoles en économie concurrentielle*. Paris, Cujas, 1972.
2. CASTRO, A. C. Modernização e diferenciação social da produção familiar agrícola no Brasil: os efeitos do crédito rural. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 9., Olinda, 1981. **IX Encontro Nacional de Economia**. Brasília, ANPEC, 1981.
3. GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.
4. MOREIRA, R. J. *O capital agroindustrial e a pequena produção familiar*. Rio de Janeiro, Escola Interamericana de Administração Pública, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1981. Mimeografado.
5. UM NOVO impulso para a avicultura. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 18 set. 1983.
6. SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
7. ———; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. *Camponeses e agroindústria; transformação social e representação política na avicultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
8. TEIXEIRA, W. N., coord. *Análise do sistema de integração agroindustrial em suínos e aves em Santa Catarina*. Florianópolis, Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, 1978.

* Embora as agroindústrias possuam produtores integrados distantes até 80 km de suas sedes, a distância média do conjunto dos produtores gira em torno de 26 km, admitido como viável economicamente para as despesas com transporte. Essa informação foi fornecida pelos alunos do II Curso Internacional de Abastecimento promovido pelo convênio IPARDES-FAO, que visitaram as agroindústrias abatedouras de aves da região.

A “PRODUÇÃO FAMILIAR” E O SUPOSTO FIM DO LUCRO E DA RENDA DA TERRA NA AGRICULTURA DOS ESTADOS UNIDOS*

CLAUS M. GERMER

Professor Assistente do Departamento de Economia
da Universidade Federal do Paraná; Secretário de
Estado da Agricultura do Paraná.

RESUMO

Este artigo objetiva realizar comentários críticos acerca das categorias teóricas utilizadas por Yoshiaki Nakano, em artigo publicado na **Revista de Economia Política** (vol. 1 nº 3) onde o economista levanta a hipótese de que um país de capitalismo avançado tende à destruição do lucro e da renda da terra na agricultura de base familiar, adotando como referência o caso norte-americano.

A partir do enfoque histórico marxista, acompanhado de dados empíricos, procura-se demonstrar que a agricultura inserida no modo de produção capitalista, em obedecendo a esta lógica, provoca justamente a eliminação gradativa da produção familiar. Esta eliminação se dá no interior deste segmento, levando ao aburguesamento de parte desta camada por um lado (através da incrementação de terra e sofisticação tecnológica), ou à proletarianização dos demais, por outro lado, através de suas parcelas.

Para esta análise, recorreu-se à teoria da renda fundiária e a evidências empíricas encontradas na escassa bibliografia disponível no meio acadêmico brasileiro acerca da agricultura norte-americana, onde se procurou explicitar a taxa de excedente, o caráter da produção agrícola, a taxa média de lucro e a renda da terra, sob a égide do capital monopolista.

* Artigo elaborado em 1981.

1. Introdução

Pretendo apresentar, neste texto, alguns comentários críticos acerca do trabalho de Y. Nakano¹, com a intenção de contribuir para um debate que, não sendo novo, apresenta porém grande importância teórica e política, especialmente se considerarmos a gravidade da questão agrária brasileira atual. Na realidade, um adequado aprofundamento do debate requereria uma análise mais extensa do desenvolvimento da agricultura nos Estados Unidos, que desde o século passado converteu-se em ponto de referência inevitável das discussões em torno dos caminhos do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo. Todavia, à parte o fato de que isto requereria um trabalho bem mais extenso do que pretende este texto, infelizmente as informações estatísticas e a literatura prévia necessárias para isto não são acessíveis ao interessado em qualquer parte do Brasil. Não pude, assim, dispor deste tipo de material, mas apenas de algumas fontes limitadas, principalmente a coleção da revista **American Journal of Agricultural Economics**, desde 1961. Acredito também que este debate deveria incorporar, necessariamente, a análise do desenvolvimento da agricultura nos países socialistas, especialmente naqueles em que a propriedade privada da terra foi abolida em escala significativa. Seria útil também um estudo mais profundo especificamente do desenvolvimento das grandes empresas capitalistas na agricultura, cuja importância relativa é muito grande nos países capitalistas desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos. Também isto falta no presente texto.

Consideradas tais deficiências — que também são deficiências do texto de Nakano — o presente não poderia ter maiores pretensões que a de apresentar alguns comentários, que giram principalmente em torno de critérios de análise e categorias teóricas utilizadas pelo autor.

1 NAKANO, Y. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. **Revista de Economia Política**, 1 (3):3-16, jul./set. 1981.

2. Uma preliminar: pressupostos teóricos

Marx formulou um método de análise da realidade econômico-social, e com base nele realizou extenso e profundo estudo do modo de produção capitalista em geral, e de algumas de suas formas concretas de existência, ou seja, de formações econômico-sociais da sua época, tais como a inglesa, a francesa, a alemã, etc. Há evidentemente uma grande diferença entre a formulação do método e a sua aplicação, assim como entre forma e conteúdo. Creio que freqüentemente erramos ao tomar a forma pelo conteúdo, que é o que acontece ao adotarmos como paradigma certos resultados da análise concreta de Marx ou seus seguidores, que tratam de formas de manifestação da lei geral, mas não da lei propriamente dita. Creio que isto ocorre freqüentemente na análise atual da questão agrária.

A lei não muda ao mudarem as formas de manifestação da lei. O método não se altera enquanto não se altera a essência do fenômeno a analisar. Assim, o método de Marx não se torna obsoleto porque as formas de existência do capitalismo tenham se modificado, uma vez que a essência deste persiste: a propriedade burguesa e o trabalho assalariado. O método não perde o valor porque a Inglaterra foi afastada da vanguarda do mundo capitalista, nem a renda da terra desapareceu porque a classe terratenente inglesa tenha perdido importância econômica e política. O método não se altera em consequência da passagem do capitalismo da etapa concorrencial à etapa monopolista. O que mais plausivelmente se altera são as formas de existência do modo de produção capitalista.

Neste sentido, o caso da renda da terra é ilustrativo. Por não ter se generalizado nos países capitalistas, até o presente, a separação entre a propriedade da terra e a sua exploração econômica, passou a difundir-se a opinião de que a a renda da terra deixara de existir, devido à impotência do capitalismo em dominar a esfera da produção na agricultura. No entanto, o próprio Marx, seguido de Engels e Kautsky, deram grande destaque às profundas mudanças que se ope-

ravam nas condições do capitalismo mundial e das suas repercussões na agricultura européia. Como uma de suas consequências, apontavam a substituição do proprietário fundiário pelos bancos no domínio das terras. A dívida hipotecária passava a converter-se na forma de existência da renda fundiária, que não deixava portanto de existir.²

Assim, o método e as categorias teóricas que lhe correspondem não podem ser descartados enquanto as mudanças observadas forem apenas formais, isto é, referentes às formas de manifestação da lei e não ao seu conteúdo. Neste sentido, levantarei umas poucas premissas metodológicas que me parecem essenciais ao tema em discussão.

Em primeiro lugar, a história da humanidade compõe-se de uma sucessão de modos de produção, constituindo outras tantas etapas progressivas do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Os modos de produção baseados na propriedade privada dos meios de produção e de vida constituem a base das formações econômico-sociais divididas em classes. Seus elementos definidores são: 1) o grau de desenvolvimento das forças produtivas, e 2) as relações sociais de produção. Relações de produção são relações de propriedade, cada uma das quais associadas a um nível preciso de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a tecnologia ou o nível técnico estão indissolivelmente ligados às formas de propriedade, e a transição de um a outro modo de produção consiste na instituição de uma nova forma de propriedade resultante de progressos qualitativos nas forças produtivas. Estas não se modificam por si mesmas, mas como resultado das lutas de classes, envolvendo as classes fundamentais do modo de produção, as classes eventualmente remanescentes do modo anterior e as classes nascentes do novo modo de produção. Uma vez instituída uma nova forma de propriedade, as formas anteriores não podem sobreviver senão como excrescências e por tempo limitado, a menos que sobrevivam na sua mera expressão jurídica.

2 MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, v. 6. KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968. p. 101 e seguintes.

O conceito de modo de produção abrange a sociedade como um todo. A ascensão a um patamar técnico correspondente a um novo modo de produção exige a instituição de nova forma de propriedade e portanto novas classes sociais. A forma antiga da propriedade, assim como as classes que sobre a sua base se erigiam, não podem continuar a existir, porque a luta de classes que permite a ascensão de umas implica a destruição das anteriores.

Assim, é absurdo, neste marco teórico, pretender que as forças produtivas capitalistas possam estabelecer-se e florescer sob formas de propriedade — e portanto relações de produção — pré-capitalistas, uma vez que forças produtivas superiores não podem desenvolver-se senão sob relações de produção superiores.

Nestas condições, depreende-se que as formas de propriedade vigentes — e as relações sociais de produção que delas brotam — constituem limites definidos ao desenvolvimento das forças produtivas. Tais limites não são portanto constituídos pela natureza física dos processos de produção, como freqüentemente se supõe em relação à agricultura. Conseqüentemente, a sobrevivência de formas de propriedade antigas e suas correspondentes classes sociais impõe empecilhos ao pleno desenvolvimento da forma burguesa da propriedade e das classes sociais e forças produtivas que lhe correspondem.

Em segundo lugar, a agricultura não é um segmento ou setor colocado à parte no interior da economia e sociedade capitalistas. Ela constitui, pelo contrário, um agrupamento de ramos de produção integrados ao conjunto da produção social. A forma burguesa da propriedade privada dos meios de produção e de vida desenvolve-se também nos ramos de produção abrangidos pela agricultura, do mesmo modo que em todos os demais.

... a agricultura capitalista não constitui, dos pontos de vista técnico e econômico, uma anomalia que está sempre a merecer um contorcionismo teórico especial... Embora exista uma 'teoria geral' do capitalismo, que se aplica à agricultura assim como a qualquer ramo da economia

capitalista, não existe porém um modelo de 'capitalismo em geral' ao qual a agricultura ou qualquer setor devam conformar-se, mas uma totalidade heterogênea composta de ramos individualizados.³

Ademais, analisar a agricultura de um país capitalista isoladamente implica desconhecer que o 'setor agrícola' que hoje existe é ele próprio produto do capitalismo. Nos modos de produção anteriores a agricultura jamais existiu como ramo de produção individualizado⁴. A agricultura dos atuais países capitalistas é portanto resultado da instituição das forças produtivas e da forma de propriedade burguesas. Como podemos hoje, portanto, pretender que a criatura — a agricultura — seja imune à influência ou à expansão (!) do seu criador — o capitalismo?

Assim sendo, as determinações gerais da realidade concreta da agricultura são as mesmas do conjunto da economia e da sociedade capitalista, uma vez que o que caracteriza a estas é a vigência da forma burguesa da propriedade privada dos meios de produção e de vida. Dificilmente se poderia pretender que na agricultura dos países capitalistas desenvolvidos predomine alguma outra forma de propriedade. Todavia, as determinações gerais manifestam-se sob formas particulares em cada ramo de produção.

Finalmente, a exposição precedente implica que a análise da realidade não pode ser compartimentada numa análise "econômica", outra análise "política", etc. A realidade concreta é, pelo contrário, e só pode ser apreendida como totalidade, como unidade de muitas determinações diferentes, determinações estas que não estão imediatamente à vista nas manifestações empíricas visíveis da realidade.

Do acima exposto decorre que a estrutura econômica da agricultura, em termos da distribuição da produção, das dimensões dos estabelecimentos produtores, da divisão técnica e social do trabalho, das composições técnica e orgânica do capital, etc., assim como a distribuição da proprie-

3 GERMER, C.M. Progresso técnico e desenvolvimento capitalista na agricultura. In: GRAZIANO NETO, F., coord. *Textos sobre agricultura e tecnologia*. Jaboticabal, Departamento de Economia Rural, UNESP, 1981. p. 115. Mimeografado.

4 KAUTSKY, p. 33 e seguintes.

dade da terra, refletem não apenas realidades econômicas *stritu sensu*, mas uma realidade político-social mais ampla. Assim, reduzir as especificidades da agricultura às determinações das suas particularidades técnicas (tais como a importância dos processos biológicos, a natureza sequencial das operações do processo produtivo, a dependência do clima, etc.) é excessivamente simplista.

3. A taxa de lucro na agricultura

Nakano argumenta que a inviabilidade da produção capitalista na agricultura decorre da destruição da taxa de lucro e da renda da terra. Isto permite a sobrevivência da produção familiar, pois esta, juntamente com a “pequena produção de subsistência”,

são regidas internamente por relações de produção que não requerem, como condição de existência, nem a taxa média de lucro sobre o capital investido nem a renda da terra⁵.

Como esta conclusão deriva basicamente da análise da agricultura dos Estados Unidos, procurarei inicialmente apresentar indicações no sentido de que a suposição de desaparecimento do lucro e da renda da terra não corresponde à evolução da agricultura deste país.

O que de imediato se constata é que, a despeito da suposta resistência da produção familiar devido ao desaparecimento do lucro e da renda, a evolução da agricultura dos Estados Unidos mostra que quem está realmente desaparecendo são exatamente os produtores familiares. Segundo Nikolitch, os 2,2 milhões de estabelecimentos agrícolas que deixaram de existir entre 1939 e 1959 eram na sua quase totalidade de tipo familiar⁶. Entre 1959 e 1974 mais 1,4 milhões de estabelecimentos tomaram o mesmo caminho⁷. Assim, no espaço de apenas 34 anos, nada menos que 3,6 milhões de

6 NIKOLITCH, R. Family-labor and technological advance in farming. *Journal of Farm Economics*, 44 (4): 1065, Nov. 1962.

5 NAKANO, p. 10.

7 ESTADOS UNIDOS. Department of Agriculture. *Agricultural statistics*. Washington, D.C., 1978. p. 419.

resistentes unidades familiares desapareceram, enquanto entre os estabelecimentos maiores, onde se situam predominantemente aqueles reconhecidos como empresas capitalistas, o número tem aumentado persistentemente. Eis a evolução do número de estabelecimentos agrícolas entre 1940 e 1969, por estratos de área:

Estrato de área (em acres)	Número de estabelecimentos	
	1940	1969
menos de 10	509	162
10 — 99	3080	933
100 — 499	2255	1268
mais de 500	264	367
Total	6108	2730

Fonte: SNODGRASS, M.M. & WALLACE, L.T. **Agriculture, economics, and resource management**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1975. p. 137.

A despeito do fato de a definição de produção familiar não estar ligada a tamanho de área, os dados mostram um quadro de fortalecimento das maiores explorações e de desaparecimento acelerado das pequenas (onde predominam as familiares).

A análise do lucro requer, inicialmente, que se constate que a agricultura dos Estados Unidos tem apresentado, desde a última guerra mundial, uma persistente elevação do volume e do valor da sua produção. Esta tendência, quando associada a um número decrescente de estabelecimentos produtores, implica um persistente aumento do volume e do valor da produção médios por estabelecimento. Correspondentemente, devem aumentar também o volume e o valor dos meios de produção disponíveis por estabelecimento.

Entre 1940 e 1975, o valor dos ativos por trabalhador na agricultura norte-americana passa de US\$ 3.300 para cerca de US\$ 100.000, enquanto o valor dos ativos por estabelecimento aumenta de US\$ 6.200 a US\$ 165.000.⁸

⁸ AIDAR, A.C.K. & PEROSA JR., R.M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Revista de Economia Política*, 1 (3) : 20, jul./set. 1981.

Tais valores incluem a terra e as benfeitorias produtivas a ela incorporadas, e mais os meios de produção duráveis (máquinas e outros) e o capital circulante necessário para os gastos correntes da produção⁹. A ampliação sustentada dos ativos indica a ocorrência de um processo de acumulação incompatível com a suposição da destruição da taxa de lucro.

Examinemos mais de perto esta agricultura em expansão, independentemente da denominação que venham a ter os produtores. Tentemos analisar o significado da expansão sustentada do volume e do valor dos meios de produção e da produção*. Começemos pelos meios de produção duráveis. Eles são comprados no mercado, estando já distante o tempo em que a sua maioria era produzida pelos próprios agricultores. Portanto, para que o estoque destes bens físicos aumente, é necessário que os seus proprietários auferam rendimentos monetários suficientes para que, em cada ano, possam promover a manutenção do estoque existente e a reposição da parte que se desgasta, ao mesmo tempo em que devem auferir um excedente que lhes permita acrescentar uma certa quantidade de novos meios de produção. Para que isto aconteça, é preciso que o valor do produto vendido contenha, pelo menos, as seguintes partes: a) uma parte de valor monetário correspondente à parcela do processo produtivo; b) uma parte de valor monetário suficiente para ampliar o estoque de meios de produção duráveis.

A segunda parcela, ou seja, o acréscimo do estoque de meios de produção duráveis, requer que haja também um excedente de valor monetário necessário para adquirir, no início do novo processo produtivo, um acréscimo da quantidade de matérias-primas ou insumos correntes, acréscimo este imposto pelo aumento do estoque de meios de produção duráveis. Há portanto um volume de insumos constituídos pelas matérias-primas e produtos auxiliares, que também são em sua maioria adquiridos no mercado, cujo valor deve ser reproduzido em cada ciclo produtivo e estar con-

9 Agricultural statistics, p. 426.

* Como o caráter capitalista da produção agrícola não é pressuposto, não utilizaremos as categorias próprias do capitalismo no processo de produção. Assim, diremos "meios de produção" ao invés de "capital", "meios de produção duráveis" ao invés de "capital fixo", etc.

tido no valor da produção obtida e, mais do que isto, cujo valor deve ser ampliado para fazer face à ampliação do estoque de meios de produção fixos.

Há mais, porém. O processo produtivo é acionado pelo trabalho do produtor — que aqui estamos considerando ser o produtor familiar que se tecnifica —, de seus familiares e de assalariados em proporção variável. Este produtor deve dispor de certa massa de mercadorias — também adquiridas no mercado — aptas a garantir a subsistência deste conjunto de trabalhadores, a fim de que estejam em condições de acionar o processo produtivo nos ciclos sucessivos da produção. Esta quantidade de mercadorias possui um valor monetário que deve estar contido, juntamente com os valores discriminados acima, no valor do produto final vendido. Deve-se considerar que é cada vez menor a proporção — em quantidade e valor monetário — da produção destinada ao consumo no próprio estabelecimento agrícola, sendo portanto necessário que o valor do produto vendido contenha esta parcela.

Os dados apresentados acima, e mais a decomposição das partes constituintes do valor monetário da produção anual mostram, em primeiro lugar, que o trabalho destes produtores não se destina apenas a garantir a sua subsistência, mas é indispensável que ele reproduza, anualmente, os valores monetários necessários para reconstituir os meios de produção desgastados e, no caso de um acréscimo continuado do seu estoque — que é o que ocorre nos Estados Unidos —, é vital que ele produza um excedente capaz de permitir tais acréscimos.

O argumento de Nakano não requer a negação da existência de um excedente. Ele apenas afirma que tal excedente é inferior à taxa média de lucro. Creio que o que deve ser esclarecido, portanto, é se tal excedente corresponde ao lucro capitalista ou não. Nakano não é muito claro a respeito dos determinantes do excedente que permite a ampliação do estoque de meios de produção, embora reconheça que as unidades familiares “acumulam”¹⁰, e até se refira à

10 NAKANO, p. 5.

“reprodução em escala ampliada da família” (p. 10 e 11). Os tópicos a serem abordados no esclarecimento desta questão são os seguintes: 1) quais são os determinantes do lucro (ou excedente) evidentemente gerado na agricultura dos Estados Unidos; 2) o caráter da propriedade da terra e dos meios de produção na agricultura dos Estados Unidos; 3) o significado da existência de um excedente inferior à taxa média de lucro.

3.1 Determinantes da “taxa de excedente”

Numa agricultura em expansão persistente dos estoques de meios de produção, como a dos Estados Unidos, a existência de um excedente também persistente é condição evidentemente indispensável. Vimos acima que tal excedente, assim como o produto total, devem expressar-se em forma monetária e ser compostos de partes precisas destinadas a: a) ampliar o estoque de meios de produção duráveis; b) ampliar a massa de insumos correntes da produção; c) ampliar o valor das mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho, se este for o caso.

O excedente gerado anualmente expressa-se como uma proporção definida do valor do estoque dos meios de produção duráveis, mais os gastos correntes em insumos e o custo de reprodução da força de trabalho, empregados na produção. Atribuímos a esta proporção o símbolo “r”. Em qualquer ano “i”, deve ser o seguinte, pelo menos, o valor da produção obtido nesta agricultura:

$$VP_i = GMP_i + FT_i + r.MPT_i^*$$

em que: VP_i : valor da produção

GMP_i : valor dos meios de produção duráveis e correntes gastos

* As abreviaturas incomuns devem-se à intenção de não dar aos diversos componentes do processo produtivo a denominação correspondente à produção capitalista, que se admite que a agricultura não seja.

FT: valor do custo de reprodução da força de trabalho

MPT: valor do estoque de meios de produção duráveis e dos gastos correntes (capital total)

r.MPT: valor do excedente

O conjunto da economia — que se admite ser capitalista — requer uma massa definida de alimentos e matérias-primas de origem agrícola. É a agricultura que produz esta massa de produtos. Como a economia está em crescimento, assim deve estar a produção agrícola. Logo, a taxa de crescimento da agricultura deve ser compatível com a taxa de acumulação de capital do conjunto da economia. Esta taxa geral, portanto, determina a taxa de excedente a ser produzida pela agricultura. Portanto, o valor preciso da taxa “r” é determinado pelas condições gerais da economia, que se expressam na taxa de acumulação de capital anual. Isto significa que o valor anual do produto agrícola e sua taxa de crescimento são determinados pelas necessidades correntes e de ampliação do produto social total.

A equação acima, da qual se exclui por enquanto a parcela correspondente à renda da terra, aplica-se à média dos produtores agrícolas individuais, sejam chamados capitalistas ou familiares. Nakano apenas os diferencia ao incorporar FT e r.MPT em uma massa única denominada “custo de reprodução familiar — CRF”. A nova denominação antes confunde que esclarece o problema, pois não exime os produtores familiares de apresentarem uma taxa de excedente média igual a “r”. A nova denominação — CRF — induz a crer que o valor de “r” seja determinado pelas necessidades de reprodução da família. Isto não corresponde porém à verdade, pois “r” é determinada pela taxa de acumulação do conjunto da economia, a menos que se admita que esta esteja subordinada às conveniências da “reprodução familiar” na agricultura, o que me parece totalmente implausível.

Quais são os motivos pelos quais estes produtores, chamados familiares, e que supostamente deveriam ter como objetivo principal produzirem apenas o suficiente para a reprodução familiar, dedicam-se ao contrário a produzir um volume de mercadorias claramente superior às suas necessidades correntes e, além disso, ampliam os seus estoques de meios de produção e o volume da sua produção ano a ano?

A ampliação anual da produção agrícola requer a incorporação anual de mais meios de produção e de meios de produção tecnicamente superiores. Desse modo, a agricultura associa-se à tendência corrente da economia capitalista de, por intermédio do progresso técnico, elevar a produtividade do trabalho e, assim, reduzir constantemente o custo unitário das mercadorias, entre elas a força de trabalho. Nestas condições, os produtores que não acompanharem a evolução das técnicas de produção incorrerão em receitas decrescentes diante de custos totais rígidos ou até crescentes. Ora, tal situação não pode perdurar, pois os produtores que até agora viemos considerando necessitam manter as suas receitas acima de um certo nível mínimo indispensável para a reprodução ampliada das suas condições de produção.

Portanto, torna-se claro que uma das condições para a sobrevivência de tais produtores é a sua contínua atualização técnica. Sabemos que o progresso técnico está associado a uma elevação continuada da escala mínima da produção, ou seja, do valor mínimo necessário para produzir a custos viáveis. Portanto, acompanhar o progresso técnico implica ampliar continuamente o estoque de meios de produção e os gastos correntes. Ora, como a atualização técnica é condição de sobrevivência do produtor, e como esta atualização requer contínua ampliação de escala — ou seja, acumulação —, conclui-se que a acumulação constitui a condição de sobrevivência do produtor enquanto produtor de mercadorias. Assim sendo, o produtor tem como objetivo prioritário a acumulação, tal como ocorre com qualquer capitalista, e não a reprodução familiar. O produtor agrícola converte-se em funcionário do capital ou desaparece.

A descrição feita acima e a expressão algébrica que a resume, traduzem fielmente um processo de acumulação capitalista, quando a **força de trabalho é assalariada**. Neste caso a expressão algébrica pode ser escrita da forma habitual:

$$VP = P + r.K$$

\underset{i}
 \underset{i}
 \underset{i}

onde: P : preço de produção
 \underset{i}

r : taxa média de lucro

K : capital investido
 \underset{i}

$r.K$: valor do lucro
 \underset{i}

em que P compõe-se de gastos em capital constante fixo
 \underset{i}
 (meios de produção duráveis) e circulante (gastos com insumos correntes) e capital variável ou salários.

Assim, o aumento sustentado do estoque de meios de produção na agricultura norte-americana revela que nela se produz um excedente anual que, em uma economia capitalista, constitui o lucro. Portanto, há uma “taxa de excedente” constante na agricultura norte-americana, que existe objetivamente como valor monetário anual, e que denominaremos “taxa de lucro” se pudermos caracterizar os produtores agrícolas — mesmo os “familiares” — como capitalistas. Este é o assunto do tópico seguinte.

3.2 Sobre o caráter da produção agrícola

Na realidade não é a introdução da categoria CRF (custo de reprodução familiar) que permite distinguir os produtores capitalistas dos não-capitalistas ou familiares. Creio que a distinção de Nakano procura expressar o fato correto de que os produtores são capitalistas desde que os seus meios de

produção constituam capital, ou seja, propriedade privada burguesa dos meios de produção e de vida, isto é, a propriedade que se concentra nas mãos de uma parte da sociedade com a exclusão de todo o restante. Tal propriedade permite aos proprietários obter mais-valia por intermédio da exploração do trabalho assalariado e lhes permite, ademais, participar da distribuição da mais-valia social total na proporção da sua participação na massa total de valor do capital social, e não na proporção da sua participação na produção de mais-valia.

Nakano utiliza dois argumentos para demonstrar que o “produtor familiar” não é capitalista: o primeiro é um argumento factual, segundo o qual

a forma de organização da produção que predomina [na agricultura dos Estados Unidos] de forma absoluta é a que o Departamento de Agricultura define como ‘family-farm’, isto é, a produção baseada no trabalho familiar.¹¹

O segundo é um argumento teórico, destinado a explicar teoricamente a sobrevivência da produção chamada familiar sob o capitalismo, conceituando-a como uma **“categoria de produtor próximo da categoria limite, produtor simples de mercadorias”** (p. 9). Examinemos cada um dos argumentos separadamente.

O primeiro argumento pretende demonstrar que a tese do autor baseia-se na evidência empírica da insignificância do trabalho assalariado e da predominância do trabalho familiar na agricultura dos Estados Unidos (e também dos países europeus). Aidar & Perosa utilizam e ampliam uma tabela apresentada por Nikolitch (1969), que Nakano também cita, na qual a “propriedade familiar” representa desde 1949 cerca de 95% do número total de estabelecimentos agrícolas e é responsável por uma parcela que varia entre 60% e 70% do valor total da produção agrícola.

11 Ver, por exemplo, NIKOLITCH, R. Family-operated farms: their compatibility with technological advance. *American Journal of Agricultural Economics*, 51 (3) : 530-45, Aug. 1969.

11 NAKANO, p. 3. Não grifado no original.

É preciso caracterizar a **family-farm**, isto é, buscar a sua definição precisa. O modo pelo qual o conceito é utilizado faz supor um tipo de produção do qual está ausente de todo o trabalho assalariado. Se fosse assim, a discussão em torno de um possível caráter não-capitalista da agricultura familiar teria bom fundamento. Não é este, porém, o caso: a definição de **family-farm**, proposta por Nikolitch* e e adotada por Nakano, é arbitrária neste sentido. É importante mostrar que a definição de Nikolitch, embora apropriada aos seus objetivos, é inteiramente inadequada para a discussão conduzida por Nakano.

Nikolitch, adepto do chamado fundamentalismo agrícola**, está preocupado em demonstrar que, embora o capitalismo seja predominante na agricultura, os **capitalistas agrícolas são predominantemente capitalistas familiares, isto é, capitalistas cuja produção baseia-se principalmente no trabalho de pessoas da família**, sendo o trabalho assalariado minoritário. Portanto, é produtor familiar todo aquele que utiliza trabalho assalariado em quantidade igual ou inferior ao trabalho familiar. Para Nikolitch, a sobrevivência deste tipo de produtor decorre da sua capacidade de incorporar na sua totalidade os padrões técnicos e econômicos da produção capitalista. Esta capacidade expressa-se na plena compatibilidade da **family-farm** com o dinamismo do progresso técnico capitalista, pois “... as empresas familiares na agricultura (em contraste com o sistema fabril na indústria), são compatíveis com a mecanização”¹². Isto requer que tais produtores sejam capazes de absorver os ganhos de escala decorrentes deste progresso técnico. Neste sentido, afirma Nikolitch haver “considerável evidência de que a maioria das economias de escala podem ser atingidas dentro dos seus limites de tamanho” (p. 1068). O caráter empresarial que Nikolitch atribui aos produtores familiares traduz-se nas deno-

* A definição, adotada pelo USDA, aparentemente foi formulada por John M. Brewster. Todavia, baseamo-nos nos únicos artigos encontrados, de R. Nikolitch, citados no final deste artigo.

** O fundamentalismo agrícola parte da premissa de que a vida está baseada no progresso individual de cada cidadão.

12 NIKOLITCH, Family-labor..., p. 1068.

minações utilizadas como sinônimos, por exemplo **family-operated farm business**.

A definição de Nikolitch utiliza um critério meramente quantitativo. A verificação estatística da importância relativa da produção familiar assim definida, na agricultura, limita-se a computar o número de produtores que utilizam trabalho assalariado em quantidade no máximo igual ao trabalho familiar. A existência e a legitimidade do trabalho assalariado não são postas em dúvida. A comprovação estatística parte da constatação de que a quantidade média de trabalho familiar disponível por estabelecimento agrícola, nos Estados Unidos, é de 1,5 homens-ano. Assim, são denominados familiares todos os produtores que empreguem no máximo 1,5 homens-ano de trabalho assalariado. Importante é constatar, neste caso, que o trabalho assalariado não está ausente mas pode, pelo contrário, participar com até 50% do trabalho efetivamente realizado nos estabelecimentos familiares*. Ora, tal participação do trabalho assalariado não é insignificante, mesmo considerando ser a cifra de 50% a máxima possível segundo a definição.

Desta definição e dos dados estatísticos produzidos por Nikolitch, Nakano extrai conclusões excessivamente arrojadas, especialmente a de que o **farmer**, ou moderno produtor familiar, é uma categoria que não sofreu o processo de separação dos seus meios de produção **nem a sua produção é regida pelo processo de valorização do capital** (extração de mais-valia, etc.)¹³

A definição de Nikolitch não permite tal conclusão: embora se defina como capitalista a economia baseada no trabalho assalariado, não há nenhum imperativo teórico exigindo que o próprio capitalista não trabalhe também. Como se poderá estabelecer um limite quantitativo mínimo de emprego de trabalho assalariado, e então afirmar que é capitalista o estabelecimento que empregue um percentual supe-

* A importância relativa do trabalho assalariado pode ser ainda maior, pois os cálculos feitos por Nikolitch são indiretos (uma vez que não há estatísticas que forneçam diretamente a quantidade de trabalho familiar e assalariado por estabelecimento) e dependem de pressuposições discutíveis. Isto não é, porém, essencial aqui.

13 NAKANO, p. 9. Não grifado no original.

rior? A definição de Nikolitch, do modo como é adotada por Nakano, implica admitir que somente são capitalistas os estabelecimentos que utilizam mais de 50% de trabalho assalariado. Ora, será que 45% de trabalho familiar são qualitativamente distintos de 55% do mesmo tipo de trabalho? Ou, inversamente, um produtor que utilize 55% de trabalho assalariado é capitalista, enquanto aquele que usa apenas 45% não é? Ademais, sendo capitalista a economia em seu todo, será apropriado ou plausível estabelecer critérios que dividam as unidades produtoras em unidades “mais” capitalistas e “menos” capitalistas?

Assim, Nakano adotou em seu trabalho uma conclusão não permitida pelo trabalho de Nikolitch, porque a definição de **family-farm** deste autor não permite associar este tipo de estabelecimento a uma forma não-capitalista de produção. Os critérios adotados por Nikolitch não servem a tal tipo de classificação. Como consequência, Nakano parte de uma base factual falsa, ao pretender explicar teoricamente a persistência da produção familiar, **enquanto forma de produção não-capitalista**, supondo que os dados de Nikolitch provam esta persistência. Faltou-lhe portanto demonstrar que a produção dita familiar é uma produção não-capitalista, e que como tal persista na agricultura norte-americana.

O segundo argumento de Nakano supõe a plausibilidade do primeiro. Este argumento teórico consiste em afirmar que a produção familiar constitui um caso de produção simples de mercadorias, formando um “sistema de produção simples de mercadorias”. O que caracteriza tal sistema é o fato de seus produtores produzirem para o mercado — estando portanto subordinados à “lógica do valor” — onde a venda dos seus produtos destina-se não à realização de um lucro, mas à aquisição de outros produtos necessários à reprodução da família, segundo o esquema clássico de Marx. Este tipo de produtor resulta da libertação dos servos das relações de dependência da comunidade aldeã e do senhor de terras. Para que se instaure a produção capitalista, porém, é necessário que este produtor, agora independente de laços de dependência pessoal, seja também “libertado” da pro-

priedade dos seus meios de produção e de vida. Este segundo processo, segundo Nakano, não se deu na agricultura, de modo que ela não se subordina à lógica do capital, senão “nas suas relações externas”.¹⁴

Nakano conclui:

assim, quando afirmamos que nos países onde o capitalismo está mais avançado, contraditoriamente, na agricultura predominam formas não-capitalistas de produção — o ‘farmer’ americano, por exemplo, — estamos-nos referindo a uma categoria de **produtor próximo da categoria limite produtor simples de mercadorias**. O ‘farmer’, ou moderno produtor familiar, é uma categoria que **não sofreu o processo de separação dos seus meios de produção** nem a sua produção é regida pelo processo de valorização do capital (extração da mais-valia, etc.) (p. 9 — grifos meus).

A sumária exposição do processo de acumulação primitiva, de Nakano, apresenta-nos o produtor simples de mercadorias no que lhe é essencial: uma forma historicamente de transição entre os modos feudal e capitalista, em estado de expropriação incompleta, uma forma cuja existência histórica somente encontra explicação na passagem de um modo a outro, mas que não pode constituir um sistema no sentido de um modo de produção autônomo. Por conseguinte, trata-se de uma categoria que só pode subsistir temporariamente.

Em segundo lugar, a produção e a circulação simples de mercadorias supõem a propriedade dos meios de produção e de vida pelos produtores diretos como norma geral. Isto é, os meios de produção não se antepõem ao produtor direto como não-propriedade ou como propriedade-de-outro, ou seja, como capital ou propriedade burguesa. Para que tal sistema pudesse perdurar, teria que basear-se na inalienabilidade dos bens. A emergência da propriedade burguesa, porém, implica que os produtores simples de mercadorias sejam separados dos seus meios de produção e de vida. Conforme Marx demonstrou, a primeira condição para a insti-

14 NAKANO, p. 7, 8.

tuição do modo de produção capitalista é que o livre acesso à propriedade da terra seja vedado, o que significa converter a terra em propriedade burguesa, ou seja, convertê-la, para o produtor direto, em não-propriedade. Neste sentido, o camponês livre da comunidade e do jugo do senhor, dono portanto da sua terra, é a figura precursora do capitalista e do proletário, pois a terra é sua propriedade individual e se opõe a todos os outros como não-propriedade. Esta é a condição para a expropriação: os camponeses expulsos da sua terra — e só podem ser expulsos a partir do momento em que a terra passa a ser sua propriedade individual, pois só podem ser despojados daquilo que possuem — encontram toda a terra apropriada por outros, propriedade-de-outro. O camponês expropriado converte-se em assalariado na própria agricultura — portanto de outros camponeses em processo do aburguesamento — ou migra para as cidades em crescimento.

Finalmente, não creio que se possa tomar a agricultura isolada do restante da economia e da sociedade e supor que nela persista um “sistema de produção simples de mercados” em caráter permanente, quando no conjunto da economia já não sobrevive a norma da propriedade dos meios de produção pelo produtor direto. Neste caso a terra já é propriedade burguesa. Os meios de produção e de vida utilizados na agricultura fazem parte do estoque total de meios de produção da economia que se opõem aos trabalhadores como propriedade privada, burguesa ou capital. Acredito ser plausível que, no interior da análise de uma economia capitalista em seu conjunto, possa-se detectar o prolongamento da sobrevivência de classes ou frações de classe arcaicas, como resultado das alianças impostas pelo estado concreto da luta de classes. Mas neste caso não se perderia de vista o caráter transitório de tal sobrevivência. Admitir a perpetuidade significa desvincular as formas de propriedade do estado de desenvolvimento das forças produtivas, e a estrutura de classes de ambos em conjunto. O mesmo se dá ao admitir que o capitalismo desenvolveu-se na agricultura, até

o fim do século passado, mas a partir de então sofreu “uma reversão no processo de transformação no campo”.¹⁵

Tais hipóteses exigem o abandono do conceito de modo de produção. A admissão de um estado de coisas permanentemente autônomo na agricultura, isto é, a existência de padrões não-capitalistas, implica formas de propriedade não-capitalistas e portanto classes distintas daquelas que caracterizam o capitalismo; implica também a convivência pacífica de formas de propriedade e estruturas de classes. Por outro lado, uma reversão no desenvolvimento capitalista implica uma reversão nas forças produtivas e nas formas de propriedade e na estrutura da classes. Se isto é verdade, deve haver uma explicação plausível de tais acontecimentos: quais são as contradições de classe que os impulsionam, se é que eles decorrem de tais contradições?

3.3 A taxa média de lucro

Tentei mostrar, nas seções precedentes, que a agricultura norte-americana vem apresentando uma taxa de acumulação persistente no pós-guerra, acumulação esta que só foi possível porque na agricultura gerou-se anualmente um excedente de valor necessário para financiá-la. Os fatos mostram portanto que existe uma taxa de crescimento do potencial produtivo, à qual denomino taxa de acumulação, proveniente da existência de uma taxa de lucro definida.

Nakano afirma que a produção familiar não requer “a taxa média de lucro sobre o capital investido” como condição de existência. A posição do autor parece-me confusa, uma vez que ele admite — conforme citei anteriormente — que as unidades familiares “acumulam” e “se reproduzem em escala ampliada”, sendo difícil perceber o que tais expressões significam num contexto não-capitalista. De qualquer modo, a produção familiar apresenta um excedente. Se chamarmos tal excedente de lucro, e o expressarmos como uma taxa, nada impede que esta taxa seja inferior à taxa média e que o produtor que a obtém seja capitalista. Isto é, obter

15 NAKANO, p. 5.

uma taxa inferior à média não caracteriza um produtor como não-capitalista. O conceito de uma taxa média para a qual tendem as taxas efetivas implica a existência de uma dispersão em torno da média, portanto com taxas superiores e inferiores a ela. A concorrência intercapitalista implica tal dispersão.

Nakano argumenta porém que:

... é a oligopolização do capital industrial, determinando um alto grau de monopólio, que permite ao setor industrial como um todo captar uma taxa de lucro bem **acima da competitiva**, que acaba destruindo a taxa de lucro e a renda fundiária na agricultura (p. 11).

A passagem do capitalismo à etapa monopolista não elimina o conceito de taxa média de lucro, como relação entre a massa de mais-valia e a massa de capital no conjunto da economia. Assim, a existência de capitalistas que auferem taxas superiores à média continua implicando a existência de outros auferindo taxas inferiores à média. É evidente que não podem todos obter taxas superiores à média, pois isto, na teoria do valor de Marx, seria um absurdo matemático. Admiti-lo, porém, exige a suposição de outros meios de gerar valor além do trabalho, fugindo portanto da teoria do valor.

Não é plausível, em primeiro lugar, que “o setor industrial como um todo” [possa] “captar uma taxa de lucro bem acima da competitiva”, admitindo que a taxa competitiva seja a taxa média. Estando a maior parte do capital e da força de trabalho totais investidas na indústria de transformação — e sendo relativamente pequena a massa de capital e a força de trabalho aplicadas nos ramos de produção agrícolas —, os ramos agrícolas não seriam capazes de gerar a massa de mais-valia requerida para que a taxa de lucro do conjunto da indústria de transformação superasse substancialmente a média. Assim, embora se possa admitir, para raciocinar, a vigência de uma taxa média de lucro, na agricultura, inferior à da indústria, o rebaixamento da taxa de lucro da agricultura nunca poderia propiciar uma grande elevação da taxa média industrial. Um exemplo simples pode

demonstrá-lo: supondo que a agricultura contenha 10% do capital e da força de trabalho e sendo de 10% a taxa média de lucro na economia, a redução da taxa agrícola para 5% faria a taxa da indústria elevar-se apenas para 10,5%, e a hipotética anulação da taxa de lucro agrícola elevaria a industrial para apenas 11%. No exemplo deixou-se de lado o setor terciário. Todavia, o rebaixamento do lucro agrícola não significa a sua supressão total, conforme demonstra a evidência estatística da agricultura norte-americana, já apresentada.

O argumento de Nakano leva a um impasse. Postula que a taxa média de lucro da indústria vai aumentando devido à transferência de mais-valia da agricultura. Isto supõe a produção capitalista na agricultura e portanto a existência de uma produção subordinada à produção de mais-valia como o objetivo. Se o argumento prossegue até a suposição da anulação do lucro e da cessação da produção capitalista na agricultura, não haveria mais geração de mais-valia e, conseqüentemente, cessaria a transferência de mais-valia para o setor industrial e a taxa de lucro deste deveria cair. Isto equivaleria, ademais, conforme já foi dito, a uma regressão da forma da propriedade e da estrutura de classes, e a um retrocesso no estado das forças produtivas com conseqüente queda da produtividade do trabalho, resultado este não apenas incompatível com a experiência histórica como com o conceito de modo de produção e da transição entre dois modos.

É notório, em segundo lugar, que os diversos ramos que compõem o setor industrial apresentam taxas de lucro muito diversas. Por outro lado, em cada ramo industrial de produção, mesmo oligopolizado, impera uma variedade de taxas de lucro mais ou menos compartimentadas. Não se pode descartar a existência, no setor industrial, de taxas de lucro inferiores às que se observam em outros tantos segmentos da agricultura, inclusive inferiores à taxa competitiva.

Ora, sendo a diversidade de taxas de lucro uma característica própria da dinâmica capitalista, não se pode dizer que as unidades produtoras que apresentem taxas inferior-

res à média sejam “não-capitalistas” ou “menos capitalistas” que as outras. Nestas condições, pode ser correta a suposição de que na agricultura predominem taxas de lucro inferiores à média, mas isto não elimina o caráter capitalista da produção. Isto poderia resultar do fato de que os grandes capitais, aplicados na indústria, exigiriam, para aplicarem-se à agricultura, taxas de lucro muito superiores às prevalentes na agricultura e que satisfazem aos pequenos capitais aí existentes. Como o conjunto destes pequenos capitais atende adequadamente às necessidades da economia, é óbvio que não há necessidade de novos capitais extraordinariamente grandes e não há, conseqüentemente, motivo para uma taxa de lucro em elevação. A agricultura seria, conseqüentemente, campo de aplicação predominantemente de pequenos capitais, sem deixar de ser capitalista.

4. A renda da terra

A renda da terra é uma forma de existência da mais-valia. Constitui uma categoria do modo de produção capitalista, e como tal expressa dois dos seus aspectos: a) como renda absoluta, expressa o monopólio privado da propriedade da terra; b) como renda diferencial, expressa a existência da concorrência intercapitalista sob condições diferenciadas, em termos da qualidade natural dos solos e sua localização geográfica. A renda absoluta pode deixar de existir, sob o capitalismo, em condições econômicas e políticas bem definidas. O mesmo não ocorre, porém, com a renda diferencial que, sendo própria da concorrência capitalista, não pode deixar de existir a menos que o capitalismo seja superado.

Nos Estados Unidos há evidência estatística a este respeito. Em primeiro lugar, a geração persistente de lucro, conforme já foi mostrado, qualquer que seja a taxa normalmente pretendida pelo produtor agrícola, impõe a determinação do preço de mercado segundo o preço de produção nas terras de menor fertilidade do investimento. Conseqüentemente, as terras superiores a estas gerarão um sobrelucro. A sua conversão em renda fundiária na sua expressão

clássica pode dar-se ou não. Conforme indicamos no início deste trabalho, a conversão da renda em dívida hipotecária já foi apontada no final do século passado. Seja como for, o sobrelucro deve necessariamente existir desde que os produtores necessitem obter uma taxa mínima de lucro a fim de fazerem frente ao imperativo da acumulação, da qual depende a sua sobrevivência enquanto produtores. A forma específica de existência da renda, em cada momento histórico, deve ser identificada por intermédio de pesquisas apropriadas.

Existe uma segunda evidência estatística também referente aos Estados Unidos. Trata-se da ascensão sustentada, desde o século passado, do arrendamento associado à propriedade da terra. Tais produtores são chamados de **part owners**, (proprietários parciais)*. A sua participação no número de estabelecimentos agrícolas passou de 10,1% em 1940 para 27,2% em 1974, enquanto a sua participação na área total dos estabelecimentos elevou-se de 28,2% em 1940 para 52,7% em 1974 (Agric. Statistics 1978, p. 419). Não disponho de outros dados a respeito, de modo que não estou habilitado a tirar maiores conclusões sobre o assunto. No entanto, o que isto evidencia é que: a) há um número substancial de produtores que arrendam terras, e são os que apresentam a maior expansão econômica; b) isto significa que obtêm uma taxa de lucro adequada às suas necessidades de acumulação; c) se além disto pagam renda, deduz-se que os seus rendimentos contêm uma parcela adicional, isto é, um sobrelucro, a ela correspondente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AIDAR, A.C.K. & PEROSA JR., R.M. Espaços e limites da empresa capitalista na agricultura. *Revista de Economia Política*, 1 (3): 17-39, jul./set. 1981.
2. ESTADOS UNIDOS. Department of Agriculture. *Agricultural statistics*. Washington, D.C., 1978. 605 p.
3. GERMER, C.M. Progresso técnico e desenvolvimento capitalista na agricultura. In: GRAZIANO NETO, F., coord. *Textos sobre agri-*

* Produtores que, embora sendo proprietários de terras, arrendam outras parcelas para incrementar sua produção.

- cultura e tecnologia. Jaboticabal, Departamento de Economia Rural, UNESP, 1981. p. 99-134. Mimeografado.
4. KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968. 328 p.
 5. MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, v. 6.
 6. NAKANO, Y. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. **Revista de Economia Política**, 1 (3):3-16, jul./set. 1981.
 7. NIKOLITCH, R. Family labor and technological advance in farming. **Journal of Farm Economics**, 44 (4):1061-8, nov. 1962.
 8. ———. Family-operated farms: their compatibility with technological advance. **American Journal of Agricultural Economics**, 51 (3):530-45, Aug. 1969.
 9. SNODGRASS, M.M. & WALLACE, L.T. **Agriculture, economics and resource management**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1975. 521 p.

AGRICULTURA FAMILIAR NORTE-AMERICANA: RADIOGRAFIA DE UM MITO

FRANCISCO B.B. MAGALHÃES FILHO

Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

Uma das imagens mais veiculadas é a da agricultura norte-americana como uma agricultura familiar. Isso é um mito. O quadro real é o de uma crise agrária constante, com a alta concentração da propriedade e da renda. A origem do mito está na história da evolução da agricultura norte-americana. Hoje essa imagem mítica é instrumento contra soluções não-capitalistas dos problemas agrários de outros países.

Poucas imagens relativas à economia mundial contemporânea são tão promovidas e divulgadas quanto a relativa à agricultura dos Estados Unidos como a de uma agricultura familiar. Em todos os meios intelectuais surge e ressurgue a descrição de uma agricultura baseada em *farmers*, pouco diferenciados entre si em riqueza e renda, que trabalham a terra com os membros de suas famílias, aplicando as tecnologias mais recentes, obtendo os maiores índices de produtividade e produzindo alimentos para todo o mundo.

Essa imagem desempenha um papel político muito importante, principalmente quando usada para fundamentar argumentos em defesa da implantação ou do fomento de uma agricultura semelhante em outros países. Seu papel maior é servir de arma contra proposições relativas à implantação de outros tipos de estrutura agrária em países subdesenvolvidos, como o Brasil, principalmente quando se trata de modelos coletivistas ou estatistas.

A força dessa imagem é tal que chega a parecer que a agricultura norte-americana conseguiu escapar à expansão e à lógica próprias do capitalismo monopolista, formando um remanso bucólico onde produtores familiares conseguem não ser tocados pela alhures irresistível tendência à concentração da propriedade e dos meios de produção. Dela decorre uma perspectiva que vê o futuro da agricultura mundial como capaz de vir a ter sucesso apenas ali onde um modelo semelhante for adotado. O modelo, por sua vez, aparece como intemporal, reproduzindo-se *ad infinitum*. Sua penetração é tal que mesmo autores que trabalham com conceitos marxistas chegam a afirmar o caráter não-capitalista do **farmer**, que seria, por exemplo, apenas um produtor simples de mercadorias.¹

A imagem é falsa. A predominância da agricultura familiar do **farmer** no campo norte-americano é um mito. Longe de ser um remanso, resguardado do processo concentrador do capitalismo monopolista, a agricultura dos Estados Unidos vem atravessando uma crise constante, com contínua e incessante expulsão de mão-de-obra, venda e desaparecimento de fazendas, e crescente predomínio das fazendas maiores com maior composição orgânica do capital e com maior emprego de trabalho assalariado.

Este artigo propõe-se a apresentar alguns dados que comprovam o caráter mítico da imagem predominante da agricultura norte-americana e, ao mesmo tempo, procurar indicar caminhos para a explicação do processo histórico que engendrou esse mito.

Começaremos pela constatação de que a agricultura norte-americana vem atravessando uma crise permanente. Essa afirmação pode parecer absurda em relação a uma agricultura com a capacidade produtiva e a produtividade da norte-americana. Mas o problema não está aí; o que está em crise é a estrutura agrária, que vem sofrendo contínuas modificações à medida que as pequenas fazendas são eliminadas, a produção concentra-se cada vez mais em estabeleci-

1 Ver, por exemplo, o artigo de Yoshiaki NAKANO, A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. *Revista de Economia Política*, 1 (3) : 3-16. jul./set. 1981.

mentos maiores e milhões de agricultores têm de assalariar-se nas cidades próximas para sobreviver, ou de abandonar definitivamente o campo, passando a engrossar o mercado de trabalho urbano.

O número de fazendas vem decrescendo continuamente desde 1910, acelerando-se notadamente após a Segunda Guerra Mundial.

A população ocupada nas atividades agropecuárias (média anual) caiu de 13,4 milhões em 1920 para 9,9 milhões em 1950. Nos trinta anos subsequentes a queda foi bem maior, para 3,7 milhões. Ao longo desse período a participação dos assalariados (em oposição aos proprietários e membros da família) aumentou, de 23% em 1950 (era de 25% em 1920) para 35% em 1980.²

A radiografia do processo interno que leva a essa redução do número de fazendas e de proprietários está muito bem apresentada em livro do cientista social soviético A.N. Melnikov.³

Trabalhando sobre dados do Censo da Agricultura dos Estados Unidos, em 1950, e reclassificando-os para categorias marxistas* o autor encontra uma camada semiproletária de 1,2 milhões de fazendeiros, correspondendo a 27,6% do total em operação naquele ano.

Citando Melnikov, esses semiproletários "são pessoas que moram nas fazendas, porém trabalham fora das mesmas durante mais de 100 dias por ano e também aquelas que auferem renda maior em outras atividades que em suas atividades agrárias. Geralmente são antigos pequenos fazendeiros arruinados (ou seus filhos adultos), que trabalham como assalariados na indústria ou em outras atividades urbanas ou como assalariados agrícolas nas fazendas da grande e

2 Dados do Serviço de Pesquisa Econômica do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, extraídos do *THE WORLD Almanac and Book of Facts*, 1982. New York, Newspaper Enterprise Association, 1981.

3 A estrutura de classes dos Estados Unidos. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.

* Melnikov trabalha com as seguintes categorias principais: capitalistas rurais, que empregam trabalho assalariado em quantidade suficiente para produzir a mais-valia necessária à sua manutenção e à acumulação de capital; pequenos burgueses rurais; que utilizam somente trabalho familiar ou empregam trabalho assalariado insuficiente para a manutenção da família proprietária, pelo que esta precisa trabalhar: semiproletários rurais, cujo trabalho, individual ou familiar, é insuficiente para a própria manutenção, pelo que têm de completar sua renda vendendo sua força de trabalho ou dedicando-se a outra atividade; e, finalmente, os assalariados rurais, permanentes ou temporários.

média burguesia rural. Representam um tipo social de transição entre a pequena burguesia e o proletariado: vivem da venda de sua força de trabalho, embora ainda sejam pequenos proprietários".⁴

Nove anos depois, pelo Censo da Agricultura dos Estados Unidos, de 1959, essa camada, nitidamente de transição, mantém-se ainda em 1,2 milhão (com um ligeiro aumento de 1.169.000 para 1.229.000), mas passa a responder por 33,1% do total dos fazendeiros, que se reduziu de 4,2 para 3,7 milhões no período.

Essa evolução mostra claramente que existe um contínuo entrar de fazendeiros nessa categoria, substituindo os que dela saem, proletarizando-se definitivamente. De onde vêm eles? Dado que não tem sentido imaginar que esse seja o começo de uma atividade profissional, resta a hipótese de que eles "caem" da camada imediatamente superior, a pequena burguesia agrícola.

Esta, com efeito, reduziu-se no mesmo período, de 3,0 para 2,4 milhões, respondendo pela quase totalidade da queda global do número de fazendeiros, de 4,2 para 3,7 milhões.

Essa a perspectiva para a maior parte dos agricultores familiares norte-americanos: de proprietário pequeno-burguês, que trabalha com a família e emprega eventualmente mão-de-obra assalariada, para assalariado parcial, na cidade ou no campo e, finalmente, para proletário.

Esse o retrato da crise. Vejamos agora quem se beneficia com ela, ou seja, quem amplia constantemente sua fatia no bolo total do produto gerado pela agricultura.

Segundo os dados utilizados por Melnikov, os fazendeiros enquadrados na categoria mais alta de acordo com os critérios do Censo de 1959 (produção realizada anual de 40 mil dólares e mais) eram 102 mil (2,8% do número de fazendeiros), mas produziam 31,5% da produção total em valor de venda. Essa categoria, ainda segundo critérios marxistas, incluía 33 mil fazendeiros que não empregavam assalariados permanentes (a camada superior da pequena burguesia). Os outros 69 mil empregavam 328 mil assalariados perma-

4 MELNIKOV, p. 154.

nentes, que correspondiam a 47% do total. Mesmo nesse grupo 39 mil assalariavam permanentemente menos de 3 trabalhadores cada, o que, pelos critérios adotados por Melnikov, corresponde ao degrau de passagem da pequena burguesia ao capitalismo rural. Os restantes 30 mil empregavam mais de 3 assalariados permanentes, classificando-se como capitalistas.

Ao final da década de 1970 a concentração da atividade econômica na agricultura dos Estados Unidos era ainda mais nítida. Segundo ampla reportagem sobre o setor publicada no semanário *Time*⁵, as fazendas classificadas como médias e grandes auferiam 90% do total do produto das vendas agrícolas, sendo que na camada superior estavam aquelas com rendas brutas superiores a 100 mil dólares anuais. Estas, apesar de constituírem apenas 6% do número de fazendas (162 mil) recebiam 53% do produto das vendas.

No outro extremo, segundo a mesma reportagem, e confirmando os comentários embasados nas considerações de Melnikov sobre os semiproletários, estão os que têm rendas brutas inferiores a 20 mil dólares anuais. São em torno de 70% das 2,7 milhões de fazendas (1,9 milhão, bem mais do que eram em 1959, relativa e absolutamente). Segundo a reportagem, "The people who work then should not be classed as farmers at all. Some have failed to make a living growing crops and now commute to town to work as factory hands or clerks; others are mainly fertilizer salesmen, rural storekeepers or the like who raise, say, a few hogs as a sideline. 'Farmers' in the \$20,000-and-under class get 80% of their income from off-the-land jobs".⁶

Se, das 2,7 milhões de fazendas, 1,9 correspondem a essa descrição, e 162 mil estão no topo, como anda a pequena burguesia rural? Reduzida a algo em torno de 700 mil. Melancólica antevéspera do desaparecimento de uma classe que foi

5 The american farmer. *Time*, nov. 1978, p. 20.

6 *Time*, p. 23. "As pessoas que as operam não deviam ser classificadas mais como fazendeiros. Alguns falharam em ganhar a vida plantando e agora vão diariamente à cidade trabalhar como operários fabris ou funcionários administrativos; outros são principalmente vendedores de fertilizantes, lojistas rurais ou algo assim que, digamos, criam alguns porcos como atividade secundária. 'Fazendeiros' na classe de 20 mil dólares ou menos recebem 80% de sua renda de trabalhos fora da terra".

um dos pilares em que historicamente fundamentou-se a democracia burguesa norte-americana.

As fazendas da camada superior, cada vez maiores, empregando a totalidade ou quase totalidade dos assalariados, cada vez mais empresas e menos fazendas familiares, diversificando sua ação pela aquisição ou implantação de firmas produtoras ou processadoras de produtos e insumos agrícolas, representam o triunfo dos capitalistas rurais, que aos poucos vão-se associando à burguesia monopolista, dentro de cuja lógica operam.

Nada melhor para coroar esse retrato da realidade rural norte-americana do que o seguinte trecho da reportagem mencionada: "Former Secretary of Agriculture Earl Butz vigorously preached the virtues of large scale efficient farming, a message often translated in the croplands into five blunt words: Get big or get out".⁷

Se essa a realidade, de onde vem a persistência do mito? Deixando de lado a explicação simplista de que é o produto de uma propaganda dirigida, pois esta causa só pode explicar parte da verdade, é preciso buscar na própria história da evolução econômica dos Estados Unidos a base real sobre a qual se construiu a ideologia do predomínio do fazendeiro familiar.

O ponto principal aqui é a constatação de que, no seu início, quando surge e se consolida o "sonho americano" e são lançadas as bases ideológicas sobre as quais se assenta ainda hoje a maneira como a maior parte dos norte-americanos vê a sociedade em que vive, e entende sua inserção nela, a economia dos Estados Unidos era, em termos de ocupação da população economicamente ativa, uma economia de autônomos, aí incluídos os homens de negócios, os profissionais liberais, os profissionais de todo tipo e os farmers.

Essa situação original pode ser compreendida através de comentários como os a seguir apresentados, extraídos por Melnikov de C. Wright Mills: "É sabido que os Estados Uni-

7 Time, p. 32. "O antigo Ministro da Agricultura Earl Butz (durante os governos de Nixon e Ford) pregava com vigor as virtudes de uma agricultura eficiente em grande escala, mensagem frequentemente traduzida no campo por quatro palavras diretas: cresça ou caia fora."

dos não conheceram as relações feudais desenvolvidas. Jamais existiram nos Estados Unidos o camponês-servo nem o senhor feudal no sentido europeu. Por isso até a Guerra Civil (e mesmo depois) os representantes das camadas médias — o **farmer** independente e o pequeno burguês urbano — constituíam uma parte considerável da população. Wright Mills assinala que ‘embora não se disponha de cifras exatas, é lícito supor que em começos do século XIX, 4/5 da população ativa eram empresários independentes’. Pode-se concordar com essa avaliação, levando em conta que àquela época a classe operária mal se formara e grande parte da população era constituída de moradores do campo”.⁸

Do sociólogo Levison Core, Melnikov extrai ainda o seguinte dado: “Ele declara que em 1820 cerca de 80% da população da América dispunham de propriedade, que empregavam para sua subsistência”.⁹

Mesmo lembrando que até 1863 parte significativa da força de trabalho era escrava, os dados são de suma importância para compreender as bases reais da ideologia norte-americana. É preciso lembrar que o trabalho escravo concentrava-se quase que em sua totalidade nas economias primário-exportadoras dos estados meridionais, principalmente a do algodão, e que essa região, em 1860, já continha menos de um terço da população total do país. Convém lembrar ainda que a ideologia burguesa que se consolidava a partir da realidade mostrada pelos dados antes mencionados foi um dos elementos estratégicos para a mobilização popular no conflito cujo resultado subordinou a economia sulista à crescente expansão do capitalismo nortista.

A predominância numérica do trabalho autônomo, nítida pelo menos até o início da segunda metade do século XIX, embasa a quase totalidade do corpo ideológico ainda hoje característico dos Estados Unidos. Sua força maior funda-se exatamente no setor agrícola, porque aí o fazendeiro familiar tinha predominância ainda mais nítida. Com efeito, em 1870, 68% dos autônomos eram formados pela pequena burguesia

8 MELNIKOV, p. 234.

9 MELNIKOV, p. 234.

rural. O fato de esse percentual ter-se reduzido para 5,4% em 1971 apenas mostra como as concepções ideológicas, ao nível da super-estrutura, tardam a conformar-se às mudanças reais, ao nível da base econômica.

Mas há mais. A grande maioria da enorme massa de milhões de imigrantes europeus que povoou os Estados Unidos vinha de economias onde o maior problema que enfrentara era o da impossibilidade do acesso à terra, traduzido principalmente pela sua expulsão do campo à medida que as relações capitalistas minavam a estrutura feudal de onde provinham. Para essa massa, o acesso à terra, a consecução do sonho de uma propriedade familiar, confundia-se com a própria imagem da América.

E esse enfoque era reforçado pela visão que importantes segmentos da classe dominante norte-americana tinham do país e do seu futuro. Thomas Jefferson, por exemplo, autor da Declaração da Independência e duas vezes Presidente dos Estados Unidos, em suas *Notas sobre a Virgínia*, escreveu: "Those who labour in the earth are the chosen people of God, if ever He had a chosen people, whose breasts He has made His peculiar deposit for substantial and genuine virtue. It is the focus in which He keeps alive that sacred fire, which otherwise might escape from the face of the earth. Corruption of morals in the mass of cultivators is a phenomenon of which no age nor nation has furnished an example".¹⁰

J.Hector St. John de Crèvecoeur, um dos muitos franceses que visitaram a América e por ela se encantaram, escreveu em suas *Cartas de um Fazendeiro Americano*, publicadas em Londres em 1782: "O rico e o pobre não estão tão separados como na Europa. Excetuadas umas poucas cidades, somos todos cultivadores da terra, da Nova Escócia à Flórida Oriental. Somos um povo de cultivadores, espalhados sobre um território imenso, comunicando-nos uns com os outros por meio de boas estradas e rios navegáveis, unidos pelos

10 Citado por BROWN, A.J.Y. *The American economy: 1860-1940*. London, Allen & Unwin, 1951. p. 106. "Os que trabalham a terra são o povo escolhido de Deus, se Deus alguma vez teve um povo escolhido, cujo peito Ele fez seu repositório peculiar de virtudes substanciais e genuínas. É o foco onde Ele mantém vivo o fogo sagrado, que de outra maneira poderia escapar da face da terra. A corrupção moral na massa de lavradores é um fenômeno do qual nenhuma idade ou nação forneceu exemplo."

sedosos laços de um governo brando, todos respeitam as leis sem temer sua força, porque elas são equitativas. Estamos todos animados com o espírito de uma indústria que é irresistível e livre, pois cada pessoa trabalha para si própria”.¹¹

Essa visão idílica, que obviamente não era então comparável pelos escravos de origem africana ou pelos trabalhadores “ajustados” (*indentured*) de origem européia, como não o seria mais tarde pelos brancos pobres do sul ou pelo proletariado dos cortiços das cidades e das minas, tinha também seu componente real. O acesso à terra era realmente muito mais fácil do que há séculos o era na Europa.

Desde a organização dos Estados Unidos as terras públicas foram alocadas a preços baixos a quem se dispusesse a trabalhá-las. A princípio o governo as oferecia a 2 dólares o acre (0,4 ha.), em lotes de 640 acres. Posteriormente, mantido o preço por acre, os lotes mínimos foram reduzidos, por pressão política dos colonos que não dispunham de recursos para investimento dessa magnitude, para 320 primeiro e 160 depois, com o preço caindo, após 1820, para 1 dólar e 1/4.

Finalmente, em 1862, com o chamado **Homestead Act** (lei da propriedade familiar), as terras do Oeste passaram a ser cedidas gratuitamente: 160 acres a quem as quisesse cultivar. Entre 1860 e 1890, com esse estímulo, o número de fazendas quase triplicou, o mesmo ocorrendo com a área cultivada.

Era a base concreta do “sonho americano”, e que ainda nutre o mito de uma agricultura de base familiar. Por décadas isso era verdade. E os agricultores lutaram, década após década, contra a força, muitas vezes combinada, dos industriais, dos comerciantes, dos banqueiros e das grandes ferrovias, que, aliás, haviam recebido mais terras do que os agricultores livres.

Foram décadas de luta política árdua, com os fazendeiros organizando-se em associações de classe, como a Granja, e em partidos políticos, como o Partido do Povo. Tiveram seu grande defensor na cena política em William Jennings Bryan,

11 Citado por Louis M. HACKER em *Capitalismo americano*; suas promessas e realizações. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1958. p. 81.

três vezes candidato à presidência pelo Partido Democrático (1896, 1900 e 1908), três vezes derrotado.

Depois, na cena política, a luta arrefeceu. Os fazendeiros mais pobres começaram a vender suas terras e a migrar para as cidades, a engrossar as fileiras do proletariado. Iniciou-se, a princípio de forma lenta, a concentração da propriedade fundiária, a crise agrária cujos dados analisamos de início. Ainda houve nova tentativa de manter vivo o sonho original. Durante a Depressão, nos anos da década de 1930, o **New Deal** procurou defender os fazendeiros com o **A.A.A. (Agricultural Adjustment Act)**, de 1933, declarado inconstitucional, como muitas das medidas mais progressistas do governo de Franklin Delano Roosevelt, em 1936.

De lá para cá o sonho transformou-se no mito. E o mito, ainda disfarçado em sonho, passou a ser usado como arma a favor de uma agricultura capitalista que procura esconder sua verdadeira face, concentradora e expulsora.

Estas considerações, merecedoras de maior aprofundamento, são de grande importância nos debates sobre política agrária que se processam em países subdesenvolvidos. O mito que associa o sucesso econômico do setor agrícola norte-americano a uma estrutura agrária familiar é fortemente empregado como argumento contrário a qualquer forma não tipicamente capitalista de relações de produção no campo. Na realidade, o que é assim defendido é um processo de concentração da propriedade e de proletarianização dos pequenos agricultores cujos resultados, que em algumas regiões brasileiras, por exemplo, já se fazem sentir, são os mesmos alcançados pela estrutura agrária real dos Estados Unidos de hoje.

O importante é ter-se, ao debater políticas agrárias, conhecimento efetivo das situações concretas em que esse modelo surgiu, das modificações radicais por que passou, e da estrutura real por ele gerada, de modo a poder confrontá-lo com os objetivos e desejos de uma sociedade do tipo da brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BROWN, A. J. Y. *The american economy; 1860-1940*. London, Allen & Unwin, 1951.
2. HACKER, L.M. *Capitalismo americano; suas promessas e realizações*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1958.
3. MELNIKOV, A. A. *A estrutura de classes dos Estados Unidos*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1978.
4. NAKANO, Y. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. *Revista de Economia Política*, 1 (3): 3-16, jul./set. 1981.
5. THE AMERICAN Farmer. *Time*, 6 nov. 1978. p. 20-29.
6. THE WORLD Almanac and Book of Facts, 1982. New York, Newspaper Enterprise Association, 1981.

DEPOIMENTOS DE ÍNDIOS KAIGÁNG SOBRE O TRABALHO VOLANTE QUE REALIZAM NO PARANÁ AGRÁRIO*

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM

Professora Titular do Departamento de Psicologia e
Antropologia da Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

O artigo explora o material de campo levantado entre os índios kaingáng localizados no Estado do Paraná, nos últimos dez anos. Trata sobre as relações de trabalho que se estabelecem nos Postos Indígenas e fora das reservas, entre índios e não-índios, procurando destacar a condição de volantes, em que estão inseridos devido à expansão e transformações do capitalismo no Paraná agrário.

Os kaigáng são jê¹. Encontram-se aldeados em Postos Indígenas administrados pela Fundação Nacional do Índio — FUNAI — e localizados no interior dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Relatam que sempre se dedicaram ao cultivo da terra². Atualmente são produtores de subsistência. Articulam-se com a sociedade regional pela venda de uma parte de sua produção de milho, feijão e também de seus artesanatos³. Consomem bens industrializados pela sociedade nacional. A pe-

* Durante as consecutivas viagens de pesquisa que realizamos no interior do Estado do Paraná, para estudar os índios kaigáng, registramos vários depoimentos acerca das relações de trabalho que estabelecem com elementos da sociedade regional. Neste artigo, exploramos o material de campo que trata sobre o trabalho volante, entendido como um trabalho acessório que o índio faz, para obter algum ganho.

1 São classificados lingüística e culturalmente como jê. Sobre os jê consultar: *Dialectical Societies: The Gê and Bororo of Central Brazil*, David Maybury-Lewis (ed.) 1979; *Los Gê: Panorama Etnológico*, Marcelo Bormida, 1965.

2 A memória tribal e os cronistas descrevem os kaigáng como cultivadores de milho, antes da ocupação de seus territórios pelo colonizador.

3 Os kaigáng confeccionam peças de artesanato de taquara como balaies, cestos, chapéus, peneiras.

quena produção kaigáng não dá conta de prover a sobrevivência do grupo durante todo o ano agrícola. Assim, são levados a estabelecer uma relação de trabalho acessório, vendendo a sua força de trabalho aos regionais, que são: os arrendatários eventuais das terras indígenas; os safristas — pequenos e médios proprietários; e os “gatos” — patrões temporários — que contratam os serviços dos índios, servindo de intermediários do patrão real — dono da fazenda e proprietário da terra — que o indígena desconhece e não aparece nas relações diretas.

A pequena produção kaigáng

Os kaigáng constituem o grupo indígena mais numeroso inserido no sul do País e são tradicionalmente lavradores. Organizam suas roças com a cooperação de toda a parentela. Os seus roçados variam de tamanho entre um e meio até cinco alqueires. Como não recebem apoio da FUNAI para o preparo de suas roças e dispõem de poucos meios para a exploração da terra, a produção kaigáng é sempre inferior ao potencial de trabalho das famílias e à área de suas reservas. Por outro lado, uma extensão considerável das terras agriculturáveis das reservas indígenas⁴ é explorada pela União, através de projetos agrícolas de responsabilidade das delegacias regionais. São administrados por funcionários do órgão oficial, lotados nos Postos Indígenas.

Cada unidade familiar kaigáng produz sua própria roça, mesmo que em uma casa esteja residindo mais de uma família, e se constitui em uma unidade de produção e consumo independente. Do processo produtivo participam o homem, a mulher, os filhos maiores de dez anos e eventualmente, um membro da família, sogro ou sogra, pessoa viúva ou apartada⁵, que mora na casa.

4 Reserva é um dos termos usualmente empregados para denominar o local em que vivem as comunidades indígenas. As terras ocupadas por grupos tribais aldeados em reservas, parques ou postos indígenas são consideradas da União e os índios têm o direito ao usufruto (Lei n.º 6.001 de 19-12-73 que dispõe sobre o Estatuto do Índio).

5 Apartada tem o sentido de separada. Serve para designar alguém que rompeu uma união.

A família elementar deve prover a sua própria reprodução física, e o faz utilizando a sua força de trabalho na roça. É na roça que a família se realiza, enquanto unidade de produção, e na casa como unidade de consumo.

Entre os kaigáng o homem se considera o dono da roça. Compete a ele calcular o tamanho da roça que deve ser feita.

Há uma divisão de trabalho por sexo, cabendo ao homem as tarefas de derrubada, queimada e limpeza do terreno. Prepara a roça e a mulher faz a semeadura, ajudada pelos filhos. Ambos (o homem e a mulher) realizam as carpidas e toda a força de trabalho disponível na família é empregada no período das colheitas. O homem puxa o milho para o paiol e a mulher faz a debulha e prepara a farinha e os alimentos à base de milho, que são muito apreciados pelos kaigáng. Para o cultivo do feijão, que é sempre produzido em menor quantidade, procedem da mesma maneira. Depois de colhido é batido pelo homem, e compete à mulher o abano do feijão.

Ainda que o homem seja considerado o dono da roça, o cálculo do quanto da produção necessitam armazenar para o consumo do grupo doméstico é feito pelo homem e pela mulher. A mulher interfere neste raciocínio⁶, porém às vezes ocorre que a família se depara com alguma necessidade urgente de dinheiro e é obrigada a se desfazer de uma parte da produção, que reservou para o consumo.

A responsabilidade de vender o que destinam para o comércio é do homem. É ele quem ajusta os preços e faz o negócio. Assim, a produção de milho e feijão⁷ dos índios kaigáng há muito deixou de ter apenas valor de uso, e é feita para atender também às necessidades de troca, ou seja, para obter dinheiro para a compra de bens industrializados, que incorporaram do mundo dos "brancos".

Devido ao despreparo dos indígenas que participam de trocas comerciais, em que os produtos sofisticados da sociedade regional têm um valor maior, e dadas as necessidades

6 O fato de a mulher também decidir sobre o que devem separar para o consumo da família, é provável que tenha suas origens na matrilocidade, que foi o tipo de residência preferencial dos kaigáng até a interferência do colonizador em seus domínios.

7 A mulher também cultiva outras plantas, como abóbora, batata-doce e mandioca para o consumo da família.

que enfrentam nos períodos de entressafra, são tentados a vender também o que reservaram para o consumo e sementeira. Assim, poucas famílias conseguem guardar sementes para a reposição da produção.

Nos períodos de entressafra intensificam a confecção tradicional de artesanatos. Fazem balaies, cestos, peneiras e chapéus, que são vendidos em povoados e cidades. Uma parte dos índios prefere ir de ônibus aos centros maiores, porque obtém melhores preços pelos seus artesanatos. A mulher ocupa seu tempo disponível fazendo os trançados. Raros são os homens, geralmente os velhos, que confeccionam balaies e chapéus. A venda de artesanatos ajuda os grupos domésticos a suportarem os períodos de penúria. É a mulher quem decide o preço a ser cobrado por cada peça. Ela faz as caminhadas a pé para vender no comércio mais próximo os seus artesanatos. Decide o que deve comprar com o dinheiro ganho. Geralmente adquire roupas, calçados e quinquilharias para ela e para os filhos. Quando a sua família já consumiu tudo o que armazenou da produção, então a mulher passa a usar o dinheiro adquirido com a venda dos artesanatos para comprar os gêneros alimentícios de que a família necessita.

Freqüentemente se vêem em cidades vizinhas das áreas indígenas, nas ruas do comércio, os kaigáng com seus balaies e cestos às costas, acompanhados de seus filhos, oferecendo seus artesanatos. As praças de Londrina, São Jerônimo da Serra, Palmas são os locais preferidos e nos cruzamentos de rodovias de tráfego intenso, como se observa nas proximidades de Laranjeiras do Sul, onde oferecem os seus trançados aos viajantes e turistas e, com isto, asseguram uma parte das necessidades de consumo da família.

Há, como se percebe, uma distinção entre atividades realizadas pelo homem e pela mulher. A mulher é quem cuida da cozinha, dos filhos, costura e ajuda na roça. Zela pela casa e pela criação de galinhas e porcos. O homem é o dono da roça e tem a posse e administra os animais. Cavalos, burros, mulas e éguas são instrumentos de trabalho. Servem para o transporte da carga e do homem. Sua manutenção é tarefa masculina. Apenas 30% dos índios que entrevistamos

possuem animais. Aqueles que dispõem de um animal costumam alugar o cargueiro para os outros. Com isto conseguem repor o dinheiro investido no animal.

Sobre como os kaigáng estabelecem uma distinção entre o que é do homem e da mulher é elucidativo este depoimento:

Minha mulhé fica com o dinheiro da trança. Vende os servicinhos dela e traz arroz, açúcar, banha, ajuda o marido. No servicinho dela não me meto. Ela também não põe o bico no meu.

O chefe da família se pensa como a autoridade do grupo doméstico e o responsável pelo provimento da subsistência. Assim se expressou um índio entrevistado⁸, de aproximadamente 60 anos:

Ela não pode me governar. Ela pode ser governada por ele. Vou fazê o meu roçado e ela me ajuda. Cada um trabalha prá gente. Só na reunida nós se ajuda. Quando tem doente ou viúva nós ajuda.

Ainda para caracterizar os kaigáng, como pequenos produtores, vamos transcrever outra entrevista:

Nossa lida é a roça. Nós planta, nós vende. Tudo nós nossa familiada trabalha. Faz roça. É para nós comê e nós vende um pouco. Faz compra. Cada um trabalha na sua roça. Se não temo semente nós sai e trabalha fora. Nós arranja um pouco de dinheiro, trabalha por dia. É "bóia-fria" que tão chamando, né dona? As mulhé fica cuidando da casa, dos trançados. Homem não faz, tem de sair trabalhar por aí...

Trabalhar a terra permite aos kaigáng a garantia de uma parte da produção de alimentos que necessitam para o consumo. As relações que se estabelecem são de solidariedade entre os membros de uma mesma família na produção doméstica e entre algumas famílias na reunida ou mutirão.

⁸ Entrevista realizada em 1977 no Posto Indígena Apucarana, no município de Londrina, PR.

Além das atividades que desenvolvem nas roças, os índios são engajados em tarefas que a administração dos Postos exige. Fazem a limpeza dos Postos Indígenas. Roçam em volta das sedes. Mantêm limpos os cemitérios e realizam roças coletivas para o sustento dos velhos e doentes.

Em administrações passadas ainda realizavam a “roça grande” ou “a roça do Posto”, em que empregavam a força de trabalho em proveito da instituição que tem por finalidade “apoiar o índio”. O relato de uma índia mostra como os kaigáng estão conscientes da sua condição de “explorados” e como reagem a essa subordinação:

Primeiramente a gente trabalhava prô Posto. Fazia a lavoura que ficava prá eles. Nós trabalhava de graça prô Posto. Nós plantava, carpia, colhia a planta e dava prá ele. Ficava guardado lá. Depois é que nós ia fazê a nossa roça. O chefe falava que ia reparti tudo. Nós não vimo isso. Agora nós não concorda com os plano do chefe. Nós tem nosso plano...

A produção da “roça grande” era repartida entre as autoridades dos postos indígenas. A administração ficava com a maior parte. Para o fundo da FUNAI ou “renda indígena” era canalizado o dinheiro da venda da produção. Geralmente cada chefe de Posto se permitia “separar” uma parte do lucro para as despesas do P.I. O cacique e os membros da polícia indígena de cada Posto (são escolhidos pelo cacique) recebiam também uma parcela significativa da produção, porque a eles competia a tarefa de arregimentar os índios, para o trabalho coletivo nos roçados.

O cacique é considerado a autoridade dos índios. Ele dispõe de uma polícia indígena, que obedece a suas ordens. Supervisiona os serviços dos índios e manda prender os que desrespeitam as autoridades e cometem infrações. As penalidades variam desde o indivíduo ter de realizar serviços para o Posto, ou pagar em dias de trabalho, conforme o tipo de “infração” cometida.

O cacique é um elemento mediador entre os índios e os Chefes dos Postos. Estes dão as ordens a cada cacique, que

transmitem à comunidade. Os chefes não prendem ou batem nos índios. Somente os caciques assim procedem. Os índios consideram um insulto grande o fato de “português”⁹ bater em índio. Reagem violentamente, como já aconteceu no interior do Estado do Paraná¹⁰. Hoje os administradores já perceberam que devem usar o cacique para tratar diretamente com os índios e este se serve da polícia indígena, para “manter a ordem” nos Postos.

Descrevemos que os kaigáng são cultivadores. Produzem e consomem parte de sua produção familiar. Porém há um fato observado nos últimos anos, que merece ser levado em consideração neste artigo.

Devido às prementes necessidades que os indígenas enfrentam nos períodos de entressafra, para obter dinheiro para suprir as privações, são tentados a vender suas roças ainda verdes ou “em pé”, como dizem. Os safristas têm conhecimento da penúria em que vive a maior parte da população kaigáng. Quando um índio está passando necessidades, oferecem uma importância *x* pela sua roça. O índio reluta, mas se não consegue realizar algum serviço fora e obter dinheiro, acaba fazendo o negócio com o regional e aceita a sua proposta. A roça vendida verde é sempre mais barata do que se negociada quando os frutos amadurecem. O milho permanece no pé até o período da colheita, quando o safrista vem fiscalizar a quebra e puxar o milho até sua propriedade. O índio que vende a roça tem de aguardar até o próximo ano, para organizar nova roça, e se vê compelido a passar o resto do tempo oferecendo sua força de trabalho, para garantir a subsistência da família.

Outra alternativa que os índios têm para enfrentar os períodos de entressafra e aproveitar o tempo disponível, tendo em vista que o roçado não os absorve todos os meses do ano, é a de oferecer sua força de trabalho aos intrusos que existem dentro das reservas explorando as terras da União. Há famílias que estão fixadas há vários anos nas áreas indígenas. São camponeses sem terra que se instalaram

9 “Português” é o termo que os kaigáng usam para se referirem aos brancos.

10 Depoimento obtido no P.I. de Apucarana em 1977.

com ou sem a autorização do órgão competente e permanecem na terra, alegando ter o usucapião, apesar do absurdo da justificativa, pois em terras do Governo esta lei não é aplicada. Os índios realizam tarefas como o corte do mato, a limpeza das roças ou puxam os cereais para os paióis e outros serviços que tratam com os intrusos. O trabalho realizado para os "portugueses", dentro das áreas indígenas, é ajustado por dia e o pagamento é sempre inferior à diária paga em sítios ou fazendas.

As relações de trabalho que se estabelecem entre os membros de uma família e entre indivíduos que participam da ajuda mútua são à base da solidariedade familiar e grupal. Porém, há um outro tipo de relação que deve ser descrita.

Aqueles índios que têm ou já ocuparam posições de destaque na estrutura de poder, como o cacique e a polícia indígena, conseguem realizar lavouras de maior extensão, com 5 ou mais alqueires. Tal fato decorre, porque têm condições de utilizar maquinário do Posto Indígena e capitalizaram um pouco de dinheiro para o pagamento de camaradas¹¹.

Ao entrevistarmos um dos informantes, que se dizia camarada de outro índio, para anotarmos o valor da diária entre eles, respondeu:

É baratinho. Índio prá índio é mais barato.

Outro índio assim se expressou:

Sou capataz do B. Criamo junto porcada e ele me paga pelo serviço.

O índio B. confirmou, dizendo:

Tenho camarada sempre que o serviço apura.

Ainda que este índio não seja uma das autoridades, informou que em administração anterior foi cacique. Este

¹¹ São considerados camaradas aqueles kaigáng contratados esporadicamente, para prestarem serviços a outros indígenas (e também a "patrões" não-índios), recebendo diárias pelos serviços prestados em suas roças.

depoimento nos permite deduzir que nos Postos Indígenas usufruem de melhores condições aqueles kaigáng que têm o privilégio de desempenhar uma função na estrutura de poder.

Tais índios conseguem obter uma produção mais rendosa, quando contratam camaradas que reforçam a produção familiar.

O depoimento do índio B. é significativo:

Emprego camaradas na colheita, para não perder as plantações.

Assim, as relações de trabalho baseadas nos laços de parentesco são estendidas para fora dos domínios da família, para garantir ao pequeno produtor kaigáng uma colheita maior.

Observamos que os kaigáng produtores de roças de maior tamanho raramente empregam sua força de trabalho para fora, ou seja, investem todo seu tempo no roçado.

Assim se expressou uma autoridade indígena que entrevistamos:

O B., o J., o C., o A. são os mais espertos e gostam de trabalhar, são independentes e só cuidam das plantações deles.

No processo produtivo, pelas relações de trabalho que são estabelecidas, os índios que investem em sua própria roça são rotulados pelos demais como “independentes”, o que os aproxima da definição de camponeses, como “pequenos produtores autônomos”. Os demais são pensados como “dependentes”. Estão na dependência de conseguir uma tarefa ou jornada, que é sempre disputada dentro do P. I. e fora, no mercado regional de trabalho.

Um informante que aplica a maior parte de seu tempo no roçado deixou nítida sua crítica às novas relações de trabalho que envolvem os índios kaigáng:

Nós temo terra. Tem de trabalhá aqui dentro. Melhor aqui que lá fora. Só trabalho a par do Posto. Ganho pouco lá

fora. Só vou se tê com muita precisão. As vezes só consigo serviço a troco. Fiz uma quarta de roçado. Tratei com ele livre, para ele me dar comida. Ganhei um porco. Trabalhei dez dias. Quero ajudá meu filho que vai casá. Depois eu fica velho e ele me ajuda...

É bem significativo este depoimento. O índio se opondo ao trabalho fora do roçado e justificando a relação, como decorrência de seu período de penúria e se vendo como espoliado, pois recebeu em espécie e não em dinheiro pelos serviços realizados para o regional.

Os caciques e alguns índios denominam de "mais trabalhadores" aqueles que têm maiores roças, em oposição aos "mais preguiçosos", que são os que estão na dependência de conseguir um trabalho. Tal discurso ideológico está carregado dos valores dos "brancos". Na estrutura de classes o não empregado é rotulado de "preguiçoso", "vadio", em oposição ao que tem um emprego, que é considerado como "trabalhador". É uma maneira de tornar coerente a prática social e de ocultar as contradições que existem entre aqueles que dependem do "branco" para sobreviver e os que ainda estão conseguindo manter uma relativa independência em relação ao empregador agrícola.

À medida que os índios tiveram suas terras invadidas pelos intrusos e pelos arrendatários, foram compelidos a deixar suas roças e a empregar sua força de trabalho para os regionais. Passaram a se constituir em mercadoria que o regional compra e explora. Ao retornarem aos seus roçados, muitas vezes, vão fazer suas plantações no período considerado "tarde". A produção é menor. Pouco sobra para ser vendido. Se atravessam momentos de maior penúria, acabam se desfazendo das roças, antes do período das colheitas.

A mudança de atividades é decorrente da situação de contato interétnico e da posição que ocupam na sociedade de classes. A sociedade maior com seus produtos industrializados se constitui numa tentação constante para os kaingáng, que concorrem com seus produtos agrícolas, no comércio local, em termos bem desiguais. Cada índio aspira a obter dinheiro mais rapidamente, para adquirir bens indus-

trializados. O trabalho no roçado exige um investimento de força de trabalho e de tempo durante todo o ano agrícola. O dinheiro só é conseguido no período das colheitas. E o índio é tentado a negligenciar as plantações para ganhar dinheiro imediatamente. O que ele não percebe é que há uma grande concorrência no mercado regional de trabalho e ele passa a maior parte de seu tempo à procura de uma tarefa ou "diária", cujo dinheiro ganho será empregado no consumo de gêneros alimentícios, que não produziu em quantidade suficiente para ele e sua família. E ficará disputando, cada dia, outra tarefa dentro do círculo vicioso da pobreza que se acercou dele.

As nossas considerações ganharão em objetividade e clareza ao relatarmos as relações de trabalho que são estabelecidas fora dos Postos Indígenas.

Relações de trabalho estabelecidas fora dos Postos Indígenas

É comum no interior do Estado do Paraná, devido à expansão do capitalismo no campo, que os agricultores, pequenos, médios e grandes proprietários contratem os serviços temporários de índios e não-índios, para realizar tarefas em suas lavouras.

Desde o corte do mato, limpeza dos terrenos, preparo da terra para as plantações, carpidas, colheitas, até o corte de pastos, são atividades para as quais os agricultores empregam, como volante, a mão-de-obra indígena em disponibilidade.

Os lavradores que são vizinhos das áreas indígenas entram em entendimentos diretamente com o chefe do P. I. e o cacique, para autorizarem a saída de alguns índios que estão disponíveis, para realizar tarefas do tipo das mencionadas acima.

Porém há sitiantes e fazendeiros (são médios e alguns grandes proprietários) que não vão tratar diretamente os serviços de uma "turma" de índios. Entram em contato

com o “gato”¹² e este é o intermediário na relação. Ele neutraliza a relação entre o proprietário e o volante (empregado temporário). O “gato” recebe uma importância x em dinheiro, para dar conta da empreitada. Arregimenta camaradas para o serviço. É o “patrão” temporário e o fiscal.

É freqüente nos meses de agosto, setembro e outubro a presença de “gatos” nos Postos Indígenas, em busca de índios para realizarem um roçado. Os kaingáng são considerados “exímios no corte do mato” e trabalham com foice e machado.

O kaingáng fica na dependência de conseguir “diárias”, a serem pagas pelo regional, para sobreviver nos períodos de penúria e para comprar sementes e ferramentas para utilizar nas suas roças.

A tática empregada pelos “gatos” para atrair os índios para o trabalho é a de garantir o fornecimento inicial na venda local, onde o índio obtém o que necessita para o consumo de sua família, enquanto estiver fora da área. O restante do pagamento deverá ser feito depois de cumprida a tarefa. O “gato” leva de caminhão a turma de índios que arregimenta, até a propriedade do sitiante ou fazendeiro. Há casos de saírem para trabalhar a uma distância de mais de 100 quilômetros das sedes dos Postos Indígenas. Na propriedade do agricultor, o “gato” improvisa uma “venda”. Supre os índios de pão, lingüiça e bebida¹³, durante toda a semana, ou seja, enquanto durar a empreitada. No acerto final, há pouco em dinheiro para o índio receber, descontadas as despesas do armazém¹⁴.

Os “gatos” e os safristas que contratam os indígenas para realizar tarefas encontram nos Postos Indígenas todas as facilidades necessárias. As casas dos índios são construídas pela FUNAI junto às edificações principais de cada sede de P. I. e são enfileiradas próximas umas das outras.

12 Sobre a categoria “gato” consultar o trabalho de Leila Stein. “O Trabalhador Volante — Indicações para a Caracterização do Debate” em que trata “A relação Gatos e Bóias-Frias, em Contraponto ano 1, n.º 1, nov. 1976. Centro de Estudos Noel Nutels, p. 74-5.

13 Durante a semana vende capilé aos índios. No sábado fornece cachaça, no momento do acerto de contas.

14 Armazém, venda ou bodega são termos empregados para designar pequenas casas comerciais.

Existe, portanto, um reservatório de mão-de-obra barata e disponível em cada reserva. O primeiro contato é com o cacique. O cacique se dirige ao chefe do P. I., para obter a portaria¹⁵ que os índios precisam para poderem se ausentar da área indígena. Ele tem conhecimento de quais famílias estão atravessando dificuldades. Manda chamar os indivíduos mais necessitados, para realizarem o acerto. O “gato” trata o preço a ser pago, de acordo com o número de dias, e combina se irá fornecer a bóia ou se a diária será a seco. Também é comum o “gato” dar um certo adiantamento aos índios, na forma de crédito na venda mais próxima, para que suas famílias possam comprar mantimentos para o necessário consumo, enquanto estiverem prestando serviços fora da reserva.

O depoimento do índio guarani H, unido a uma kain-gáng¹⁶, é significativo:

A gente tem de tratá da família. Vou trabalhá amanhã pro Fuganti (uma das maiores empresas da região norte). O patrão é o “gato” que veio aqui no domingo. A Professora viu ele no jogo de futebol. Ele é o “gato” do Fuganti no Apucarantina. Dá plano prá gente fazê. Vou ficá uma semana fora daqui. Vamo trabalhá na foice uns 15 dias. Roçá capoeira prá plantá milho pro “gato”. O “gato” já me deu alguns cruzeiros e eu comprei comida na venda do F. A muié vai ficá no rancho e fica prá plantá. Na roça a família tem de fazê é plantá. Vou ganhá Cr\$ 3.500 (três mil e quinhentos cruzeiros) por dia livre. Lá é barroca. Trator não entra. Vou fazê com os camaradas roça sobre foice. A gente fala o português. O que tá servindo é falá em português...

O depoimento do índio M. S. sobre seu envolvimento fora da reserva é o seguinte:

Trabalho fora quando não tem nada prá comê. Vou lá fora ganhá um pouco prá sustentá a familiada. Fiz dois alqueires de roça e não tenho mais nada.

15 Todo índio necessita obter junto à administração do Posto uma portaria ou autorização, para poder se ausentar da reserva.

16 Encontramos no Estado do Paraná alguns casos de casamento entre índios guarani e kaigáng, que são os grupos que habitam uma extensão considerável de terras desde há muito tempo.

B., um índio que raramente se envolve em jornadas de trabalho fora da área e é visto pelos demais como “trabalhador”, assim se pensa:

Planto de tudo. Arroz, feijão, mandioca. Tenho animal. Vendo um pouco de milho prá comprá as outras coisas. Não passo necessidade, porque alugo o animal. Planto 4 alqueires. Ando limpo.

Com base nos depoimentos obtidos e observação direta, é possível dizer que o pequeno produtor kaingáng complementa sua sobrevivência realizando um trabalho acessório, algumas vezes de fundamental importância para ele e sua família, ainda que esta relação implique em retardar os trabalhos que deve realizar na sua própria lavoura.

Atualmente a empresa agrícola dos médios e grandes proprietários de terras do Estado do Paraná incorpora significativo contingente de mão-de-obra barata e em disponibilidade, que realiza as tarefas mais necessárias e urgentes da produção sem a garantia de um vínculo empregatício e a proteção da lei. Novas categorias sociais surgiram como o “gato” ou turmeiro, o bóia-fria, o diarista, o volante, o tarefeiro, que são decorrência das transformações que o capitalismo opera no campo.

O índio é uma categoria a mais que serve para aumentar o reservatório de mão-de-obra. Disputa no mercado regional de trabalho com o não-índio — e também não privilegiado pela estrutura de classes — um emprego temporário, que lhe garanta o dinheiro necessário para enfrentar os períodos de privações.

Fora do território do P. I. ele ainda carrega a sua marca. Como trabalhador “não-qualificado” recebe mais um estigma: o de ser índio¹⁷. Muitas vezes é levado a escamotear sua identidade étnica para obter uma jornada de trabalho no “mundo dos brancos”.

17 Ver a respeito o trabalho: HELM, C.M.V. *O Índio Camponês Assalariado em Londrina: Relações de Trabalho e Identidade Étnica*, Curitiba. Tese. Professora Titular. 1977. p. 94.

Para ilustrar este trabalho elaboramos um quadro comparativo das principais características dos kaingáng, enquanto pequenos produtores e trabalhadores volantes:

Principais características do índio kaingáng, pequeno produtor e volante

No Posto Indígena

É um pequeno produtor.

Produz para o consumo e troca, é o "dono da produção".

Cultiva a terra da União (tem usufruto).

Auto-explora a força de trabalho.

É o "dono da produção".

É um assalariado disfarçado em terras do P. I.

A família é a unidade de produção e consumo. Há divisão de trabalho entre os sexos.

As trocas que faz são negociadas em dinheiro no comércio local e vende também artesanatos.

Assume a identidade étnica.

Aspira a adquirir dinheiro para a compra de bens que não produziu.

Fora do Posto Indígena

É um volante.

Produz para o eventual "patrão".

Trabalha a terra de outro.

A exploração da força de trabalho é feita pelo regional.

É mercadoria paga pelo "patrão".

É um assalariado temporário em terras de "português".

A família não participa da relação que estabelece fora da reserva e, sim, cuida do roçado na aldeia.

Não negocia, a não ser sua força de trabalho, pela qual recebe x em importância pela jornada.

Manipula e escamoteia a identidade étnica.

Aspira a adquirir dinheiro, a curto prazo, para suprir as necessidades urgentes da família.

Articula-se com a sociedade regional, vendendo uma parte da produção para os comerciantes locais; também com os intrusos que estão explorando as terras da União e, ainda, com os sitiantes que contratam os serviços de uma roça, em terras agricultáveis da reserva ou compram as roças ainda “verdes”.

Articula-se com a sociedade nacional por intermédio do “gato” e pequenos proprietários vizinhos que tratam diretamente com o seu serviço.

Portanto, neste artigo, procuramos descrever e interpretar as relações de trabalho que se dão entre os kaingáng, através do trabalho familiar na roça e ajuda mútua; entre eles e os regionais, no interior dos Postos Indígenas, quando são engajados em tarefas agrícolas, como diaristas; e entre esses índios e os “patrões” temporários — os “gatos” e os safristas — que contratam os serviços dos kaingáng, para realizar empreitadas e tarefas por dia em propriedades agrícolas situadas fora das áreas indígenas, como volantes, oportunidade em que obtêm algum ganho, que os auxilia a complementar o sustento de suas famílias. O envolvimento dos kaingáng em relações de trabalho que caracterizam o Paraná agrário revela que estão integrados na estrutura regional resultante da expansão e transformações do capitalismo no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CONTRAPONTO. a. 1. n. 1, nov. 1976. Centro de Estudos Noel Nutels.
2. HELM, C. M. V. *O índio camponês assalariado em Londrina: Relações de trabalho e identidade étnica*. Curitiba. Tese. Professor Titular, 1977. 117 p.

FUNDAMENTOS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA NO PRIMEIRO GRAU

MARIA AUXILIADORA M.S. SCHMIDT
ROBERTO FILIZOLA

Professores na Escola Anjo da Guarda em Curitiba,
Paraná.

Introdução

O esvaziamento do ensino de História e de Geografia, verificado a partir dos Estudos Sociais, com a Lei 5692/71, já foi e continua sendo bastante discutido. Atualmente, algumas propostas de mudanças começam a ser levantadas, respaldadas em experiências isoladas, como é o caso da experiência que está sendo desenvolvida na Escola Anjo da Guarda, de 1º grau, da rede particular de ensino de Curitiba. Esta proposta é resultado de um trabalho que está sendo desenvolvido nesta escola e que iniciou-se a partir de 1980.

Inicialmente, a Escola Anjo da Guarda optou pela separação de História e Geografia, a partir da 5ª série, adotando professores com especialização específica, uma vez que, com os Estudos Sociais, a História saía prejudicada quando ministrada por professores de Geografia e vice-versa. A simples separação, entretanto, não levaria a uma melhor qualidade de ensino. Buscou-se, assim, o desenvolvimento de uma proposta curricular que possibilitasse:

- a) promover a continuidade curricular da 1.ª à 8.ª séries do 1º grau;
- b) proporcionar o atrelamento dos conteúdos a uma postura teórica em relação à História e à Geografia;

c) adequar conteúdos e estratégias de ensino à faixa etária e aos interesses dos educandos;

d) interrelacionar metodologia, conteúdos e estratégias de ensino com a postura teórica das ciências em questão.

A orientação dada à proposta em análise foi norteadada pelos objetivos educacionais gerais da Escola Anjo da Guarda, entre outros, o do desenvolvimento da consciência crítica e participativa do educando.

Os fundamentos do projeto

As categorias que passaram a dar unidade e a fundamentar o ensino de História e Geografia do projeto são: Espaço, Tempo e Relações Sociais. Estas categorias são trabalhadas de forma integrada, com um nível de complexidade crescente, desde a 1ª à 8ª série, englobando tanto conteúdos como estratégias específicas.

No estudo da categoria espaço, o que se busca é que o educando, da 1.ª à 8.ª séries, tenha condições de trabalhar a localização espacial, as maneiras de representação espacial e o estudo das relações espaciais.

A representação espacial e a localização espacial são desenvolvidas através da construção da idéia de mapas, de escala, de coordenadas geográficas e do desenvolvimento do senso de orientação (pontos cardeais, por exemplo).

Assim como nas categorias tempo e relações sociais, na categoria espaço a formação de conceitos obedece a uma ordem de complexidade sempre crescente. À medida que o educando avança em direção a séries mais adiantadas, aqueles conceitos que lhe permitem a interpretação das relações espaciais são retomados, sempre num nível de aprofundamento cada vez maior.

Operacionalmente, o que se busca dentro do estudo da categoria espaço é que o educando realize:

A representação espacial: utilizando mapas, gráficos, escalas, convenções, etc...

A localização espacial: desenvolvimento da lateralidade, uso de pontos cardeais, coordenadas geográficas, etc...

O estudo das relações espaciais: a interpretação, a crítica, a busca de soluções, a análise, a caracterização, a descrição dos vários recortes espaciais e suas interrelações.

Assim como se trabalha e se considera a existência dos vários recortes espaciais, a categoria tempo é desenvolvida de modo a levar o educando a perceber e vivenciar as várias maneiras de conceber o tempo. Além de percebida em suas três dimensões: passado, presente e futuro, a categoria tempo passa a ser construída como algo infinito e concretizado a partir de mudanças observáveis e que possibilitem ao educando uma compreensão da realidade:

a nível descritivo: pois se considera que a iniciação ao método histórico não pode prescindir da formação de um pensamento cronológico. Além de levar o educando a descobrir o passado e interrogá-lo, é também importante que lhe dê condições para estruturar o passado;

a nível analítico: de forma que permita ao educando a explicação e a reflexão sobre a dinâmica do tempo, fazendo com que ele possa descobrir progressivamente o passado em sua profundidade, interrogando o passado e o compreendendo em suas interrelações com o presente.

Operacionalmente, o que se busca através da utilização da categoria tempo é que o educando o perceba em sua:

duração física: o tempo cronológico, a existência e a regularidade dos fenômenos naturais;

duração relacionada com as relações sociais: os usos e costumes, técnicas, idéias, instituições, desdobrando-se em dois subtópicos:

a) **tempo histórico:** ordenação temporal, antes, depois, entre, durante, permanências históricas;

b) **mudança social:** o que existe, por que é assim; por que não é, para que, processo e possibilidade de mudança.

O trabalho com a categoria tempo desenvolve, ainda, a percepção da simultaneidade histórica, tanto no que se refere ao tempo da duração física, quanto ao tempo das relações sociais.

Finalmente, a categoria relações sociais passa a ser vista e desenvolvida a partir da compreensão das relações que os homens estabelecem com a natureza e entre si no processo produtivo. Diferem no tempo e no espaço e estabelecem a base da existência das formações sociais e dos modos históricos de existência social. Operacionalmente, o trabalho com a categoria relações sociais possibilita o educando a entender:

— a localização e organização espacial das relações sociais:

localização física: as relações sociais nas quais o educando vive e convive e que ocupam um espaço e tempo físicos determinados, independentes, percebidos e interpretados segundo sistemas convencionais estabelecidos de formas diferentes, em diferentes épocas, com suas coordenadas, instrumentos de quantificação e formas de representação;

localização social: espaço e tempo definidos pelas relações sociais, produtos da vida social dos seus membros e que têm, como ponto de partida, o processo de trabalho, distinguindo-se de outros espaços e tempos socialmente produzidos;

— a produção das relações sociais (relação homem/natureza e homem/homem) através do trabalho. Resgata-se, aqui, o conceito de trabalho, entendido não apenas como a produção da satisfação das necessidades do homem, mas também como um processo de atividade em que o homem desenvolve-se a si mesmo, tornando-se ele próprio. O trabalho considerado não só como um meio para um fim, o produto, mas um fim em si mesmo, a expressão significativa da energia humana, da individualidade do homem.

O estudo das relações sociais, no tempo e no espaço, é feito numa complexidade crescente, considerado sempre de forma interdependente, dinâmica e contraditória.

Tais categorias são trabalhadas, baseando-se no pressuposto de que o educando não pode ser considerado de forma passiva. Para tal, são elaboradas atividades que concretizem

a ação pedagógica, respaldadas num referencial psico-pedagógico que permite a efetivação, no cotidiano das aulas, dos conteúdos programáticos selecionados a partir das categorias citadas. A opção foi por uma corrente estruturalista-construtivista, baseada, especialmente, na psicologia da aprendizagem de J. Piaget.

Conclusão

A utilização das categorias espaço, tempo e relações sociais embasa toda a seleção de conteúdos, métodos e estratégias de ensino, tanto no que se refere ao ensino de 1ª à 4ª séries, quando são trabalhadas juntas por um mesmo professor adequando conteúdos de História e Geografia, quanto da 5.ª à 8.ª séries, quando se definem as disciplinas específicas trabalhadas com professores diferentes.

Tais categorias possibilitam a criação de novos quadros referenciais para a montagem de programas, adotando-se seqüências lógicas que não as previstas por um referencial tradicional, principalmente o reproduzidos pelos livros didáticos atuais. As possibilidades de desenvolver atividades criativas também são múltiplas, o que agrada bastante ao professor e aos alunos.

Finalmente, cabe explicitar que se trata de um projeto experimental, não acabado, que está sendo questionado e enriquecido com a prática.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BEST, Francine. **Por uma pedagogia do despertar**. Lisboa, Horizonte, 1980.
2. GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa, Presença, 1978.
3. LUC, Jean Noel. **L'histoire par l'étude du milieu**. Paris, ESF, 1984. p. 104-13.
4. ZAMBONI, Ernesta. **Desenvolvimento das noções de espaço e tempo na criança**. *Cadernos Cedes* (10):63-71, 1984.

FORMAS DA TRANSIÇÃO DA ESCRAVIDÃO AO TRABALHO LIVRE: A LEI DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE 1879

MARIA LÚCIA LAMOUNIER
Bacharel em Ciências Sociais e Mestranda em
História na Universidade Estadual de Campinas.

I — O tema e seus problemas

1. Introdução

O tema da pesquisa a ser desenvolvida — “Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879” —, sob a orientação do Prof. Michael McDonald Hall, enquadra-se num plano mais amplo de estudos vinculado ao Mestrado de História da UNICAMP.

O modo pelo qual se passou da escravidão ao trabalho livre no Brasil, usualmente referido em termos de um “período de transição”, é tema constante em nossa historiografia. Tal acontecimento por vezes é analisado ora encarando o caráter de uma linearidade através da qual se reduzem a diversidade e a complexidade das relações que o compõem, ora sob o jugo de determinações econômicas às quais escapa a dinâmica própria da atividade dos homens. Nossa proposta se direciona fundamentalmente no sentido de privilegiar neste período de transformação as ações dos homens, suas motivações e suas lutas. Um estudo das leis referentes aos contratos de serviço para trabalhadores livres nacionais e estrangeiros poderia revelar que, nas relações de força entre os vários atores em cena, forjam-se e delineam-se diversas possibilidades para a transição.

A expansão da economia cafeeira do Vale do Paraíba para o centro e oeste de São Paulo — resposta à crescente demanda e às altas cotações internacionais do café — coincide com a abolição definitiva do tráfico de escravos africanos em 1850. Condenada esta prática à extinção, a população escrava não mais se reproduziria pela sua forma usual. Desde então, e até meados dos anos 80, quando se implanta a imigração subsidiada e a corrente imigratória se estabelece de forma efetiva¹, várias experiências, propostas, projetos e leis serão discutidos e formulados como tentativa de equacionar o problema crucial para a lavoura cafeeira em São Paulo: o da força de trabalho aí necessária. Este será o momento privilegiado e decisivo no processo que decidirá não só novas bases de organização do Estado brasileiro, a hegemonia do estado de São Paulo, mas principalmente a estruturação e organização de um mercado de trabalho livre.²

A questão que se impunha, neste momento de desarticulação da organização do trabalho fundado na escravidão, dizia respeito não apenas a uma nova fonte de trabalho que substituísse os escravos, mas principalmente como organizar e controlar de forma efetiva os braços disponíveis para as fazendas de café em São Paulo. A preocupação com a força de trabalho não era exclusivamente uma questão demográfica. A organização da força de trabalho se impõe tendo por base relações de conteúdo econômico e político — **economic rationale** dos fazendeiros e o poder possível de barganha dos trabalhadores para resistir a suas imposições³. Nesse embate, onde as imposições econômicas dos fazendeiros se defrontam com o caráter político da resistência dos trabalhadores, regulam-se os termos em que se pode dar o conflito e delimita-se o espaço jurídico em que se movem os agentes sociais.

1 HALL, M.H. *The origins of mass immigration in Brazil: 1871-1914*. Washington, D.C., Columbia University, 1969.

2 HALL, M.M. & STOLCKE, V. *The introduction of free labour on São Paulo coffee plantations*. *Journal of Peasant Studies*, 10 (2/3) : 189, 1983.

3 HALL & STOLCKE, p. 170.

É dentro dessa perspectiva que se pretendem estudar as leis de locação de serviços e, especialmente, o decreto de 1879⁴.

A lei nº 108 de 1837⁵, mais complexa que a de 1830, apresenta várias providências sobre os contratos de locação de serviços dos colonos, e surge paralelamente ao processo de abolição do tráfico de escravos. Nos casos de não-cumprimento dos contratos por parte dos trabalhadores, ela prescreve, entre outras, penas de trabalho forçado e de prisão. Em vigência ainda nos anos 50 e 60, durante as primeiras experiências com o trabalho livre, essa lei convive com os sistemas de trabalho de parceria, arrendamento e colonato. Com os significativos movimentos de greves e rebeliões, frequentes nestas primeiras experiências⁶, e que se prolongam durante os anos 70, as condições dos contratos de serviço se alteram. É possível, pois, dizer que abriu-se uma defasagem entre o espaço jurídico contornado pelos termos da lei de 1837, e o espaço que se redefinia por aquelas relações de conflito — ou seja, uma porosidade que era atravessada pelas greves e rebeliões.

Simultaneamente é promulgada a Lei do Ventre Livre (1871) mostrando a certeza da abolição num horizonte ainda mais próximo. Alteram-se então os mecanismos de coerção da mão-de-obra, na medida em que a lei, referindo-se aos escravos, já contém artigos explicitamente dirigidos ao controle da força de trabalho dos “libertos”⁷.

A discussão do decreto de 1879 se inicia na década de 60. Em 1869, é apresentado na Câmara dos Deputados por Alencar Araripe, como projeto-de-lei de nº 93. Em 1875, chega ao Conselho de Estado onde, reescrito por Nabuco de

4 COLLEÇÃO das leis do Império do Brasil. Ouro Preto, Typ. Silva, 1832. pt. 9, v. 3, p. 42-3. COLLEÇÃO das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1861, 1880. v. de 1837, p. 76-80; de 1879, p. 11-20.

5 Lei nº 108 de 11 out. 1837. In: COLLEÇÃO... 1837, p. 76-80.

6 Dentre outros, merece aqui atenção especial o relato do colono Davatz sobre a revolta na fazenda Ibicaba, na província de São Paulo em 1857. DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Martins, 1951.

7 Apenas como exemplo: “Em geral, os escravos libertados em virtude desta Lei ficam durante cinco annos sob a inspecção do Governo. Elles serão obrigados a contractar seus serviços sob penna de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos publicos.” In: COLLEÇÃO... Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871, art. 6, § 5.

Araújo, sofre alterações⁸. Em 1879, novamente na Câmara dos Deputados, é finalmente aprovado na primeira sessão do ano, sem nenhuma discussão.

Menos genérico que a lei de 1837, e “dispondo o modo como deve ser feito o contrato de locação de serviços na agricultura”⁹, ele redefine no plano jurídico um novo espaço de barganha. Neste sentido, contém artigos explícitos contra formas de resistência do trabalhador agrícola, bastante coercitivos no que tange ao cumprimento dos contratos de serviço por parte dos trabalhadores nacionais e estrangeiros. Apresenta de forma condensada os planos jurídicos dos fazendeiros para o trato com os trabalhadores livres. As novas cláusulas introduzidas abarcam as reivindicações explícitas dos imigrantes nos anos anteriores, regulamentam e definem o espaço em que poderão barganhar seus interesses. Além disso, apresentam-se como uma política de atração e incentivo à imigração. O decreto esteve em vigência durante os anos 80, e é finalmente revogado em 22 de fevereiro de 1890.¹⁰

Nossa problemática situa-se no meio de uma série de debates, tais como a relação entre os fazendeiros e o trabalho livre, a sua atuação política, quanto à abolição e à imigração, as formas de luta e resistência dos trabalhadores agrícolas, a elaboração do colonato. Importa ressaltar que, para um momento tão marcante e amplamente debatido como a segunda metade do século XIX, não existem estudos dedicados ao assunto — o que, ao nosso ver, basta para justificar a relevância do presente projeto.

8 É importante ressaltar a participação de Nabuco de Araújo na elaboração da Lei de 1871 (Ventre Livre). Como membro do Conselho de Estado, Nabuco de Araújo redigirá o projeto do Conselho em 1868, modificado em alguns pontos quando de sua aprovação em 1871. Ver NABUCO, J. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1975. p. 1071-92.

9 Este decreto regula três tipos de contrato de trabalho: arrendamento, parceria agrícola e parceria pecuária. Permanecem as penas de prisão e trabalho forçado; estabelecem-se prazos de 5 e 6 anos para os contratos e, surpreendentemente, já aparecem artigos e dispositivos antigrave. Decreto n.º 2827 de 15 de março de 1879. In: *COLLEÇÃO*... 1879. p. 11-20.

10 Em 28 de setembro de 1895, o sr. Moraes e Barros submeteu à aprovação do Senado um projeto de lei sobre o contrato do trabalho agrícola, cópia ligeiramente modificada deste decreto, que fora revogado, como já dissemos, em 1890. O projeto logrou aprovação do Congresso, mas o então presidente, sr. Manoel Victorino, denegou-lhe a sanção por inconstitucional e contrário aos interesses da nação. É novamente apresentado em maio de 1899, sendo aprovado pelo Senado e não pela Câmara.

2. Discussão bibliográfica

A literatura sobre a agricultura brasileira ao longo da segunda metade do século XIX mostra-se ampla e variada. Uma gama considerável de autores nacionais e estrangeiros permitiu-nos, a partir de suas abordagens diversificadas, traçar e situar nas linhas do debate aí travado os limites e objetivos de nossa proposta de pesquisa.

Para os aspectos mais gerais dos últimos anos de escravidão no Brasil, da expansão cafeeira no oeste de São Paulo e da questão do trabalho livre nas fazendas, ressaltam-se as obras de Emília Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Warren Dean, Robert Conrad, Stanley Stein, Peter Eisenberg¹¹. Em Sérgio Buarque de Holanda, José Sebastião Witter, Michael M. Hall, Emília V. da Costa, Warren Dean, Djalma Forjaz, José de Souza Martins, entre outros, a imigração, as colônias particulares e os núcleos oficiais, as greves e rebeliões nas colônias, as leis etc., são estudados de forma mais específica.¹²

Na revisão da bibliografia sobre o assunto, não vamos, em primeiro lugar, nos ater a uma discussão da (in)conveniência no uso do termo “transição”. Todavia, vale dizer que grande parte da historiografia, referindo-se ao modo pelo qual se passou da escravidão ao trabalho livre nos termos de um “período de transição”, imputa-lhe um caráter de finalidade — a “transição” conteria virtualmente o termo final da transformação, isto é, o trabalho livre. Como já foi dito na introdução, recusamos tal idéia de linearidade, que reduz a diversidade e complexidade das relações que aí se estabelecem.

11 COSTA, E.V. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Lech, 1982. BEIGUELMAN, P. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo, Pioneira, 1968. DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. STEIN, S. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo, Brasiliense, 1961. EISENBERG, P. *The sugar industry in Pernambuco: modernization without change: 1810-1910*. Los Angeles, University of California Press, 1974.

12 HOLANDA, S.B. *As colônias de parceria*. In: ———, dir. *História da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1967. t.2, v.3, p. 297-322. HOLANDA, S.B. *Prefácio a DAVATZ*, p. 5-35. WITTER, J.S. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982. HALL, M. & STOLCKE, COSTA, E.V. *Colônias de parceria na lavoura do café: primeiras experiências*. In: ———, *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Grifalbo, 1977. FORJAZ, D. *O Senador Vergueiro: sua vida e sua época (1778-1859)*. São Paulo, Diário Oficial, 1924. MARTINS, J.S. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

Outro ponto a considerar é que a longa disputa sobre a natureza feudal e/ou não-capitalista da agricultura brasileira¹³ permeia grande parte do debate centrado na análise das relações de trabalho aí existentes. Implícita no debate está a idéia do trabalho assalariado como forma caracteristicamente capitalista da extração de mais-valia. Aqueles que endossam a tese da natureza feudal tentam enfatizar em suas análises os traços distintos e específicos de formas de trabalho como parceria, arrendamento, colonato, como prova de sua natureza não-capitalista. E aqueles que pretendem uma natureza capitalista para a agricultura brasileira argumentam enfatizando a inserção desta num sistema mais amplo de produção capitalista.

Recentemente, Francisco de Oliveira, sob o ângulo da acumulação de capital, procurou demonstrar que as relações de trabalho na agricultura brasileira têm beneficiado a acumulação de capital na indústria, através dos baixos preços dos produtos agrícolas.¹⁴ Esta situação evidenciaria a funcionalidade do sistema. Tal posição foi contestada por Sérgio Silva, com a tese de que a baixa produtividade na agricultura estabeleceria limites para a acumulação.¹⁵ A articulação contraditória dos dois setores imprimiria um caráter predominantemente pré-capitalista à agricultura.

Estas análises, quer se baseando em modelos, quer atribuindo uma necessidade impositiva de acumulação de capital no processo que então se desencadeia, deixam escapar as condições específicas e singulares sob as quais determinadas relações se estabelecem, perdendo assim a dinâmica própria a essas relações e a razão de suas transformações.

Os trabalhos mais específicos a tratar da introdução do trabalho livre na lavoura cafeeira terminam sempre por demonstrar o fracasso do sistema de parceria nas décadas de 50 e 60. Argumenta-se que, para que o trabalho livre fosse mais lucrativo, comparativamente, que o trabalho escravo,

13 Influência especial de GUIMARÃES, A.P. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo, Fulgor, 1964. PRADO JUNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966. Mais recentemente: GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978.

14 OLIVEIRA, F. *Economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo, Cebrap, 1972.

15 SILVA, S. *Agricultura e capitalismo no Brasil*. *Contexto* (1): 23-32, 1976.

era necessário que os fazendeiros recorressem a formas de coerção inaceitáveis para os trabalhadores livres que então se rebelavam. A conclusão implícita nessas análises é a de que os fazendeiros eram incapazes de avaliar as exigências de uma relação contratual, incapacidade derivada de sua longa tradição no trato com os escravos. Usando mais coerção do que incentivos econômicos, teriam minado o sistema de trabalho que eles mesmos haviam adotado como substituição possível ao trabalho dos escravos¹⁶.

Emília V. da Costa atribui o fracasso da parceria ao alto custo da produção do café, devido à natureza intensiva do trabalho, ao baixo nível de modernização, baixos preços do produto, os conseqüentes pequenos lucros marginais, os quais desencorajaram tanto fazendeiros como trabalhadores¹⁷.

Warren Dean, recorrendo inicialmente à maior lucratividade do trabalho livre em relação ao trabalho escravo, atribui o fracasso ao fato de que, depois dos primeiros anos, os trabalhadores livres poderiam continuar trabalhando apenas sob coerção ou sob contrato de condições mais favoráveis¹⁸. Mais do que um aumento na produtividade ou a observância das relações contratuais, os fazendeiros esperavam de seus trabalhadores subserviência e lealdade.

De qualquer forma, por detrás dessas análises, está uma mescla de elementos heterogêneos: o sistema de parceria é implicitamente interpretado como capitalista, mas seu fracasso é geralmente atribuído a uma ideologia tradicional dos fazendeiros, que os teria levado a tratar os trabalhadores livres como se fossem escravos.

16 A questão da produtividade e da lucratividade do trabalho escravo é tanto no Brasil como nos Estados Unidos uma das mais controversas. Quanto aos Estados Unidos, ver, entre outros, FOGEL, R. & ENGERMANN, S. *Time on the cross: the economics of American negro slavery*. Boston, Little, Brown, 1974. WRIGHT, G. *The political economy of the cotton South*. New York, Norton, 1978. No Brasil, Warren Dean, em seu trabalho sobre Rio Claro, considera o trabalho livre mais produtivo que o escravo. É essa também a posição de Octávio Ianni, Fernando H. Cardoso e Florestan Fernandes. Jacob GORENDER em *O escravismo colonial* afirma que o trabalho escravo continua a ser rentável pelo menos até o momento em que sua manutenção se tornou inviável por causa da desorganização do trabalho nas fazendas, devida à campanha abolicionista (p. 561).

17 COSTA, Da senzala à colônia, p. 78-90.

18 DEAN, p. 108-12.

Segundo Hall e Stolcke¹⁹, e também segundo a linha que orientará nossa pesquisa, os fazendeiros a partir da metade do século já supunham que a força de trabalho escrava teria que ser substituída. A partir daí, experimentariam novas formas de trabalho, cuja produtividade lhes era desconhecida. De qualquer forma, o fim da escravatura não se daria de imediato e continuava a ser o suporte da produção cafeeira; por isto, apenas uma minoria opta inicialmente pelo trabalho livre. Os próprios fazendeiros atribuíam uma relativa baixa produtividade ao trabalhador livre em comparação à dos escravos. Entretanto, com a abolição iminente, apenas duas alternativas se colocavam para os fazendeiros: ou encontrar uma forma satisfatória de trabalho livre ou abandonar inteiramente as fazendas de café. Assim, para esses autores, explicar o fracasso do sistema de parceria pela sua produtividade comparativamente baixa poderia ser razoável apenas se não houvesse impedimento à continuação da ordem escravista.

Ambos enfatizam e tentam ainda mostrar que a interrelação entre a exploração dos sistemas de trabalho e os padrões de resistência por parte dos trabalhadores seria o fator explicativo das sucessivas transformações pelas quais passaram as formas de contrato adotadas. A ausência de um mercado de trabalho estável não apenas determinou decisivamente a escolha dos fazendeiros por alguns sistemas de trabalho, como também sua sorte em relação a eles. O sucesso dos sistemas de trabalho não era determinado somente pelos custos dos fatores (trabalho do imigrante ou trabalho do escravo), e nem tampouco pela ideologia do fazendeiro (“atrasado” ou com “espírito empreendedor”), mas, mais significativamente, pela luta entre ações dos fazendeiros e respostas dos trabalhadores de acordo com as circunstâncias econômicas e políticas nas quais estavam imersos²⁰.

A revisão bibliográfica do tema mostrou-nos que as leis de locação de serviços de 1830, 1837 e 1879, freqüentemente

19 HALL & STOLKE, p. 188.

20 HALL & STOLKE, p. 171.

mencionadas na historiografia, surpreendentemente nunca mereceram maiores cuidados por parte dos estudiosos.

Robert Conrad faz uma rápida referência aos seus conteúdos argumentando que tais leis pouco contribuíram para solucionar o problema da mão-de-obra, embora revelassem, contudo, os desejos constantes dos fazendeiros em manter o controle de sua força de trabalho mais pela obrigação legal do que pela concessão de incentivos²¹. E, ainda, que a aplicação das leis era difícil, mas teve o efeito de piorar ainda mais a reputação do Brasil entre possíveis imigrantes.

Sylvia Bassetto, ao analisar a política da mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista, os projetos de prática política da vanguarda dos fazendeiros, a forma como as alternativas à mão-de-obra escrava foram absorvidas, as posições do Club da Lavoura de Campinas, refere-se ao decreto de 1879 como revelando "os limites do atributo livre ao trabalho incorporado à economia cafeeira nas décadas de 70, 80"²².

A tese de doutoramento de Ademir Gebara, a ser defendida, tem como eixo a organização e a disciplinarização da força de trabalho escrava²³. Ela inicia um histórico do debate acerca do decreto de 1879 no Parlamento, seu respaldo nos relatórios dos consulados estrangeiros e toma-a como uma política de incentivo à imigração.

A ausência de um estudo sistemático destas leis de locação de serviços, e especialmente do decreto de 1879, seu conteúdo, significações e implicações, sua íntima relação com a lei de 28 de setembro de 1871 (*Ventre Livre*)²⁴, cada vez mais nos mostrava a relevância e a necessidade de tal iniciativa, e motivou-nos a escolhê-la como objeto de estudo no processo de estruturação e organização de um mercado de trabalho livre no Brasil.

21 CONRAD, p. 51-2.

22 BASSETTO, S. *Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista* (período de transição). São Paulo, 1982. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

23 GEBARA, A. *The transition from slavery to free labour market in Brazil; 1871-1888*. Ph.D. thesis a ser apresentada à University of London. Ver especialmente, pt. 3, *Slave legislation and free labour*.

24 Esta relação é sugerida por Ademir Gebara.

II — Objetivos

Nosso marco cronológico se estende de 1850 a 1890: a abolição do tráfico e a Lei de Terras a partir de 1850 são essenciais ao processo de desagregação da ordem escravista; nos meados dos anos 80, as bases para a organização de um mercado de trabalho livre já estão fundamentadas, e 1890 é o ano da revogação do decreto de 1879.

A ênfase sobre a região de São Paulo se explica pelo peso de sua economia no conjunto do país e pela expansão e incorporação das novas terras do oeste na economia cafeeira, coincidentes com um período crítico no abastecimento de braços para a lavoura. Nestas circunstâncias é relevante o caráter vanguardista e definitório das políticas e planos dos fazendeiros na resolução da questão da força de trabalho. Acrescente-se ainda que a província cafeeira será o palco de movimentos importantes para o encaminhamento dessa questão.

De uma forma mais geral, interessa-nos entender a forma através da qual se estrutura e organiza o mercado de trabalho livre no Brasil. Num período de transição, onde modos alternativos de transformação se manifestam, intriga-nos a forma pela qual os fazendeiros de café resolveram seus problemas com os trabalhadores, as condições decisivas sob as quais foram introduzidos determinados sistemas de trabalho livre, sua dinâmica, suas alterações — enfim, como se forjavam e se definiam os planos dos fazendeiros na sua relação de força com os trabalhadores e em que medida a lei fortaleceria a posição dos fazendeiros com relação à organização do trabalho.

De uma forma mais específica, tentaremos perceber o conteúdo, significado e implicações das leis de locação de serviços, e mais uma vez especialmente a de 1879, suas relações com a Lei do Ventre Livre, e com os movimentos de tensão entre colonos e fazendeiros, movimentos reivindicatórios e/ou grevistas ocorridos nos anos anteriores²⁵.

25 No final dos anos 70, ainda se aventava, entre os fazendeiros, nos debates e nas propostas parlamentares, a possibilidade da imigração chinesa, em moldes menos "livres" do que a européia. Seria interessante averiguar possíveis ligações de tal fato com as medidas repressivas contidas no decreto de 1879.

III — Métodos e técnicas

Uma vez delimitado o tema em sua forma mais geral e em sua forma mais específica, passamos a esclarecer o enfoque metodológico e as técnicas que pretendemos utilizar.

Já foi dito que nossa preocupação primordial é tentar apreender as condições nas quais se estrutura e se organiza um mercado de trabalho livre no Brasil.

Em *A grande transformação*, Polányi, preocupado com o estabelecimento de um mercado livre de trabalho na Inglaterra, indicará os elementos terra, dinheiro e trabalho como essenciais à indústria²⁶. “Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma grande parte absolutamente vital do sistema econômico” (p. 85). “Quanto mais complexa se tornou a produção industrial, mais numerosos passaram a ser os elementos da indústria que exigiam garantia de fornecimento. Três deles eram de importância fundamental: o trabalho, a terra e o dinheiro. Numa sociedade comercial esse fornecimento só podia ser organizado de uma forma: tornando-os disponíveis à compra. Agora eles tinham que ser organizados para a venda no mercado — em outras palavras, como mercadorias” (p. 87). “Dos três elementos, um se destaca mais: trabalho (mão-de-obra) é o termo técnico usado para os seres humanos na medida em que não são empregadores mas empregados. Segue-se daí que a organização do trabalho mudaria simultaneamente com a organização do sistema de mercado. Entretanto, como a organização do trabalho é apenas um outro termo para as formas de vida do povo comum, isso significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade” (p. 87). “As vantagens econômicas de um mercado livre de trabalho não podiam compensar a destruição social que ela (a mudança — MLL) acarretaria. Tiveram que ser introduzidas regulamentações de um novo tipo para mais uma vez proteger o trabalho, só que, agora, contra o

26 POLÁNYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

funcionamento do próprio mercado” (p. 89) — sindicatos e leis fabris.

Entendemos que estas condições de estruturação e regulamentação de um mercado livre de trabalho se constituem no embate de relações de exploração e resistência dos trabalhadores a esta exploração²⁷. Neste espaço de conflito, o papel da lei deverá ser analisado em termos de sua função hegemônica — para além de uma função meramente instrumental de um poder de classe.

Em *Whigs and Hunters*, E.P.Thompson analisa a sociedade inglesa dos séculos XVIII e XIX, tenta recuperar o espaço da luta de classes, a estrutura do domínio, o ritual da pena capital e dedica especial atenção à hegemonia que a lei estabelece nesse campo²⁸. A idéia de “hegemonia”, que, desde Gramsci, é central no chamado marxismo ocidental, implica em antagonismos de classe e, para uma época histórica dada, a habilidade de uma classe particular em situar ou conter estes antagonismos num terreno onde sua legitimidade não possa ser perigosamente questionada. A hegemonia de alguns grupos sobre o conjunto da sociedade pressupõe, pois, para se efetivar, um nível de legitimação juridicamente fundada. Assim, a lei deve manifestar independência frente a manipulações grosseiras e parecer justa. “Se a lei é evidentemente parcial e injusta, ela não mascarará, não legitimará e não contribuirá para a hegemonia de nenhuma classe” (p. 263). “Então a lei (concordamos) pode ser vista, instrumentalmente, como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como aquilo que lhes fornece legitimação. Mas devemos precisar um pouco mais nossas definições. Pois dizer que a lei mediatiza as relações de classe existentes não é o mesmo que dizer que a lei é apenas a tradução em outros termos dessas mesmas relações, a mascarar e mistificar a realidade. Isso, muito freqüentemente, pode ser verdade, mas não é toda a verda-

27 “O que ele (o capitalista — M.L.) conseguirá extrair como rendimento efetivo vai depender de uma luta que não se interromperá nem por um segundo durante a jornada de trabalho”. Ver CASTORIADIS, C. *Dúvidas na história das lutas operárias*. Oitenta, Porto Alegre (1) : 120-1, primavera 1979.

28 THOMPSON, E.P. *Whigs and hunters; the origin of the Black Act*. Harmondsworth, Penguin, 1977.

de. As relações de classe expressam-se, não de forma aleatória, mas **através das formas da lei**; e a lei, como qualquer instituição que, de tempos em tempos, pode ser vista como mediação (e mascaramento) das relações de classe existentes (tais como a Igreja ou os meios de comunicação), tem suas características próprias, sua independência histórica e lógica de evolução próprias” (p. 262).

Sobre a legislação em sociedades escravistas e a função hegemônica da lei, o estudo de Eugene D. Genovese, **Roll, Jordan, Roll — The World the Slaves made**²⁹, contribui de maneira considerável. A participação dos escravos na elaboração das leis evidentemente lhes conferiria maior legitimidade. “Na medida em que os senhores de escravos, assim como outras classes dominantes, surgiram e se fortaleceram em resposta dialética às outras classes da sociedade — na medida em que tanto moldaram quanto foram moldados pelos **white yeomen** e escravos negros — a lei não pode ser vista como algo passivo e reflexivo, mas como uma força ativa e parcialmente autônoma, a qual mediatiza as várias classes e compele os dominantes a se inclinarem às demandas dos dominados” (p. 26).

Nas sociedades escravistas em transformação, a lei se torna, não apenas um instrumento de estabilização de relações sociais, mas instrumento poderoso que atua no sentido da transformação.

Tais considerações se apresentam inicialmente como um farol para o entendimento da questão, por nós proposta, das leis que regem o trabalho livre em uma sociedade escravocrata em transformação.

Na abordagem do material bibliográfico e documental — a ser especificado nos próximos itens — obedeceremos às etapas de:

- a) levantamento
- b) arrolamento
- c) classificação
- d) crítica

²⁹ GENOVESE, E. **Roll, Jordan, roll; the world the slaves made**. New York, Pantheon Books, 1974.

IV — Plano inicial

“Formas de transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879”.

I — Introdução

II — Antecedentes

1. Leis de locação de serviços de 1830 e 1837
2. Primeiras experiências com trabalho livre (1850-1880): conflitos

III — A locação de serviços no decreto de 1879

1. Histórico das discussões parlamentares e o resultado final
2. A relação com a Lei do Ventre Livre
3. O trabalho livre: os planos dos fazendeiros
4. Efeitos e aplicações da lei
5. A revogação em 1890

IV — Conclusão

V — Arquivos, fontes e bibliografia

Uma vez escolhido o tema da pesquisa, procedemos ao levantamento das fontes primárias e secundárias, cujo resultado se encontra relacionado em anexo³⁰. Utilizamos dos arquivos, bibliotecas e catálogos de fontes abaixo citados:

- Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas
- Biblioteca do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo, em Campinas.
- Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP — em especial a coleção de documentos italianos referentes a São Paulo, microfilmados em Roma em 1979

³⁰ Uma cópia completa do projeto, contendo de forma detalhada o levantamento documental e bibliográfico, encontra-se na sede da APAH.

- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas
- Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo
- em especial a Seção de Raridades
- Biblioteca da Faculdade de Direito São Francisco, São Paulo
- Arquivo Público do Estado de São Paulo
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, e Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro — conforme fontes indicadas em **Catálogo da Exposição de História do Brasil e A Pesquisa Histórica**³¹

Obras de caráter mais específico, como os já citados Hall e Stolcke, Dean, Viotti da Costa, entre outros, foram também de grande valia na seleção e coleta das referências.

O levantamento inclui basicamente:

- Coleção de leis imperiais
- Anais do Senado e da Câmara dos Deputados
- Relatórios do Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas
- Relatórios do governo, consulares, de viajantes e outros; pareceres, etc.
- Arquivos particulares — em especial de Alencar Arripe e Nabuco de Araújo, do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro
- Jornais
- Fontes secundárias (teóricas, gerais e específicas)

O levantamento de fontes a partir da investigação dos arquivos permitiu-nos localizá-las em um ou mais centros de pesquisa, o que facilitará de forma considerável a locomoção e a sistematização do trabalho. Campinas revelou-se um pólo importante na centralização da documentação referente ao século XIX.

A análise da bibliografia atual sobre o período está parcialmente concluída. Todavia, julgamos útil e necessária a retomada do debate atual, bem como das obras de con-

31 BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. **Catálogo da exposição de história do Brasil**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. t.2.

teúdo mais marcadamente teórico, em paralelo ao encaminhamento da pesquisa.

O arrolamento e a classificação do material levantado, com base na leitura e fichamento dos documentos, serão feitos em vista dos seguintes passos e respectivos objetivos:

a) O primeiro passo implica, a partir dos debates na Câmara e no Senado, dos conteúdos das leis e respectivos projetos, a tentativa de evidenciar as possíveis relações entre o projeto de lei nº 93, de Alencar Araripe, o conteúdo do decreto de 1879 e a Lei do Ventre Livre. Além da leitura dos anais, acompanharemos o debate pelos jornais e recorreremos às outras fontes primárias e secundárias pertinentes. Serão de especial interesse os arquivos particulares de Alencar Araripe e Nabuco de Araújo³².

b) O segundo passo permite traçar um histórico do debate em torno do decreto de 1879, a partir dos anais da Câmara e do Senado e dos jornais, localizando o início da discussão na década de 60 até a sua aprovação em 1879.

c) Em um terceiro passo, nosso intuito é delinear um quadro geral das primeiras experiências com o trabalho livre nas décadas de 50, 60 e 70, abordando os principais conflitos e reivindicações das partes envolvidas, os sistemas de trabalho, as formas de contrato, entre outros. Os jornais da época, os depoimentos pessoais, as discussões no Congresso Agrícola de 1878, os relatórios de viajantes etc., além de bibliografia atual pertinente, deverão ser amplamente explorados.

d) As implicações, significações do decreto e sua subsequente revogação em 1890 constituem nosso quarto objetivo. A observação das posições dos jornais da época, das fazendeiros como Antônio Prado e de entidades como a Sociedade Central de Imigração, o respaldo nos países estrangeiros através dos relatórios consulares, entre outros, marcariam o debate em que se insere a questão.

32 Um estadista do Império, de Joaquim Nabuco, apresenta em apêndice um quadro comparativo dos vários projetos da Lei do Ventre Livre, entre os quais a primeira versão de Nabuco de Araújo, então conselheiro de estado, e as consequentes modificações.

Estabelecida tal sistemática, a leitura de um núcleo básico dos documentos se ordena da seguinte forma:

- 1º) Anais da Câmara dos Deputados
- 2º) Anais do Senado
- 3º) Arquivos particulares
- 4º) **A Gazeta de Campinas**
- 5º) **Jornal do Comércio**
- 6º) **A Província de São Paulo**
- 7º) **A Gazeta de Notícias**
- 8º) Relatórios do Ministério de Agricultura
- 9º) Outros relatórios (já selecionados)
- 10º) **A Imigração**

Tais operações envolverão o uso de fichas de pesquisa, das quais constarão o título do documento, assunto, fonte, número de folhas, arquivo, local, além de resumo e classificação. Os textos mais significativos serão transcritos ou copiados. Sua classificação se fará inicialmente tendo em vista os passos anteriormente citados. A estas fichas juntar-se-ão as fichas de leitura das fontes secundárias de conteúdo geral e específico.

A fim de sistematizar nosso trabalho, pretendemos providenciar a microfilmagem de parte do material localizado na Biblioteca Nacional, em especial o jornal **A Imigração**.

Realizado o levantamento documental e bibliográfico, explicitados a forma e objetivos com que pretendemos trabalhá-los, acreditamos ter mostrado a viabilidade de nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BASSETTO, S. **Política de mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista** (período de transição). São Paulo, 1982. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
2. BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro; aspectos políticos**. São Paulo, Pioneira, 1968.
3. BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro. **Catálogo da exposição de história do Brasil**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

4. CASTORIADIS, C. Dúvidas na história das lutas operárias. **Oitenta**, Porto Alegre (1):120-1, primavera 1979.
5. COLLEÇÃO das leis do Império do Brasil. Ouro Preto, Typ. Silva, 1832. pt. 9, v. 3.
6. ———. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1861-1880. v. de 1837, 1871 e 1879.
7. CONRAD, R. Os últimos anos de escravatura no Brasil; 1850-1888. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
8. COSTA, E. V. Da monarquia à república; momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977.
9. ———. Da senzala à colônia. São Paulo, Lech, 1982.
10. DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo, Martins, 1951.
11. DEAN, W. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura; 1820-1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
12. EISENBERG, P. The sugar industry in Pernambuco: modernization without change; 1810-1910. Los Angeles, University of California Press, 1974.
13. FOGEL, R. & ENGERMANN, S. Time on the cross; the economics of American negro slavery. Boston, Little, Brown, 1974.
14. FORJAZ, D. O Senador Vergueiro; sua vida e sua época (1778-1859). São Paulo, Diário Oficial, 1924.
15. GEBARA, A. The transition from slavery to free labour market in Brazil; 1871-1888. Ph. D. thesis a ser apresentada à University of London.
16. GENOVESE, E. Roll, Jordan, roll; the world the slaves made. New York, Pantheon Books, 1974.
17. GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1978.
18. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. São Paulo, Fulgor, 1964.
19. HALL, M. M. The origins of mass immigration in Brazil; 1871-1914. Washington, D. C., Columbia University, 1969.
20. ——— & STOLCKE, V. The introduction of free labour on São Paulo coffee plantations. *Journal of Peasant Studies*, 10(2/3): 170-200, 1983.
21. HOLANDA, S.B., dir. História da civilização brasileira. São Paulo, Difel, 1967. t. 2, v. 3.
22. MARTINS, J. S. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo, Pioneira, 1973.
23. NABUCO, J. Um estadista do Império. Rio de Janeiro, Aguilar, 1975.
24. OLIVEIRA, F. Economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo, Cebrap, 1972.

25. POLÁNYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
26. PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1966.
27. SILVA, S. Agricultura e capitalismo no Brasil. *Contexto* (1):23-32, 1976.
28. STEIN, S. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo, Brasiliense, 1961.
29. THOMPSON, E.P. **Whigs and hunters; the origin of the Black Act**. Harmondsworth, Penguin, 1977.
30. WITTER, J. S. **Ibicaba, uma experiência pioneira**. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982.
31. WRIGHT, G. **The political economy of the cotton south**. New York, Norton, 1978.

NOTA SOBRE CASAMENTOS DE ESCRAVOS EM SÃO PAULO E NO PARANÁ (1830)

IRACI DEL NERO DA COSTA

Professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

HORÁCIO GUTIÉRREZ

Pós-Graduando do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.*

Neste trabalho analisamos algumas evidências concernentes aos enlaces matrimoniais de escravos sacramentados pela Igreja Católica. Conquanto a ênfase de nosso estudo recaia sobre a massa de cativos, as informações quantitativas foram apresentadas de forma a permitir o confronto entre escravos e livres.

Os dados empíricos referem-se às áreas correspondentes aos atuais estados de São Paulo e Paraná e foram levantados para 1830, momento em que as populações e a economia destas áreas não estavam a sofrer transformações estruturais radicais e no qual, do ponto de vista conjuntural, também não se observavam impactos capazes de abalar profundamente a vida econômica e social.

Para o Paraná, que integrou a Província de São Paulo até 1853, consideramos todas as informações disponíveis existentes no Arquivo do Estado de São Paulo e constantes dos "Mapas Gerais" incorporados aos levantamentos populacionais reunidos na coleção conhecida como "Maços de População"¹. Para São Paulo, a partir das mesmas fontes

* Os autores agradecem ao IPE-USP e à FINEP o apoio financeiro que possibilitou a realização deste estudo. Somos gratos, ademais, a Robert W. Slenes pela sugestão do tema, que está a ser amplamente desenvolvido pelo mesmo.

1 Embora exista forte evidência de que tais levantamentos apresentam falhas, lacunas e erros de cômputo — sobretudo no referente aos "Mapas Gerais" utilizados neste trabalho —, acreditamos que esta fonte documental é bastante para o estabelecimento das relações e tendências que pretendemos evidenciar neste estudo. Para uma crítica e descrição pormenorizada das características das fontes utilizadas neste artigo, veja-se: Maria Luíza Marcílio. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1973, p.77-94; Altiva Pilatti Balhana. *Estruturas populacionais do Paraná no Ano da Independência*. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História, n. 19, p. 6-10; Maria Ignez Mancini de Boni. *A população da Vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes (1765-1785)*. Curitiba, 1974, dissertação de mestrado, mimeo, p. 22 e seguintes; Mariza Budant Schaaf. *A população da Vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes (1786-1799)*. Curitiba, 1974, dissertação de mestrado, mimeo, p. 33-37.

acima discriminadas, tomamos, tão-somente, as informações relativas a treze localidades. O critério adotado para a seleção das mesmas obedeceu a duas condições básicas: a) significância em termos quantitativos e b) representatividade com respeito às características econômicas dos quatro conjuntos classicamente identificados pelos estudos históricos que versam sobre São Paulo — o litoral, o vale do Paraíba, a zona açucareira e aquela voltada para a atividade criatória².

Ainda no âmbito destas observações preliminares, cabe lembrar que a expressividade numérica dos dados aqui contemplados nos parece altamente significativa porque os mesmos correspondem a cerca de vinte e cinco por cento do total de habitantes então residentes em São Paulo e no Paraná.

Note-se, ademais, que a consideração dos casamentos consagrados pela Igreja Católica representa, apenas, uma das facetas da problemática referente ao intercursos sexual e às uniões como se apresentavam à época³. Esta observação, também pertinente para a massa dos livres, é de grande importância para os cativos, pois deve-se admitir que entre os mesmos desenvolviam-se formas de convivência que fugiam aos hábitos e costumes dos livres e, sobretudo, aos cânones da Igreja Católica.

Observe-se, por fim, que o presente estudo enquadra-se no âmbito do programa de pesquisas que está a ser desenvolvido pelo grupo de historiadores da FEA-USP que se tem debruçado sobre nossa formação econômica e demográfica. Nesta nota procuramos arrolar evidências que con-

2 Ao todo, foram analisadas vinte e duas localidades. As evidências correspondentes à área paranaense referem-se aos seguintes núcleos e concernem, todas, a 1830: Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Lapa, Palmeira, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Já para a área paulista, não nos foi possível contemplar, tão-somente, mapas de 1830; assim, em função da disponibilidade e qualidade dos dados, tomamos aqueles que mais se aproximavam do aludido ano. Indicamos, a seguir, as localidades selecionadas, segundo sua localização, discriminando entre parênteses os anos distintos de 1830. Litoral: Iguape-Xiririca (1829), Santos, São Sebastião e Ubatuba; Vale do Paraíba: Areias, Guaratinguetá (1829), Jacareí (1828), Lorena (1829), Mogi das Cruzes (1829) e Taubaté; Zona Açucareira: Campinas (1829) e Itu; Zona criatória: Sorocaba (1829).

3 Admitimos que nos levantamentos de que nos servimos as pessoas declaradas como solteiras, casadas ou viúvas, o eram perante a Igreja Católica. Embora esta hipótese seja discutível, acreditamos que ao assumi-la não estamos a incorporar grandes distorções com respeito aos dados agregados e às efetivas condições em que viviam as aludidas pessoas.

tradizem algumas colocações de nossa historiografia, as quais, na falta de estudos mais apurados, passaram a ser aceitas tacitamente até há poucos anos. Tenha-se presente, ainda, que, em face das limitações decorrentes da fonte documental da qual nos servimos, vimo-nos obrigados a abordar, tão-somente, alguns aspectos dos casamentos que uniam escravos.

Colocadas estas qualificações e ressalvas introdutórias, passemos à análise dos dados.

As evidências empíricas indicam que em São Paulo e no Paraná definiam-se dois padrões com respeito ao estado civil da população com mais de dez anos de idade: um concernente aos escravos, outro referente à massa livre. Ademais, os valores respeitantes a cada um destes segmentos sociais mostravam-se muito próximos nas duas áreas em tela.

Assim, pouco menos de quatro quintos dos escravos compunha-se de solteiros (75,9% para São Paulo e 79,6% no Paraná), os casados correspondiam a cerca de um quinto dos cativos e aos viúvos cabia a modesta participação de 1,8% em São Paulo e 2,9% no Paraná.

Já para o segmento dos livres evidenciou-se outro perfil. Destarte, tanto para São Paulo como no Paraná, os casados compreendiam cerca da metade das pessoas com mais de dez anos, os viúvos apareciam com peso relativo significativo (7%) e aos solteiros cabiam cifras pouco superiores a 40% (cf. tabela 1).

T A B E L A 1

DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE ESCRAVOS E LIVRES
SEGUNDO O ESTADO CIVIL

Estado Civil	Escravos		Livres	
	São Paulo	Paraná	São Paulo	Paraná
Solteiros	75,9	79,6	40,8	43,6
Casados	22,3	17,5	52,2	49,4
Viúvos	1,8	2,9	7,0	7,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

OBS.: Os valores referem-se a pessoas com mais de dez anos de idade e correspondem a treze localidades paulistas e a nove paranaenses; salvo as exceções indicadas na nota 2, os dados concernem a 1830. Estas observações são válidas para as demais tabelas deste artigo.

Ao que parece, tais padrões não podem ser explicados, tão-somente, pela desproporção numérica entre homens e mulheres. Assim, embora a massa de cativos do Paraná apresentasse relativo equilíbrio entre os sexos (106,6 homens para cada grupo de 100 mulheres), os percentuais de homens e mulheres casados ou viúvos a ela concernentes eram marcadamente menores do que os verificados para os livres de ambas as regiões, para os quais as razões de masculinidade denotavam uma relativa escassez do elemento masculino (86,6 para São Paulo e 89,1 no Paraná). Com respeito a esta última afirmação, cumpre notar que os percentuais de homens e mulheres livres casados ou viúvos mostraram-se praticamente os mesmos em cada uma das aludidas regiões (cf. tabela 2). Ademais, apesar da larga discrepância entre as razões de masculinidade para os escravos de São Paulo e do Paraná (182,9 e 106,6, respectivamente), os percentuais de escravos do sexo masculino casados ou viúvos eram praticamente iguais nas duas regiões (19,1% e 19,0%). Não obstante, a referida discrepância parece explicar o percentual de escravas casadas ou viúvas verificado em São Paulo, percentual este significativamente superior aos correspondentes às escravas paranaenses e aos cativos do sexo masculino das regiões (cf. tabela 2).

T A B E L A 2

RAZÕES DE MASCULINIDADE E PORCENTAGENS DE CASADOS E VIÚVOS, SEGUNDO SEXO E CONDIÇÃO SOCIAL

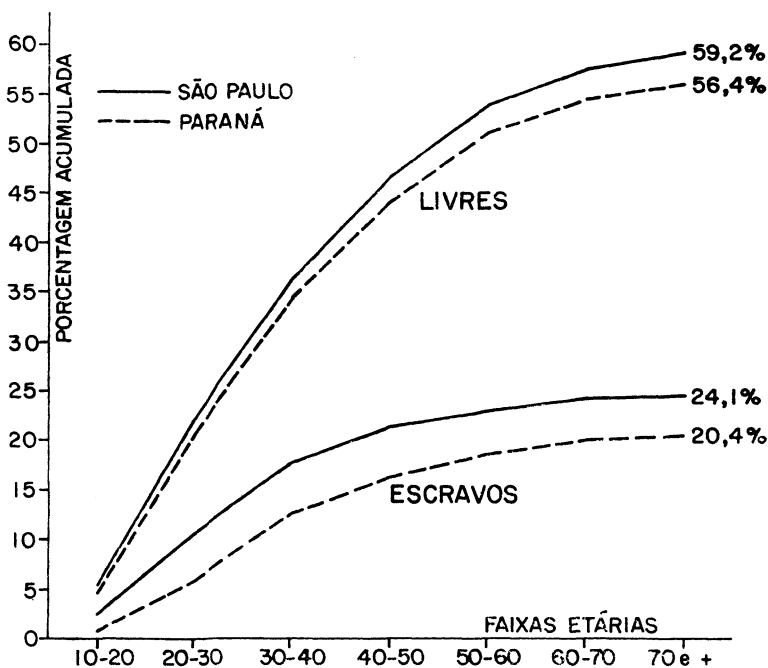
Indicadores	Escravos		Livres	
	São Paulo	Paraná	São Paulo	Paraná
% Homens (casados + viúvos)	19,1	19,0	59,4	56,1
% Mulheres (casadas + viúvas)	33,2	21,9	59,1	56,7
Razão de Masculinidade	182,9	106,6	86,6	89,1

OBS.: Cf. observações da tabela 1.

Como avançado, pode-se concluir que não se devem somente à razão de masculinidade as divergências observadas entre livres e escravos. Os óbices materiais e/ou institucionais aos enlaces de cativos, eventuais práticas impeditivas implementadas pelos seus proprietários, o tamanho e a composição do grupo de escravos pertencente a cada senhor, hábitos e costumes que condicionariam formas de intercuro sexual distintas da consagrada pela Igreja Católica, definem-se, a nosso juízo, como elementos que devem compor o quadro explicativo dos padrões aqui identificados.

GRÁFICO — 1

PORCENTAGEM ACUMULADA DE CASADOS E VIÚVOS,
SEGUNDO CONDIÇÃO SOCIAL E FAIXAS ETÁRIAS

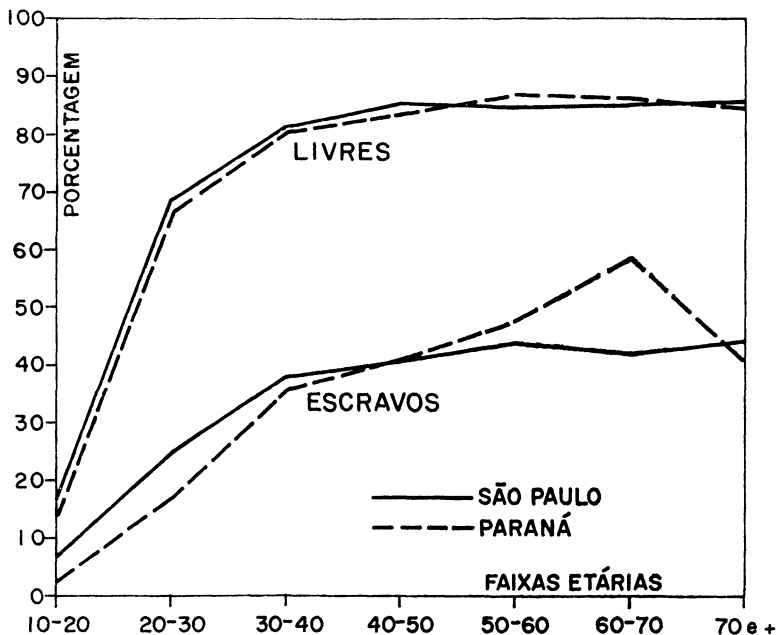


Tais padrões evidenciam-se palmarmente no gráfico 1, no qual consideramos, segundo faixas etárias e condição social, a porcentagem acumulada de casados e viúvos. Dele depreende-se que, além da grande proximidade entre os valores referentes a cada segmento social, havia em São Paulo

— tanto para livres como para escravos — uma participação ligeiramente maior dos casados e viúvos. Outra inferência a se impor, diz respeito à expressiva quantidade de escravos cujos matrimônios viram-se sacramentados pela Igreja, assim, de um quinto (Paraná) a um quarto (São Paulo) da massa cativa constituía-se de casados ou viúvos. Esta conclusão fica ainda mais patente quando contemplamos os percentuais de casados ou viúvos correspondentes a cada faixa etária. Assim, constata-se, no gráfico 2, que cerca de 38% dos escravos com idades entre os 30 e 40 anos eram casados ou viúvos, já para idades superiores aos 40 anos a participação correlata colocava-se acima dos 40%; obviamente, não nos escapa aqui o fato de que a parcela majoritária dos escravos compunha-se de pessoas com menos de trinta anos de idade⁴.

GRÁFICO — 2

PORCENTAGEM DE CASADOS E VIÚVOS, SEGUNDO CONDIÇÃO SOCIAL E FAIXAS ETÁRIAS



⁴ Em São Paulo os cativos com 30 ou mais anos de idade correspondiam a 33,4% da massa de cativos com mais de 10 anos; no Paraná, o percentual correlato atingia 36,1%. Os dados que dão suporte a estas inferências encontram-se na tabela C do Apêndice Estatístico.

Embora fique estabelecida a nítida diferença entre livres e escravos, observa-se que parcela substantiva destes últimos compunha-se de casados ou viúvos. Esta evidência conflita com a tradicional colocação da historiografia brasileira, a qual dava como assentado o fato de que poucos escravos chegaram a conhecer o casamento sacramentado pela Igreja.

A distribuição de escravos e livres segundo a cor e o estado civil torna possível a qualificação dos padrões aqui assinalados. Como se observa na tabela 3, os escravos — independentemente da cor — representavam um grupo relativamente homogêneo no que diz respeito ao estado civil; assim, observada a reduzida e sistemática discrepância existente entre São Paulo e Paraná, os percentuais de solteiros, casados e viúvos concernentes aos cativos pretos não apresentam diferenciais de grande monta com respeito aos pesos relativos referente aos escravos pardos.

T A B E L A 3
DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DE ESCRAVOS E LIVRES,
SEGUNDO O ESTADO CIVIL E A COR

Estado Civil	Escravos Pretos		Escravos Pardos		Livres Pretos		Livres Pardos		Brancos	
	S.Paulo	Paraná	S.Paulo	Paraná	S.Paulo	Paraná	S.Paulo	Paraná	S.Paulo	Paraná
Solteiros	76,0	79,1	74,5	80,6	44,3	47,9	45,4	47,4	39,5	41,9
Casados	22,3	17,6	22,4	17,3	46,0	41,4	47,3	45,9	53,6	51,0
Viúvos	17,7	3,3	3,1	2,1	9,7	10,7	7,3	6,7	6,9	7,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: Cf. observações da tabela 1.

Já os livros podem ser agrupados em dois conjuntos: um correspondente aos pretos e pardos, outro compreendendo os brancos. Os percentuais para pretos e pardos livres pouco diferiam; ademais, embora se colocassem em posição intermediária vis-à-vis os pesos relativos de escravos e brancos, aproximavam-se destes últimos, guardando significativa distância dos pretos e pardos reduzidos ao cativeiro. A condição social aparece, pois, como elemento determinante dos padrões aqui propostos.

Aí vão colocadas, pois, as principais conclusões propiciadas pelas fontes manuscritas que compulsamos.

Cumpre, por fim, chamar a atenção para as evidentes limitações deste artigo: consideramos um só ponto do tempo, trabalhamos a nível altamente agregado e contemplamos apenas duas áreas. Impõe-se, pois, a necessidade de pesquisas para momentos distintos do tempo, a nível mais desagregado e que cubram espaço geográfico mais largo. A este propósito, deve-se ter presente a existência de farta documentação que está à espera de tratamento adequado. O objetivo deste breve estudo é justamente o de suscitar novos trabalhos, dos quais, certamente, resultará um quadro mais abrangente e profundo do que o delineado nesta nota.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Tabela A
Dados referentes à população escrava

Estado Civil e sexo	São Paulo		Paraná	
	Pretos	Pardos	Pretos	Pardos
Solteiros				
— Homens	14.832	939	1.282	663
— Mulheres	6.129	991	1.089	671
Casados				
— Homens	3.188	265	275	137
— Mulheres	2.950	316	254	149
Viúvos				
— Homens	238	30	35	10
— Mulheres	221	50	64	26

Obs.: Os valores referem-se às pessoas com mais de dez anos de idade e correspondem às treze localidades paulistas e às nove paranaenses indicadas na nota 2. Estas observações são válidas para as demais tabelas deste Apêndice.

Tabela B
Dados referentes à população livre

Cor e Sexo	São Paulo	Paraná
Pretos		
— Homens	549	201
— Mulheres	591	212
Pardos		
— Homens	4.281	2.468
— Mulheres	5.730	3.017
Branços		
— Homens	17.926	6.573
— Mulheres	19.944	7.147

Obs.: Cf. observações da Tabela A.

Tabela C
Distribuição dos escravos segundo faixas etárias

Faixas Etárias	São Paulo		Paraná	
	Total	Casados+Viúvos	Total	Casados+Viúvos
10-20	9.999	725	1.631	42
20-30	10.086	2.522	1.345	230
30-40	5.493	2.098	872	311
40-50	2.702	1.096	400	165
50-60	1.175	518	251	120
60-70	490	207	100	59
70 e +	204	92	56	23
TOTAL	30.149	7.258	4.655	950

Obs.: Cf. observações da Tabela A.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado; para além do socialismo.**
Rio de Janeiro, Forense, 1982. 203 p.

MIRZA VASCONCELLOS

Historiadora e pesquisadora no Arquivo Edgard
Leuenroth, da Universidade Estadual de Campinas.

O último livro de André Gorz, **Adeus ao Proletariado**, constitui-se numa profunda análise dos fundamentos da teoria marxista acerca da Ditadura do Proletariado, que ainda hoje se mantém como visão predominante entre as esquerdas, não só brasileiras, como internacionais. Nestas notas, tentarei levantar as questões centrais expostas em seu livro, bem como as críticas e as propostas formuladas pelo autor.

Vale a pena aclarar que a obra de André Gorz é um importante canal de ligação entre os movimentos de 1968 e o nosso período atual, na medida em que temáticas importantes destes movimentos permanecem em discussão em seu trabalho. Ou ainda, em outras palavras, é possível perceber uma continuidade de análise de grande parte dos temas levantados em 1968, assim como o espírito crítico destes movimentos em sua obra.

Entre estas temáticas herdadas de 1968 posso citar a sua crítica aprofundada à divisão social do trabalho, lembrando-nos que naquele período se percebeu que a divisão social do trabalho era alienadora, que a resistência precisava se ambasar contra ela. Também aparece aí o questionamento do Poder, da Revolução (no seu sentido clássico), do Partido como forma acabada de aglutinação e reivindicação operária.

A estas preocupações, Gorz alia um brilhante conhecimento sobre o capitalismo enquanto sistema, uma grande sensibilidade para com a realidade e suas constantes contra-

dições, acabando por requestionar com profundidade toda a prática das esquerdas, fundamentada na teoria marxista da Ditadura do Proletariado, toda sua concepção de partido, revolução, burguesia, proletariado, classes sociais, etc.

De uma maneira geral, a sua preocupação é com a divisão social do trabalho enquanto processo alienante da força de trabalho, ao mesmo tempo que vai apresentando uma alternativa, uma outra concepção histórica de movimentos sociais e de revolução, onde o Socialismo (sentido clássico marxista) dá lugar ao que ele chama Socialismo Pós-industrial ou Comunismo, despossuído das relações sociais e produtivas desenvolvidas no capitalismo.

Sua ênfase é na necessidade de autonomia, de direito à autoprodução, de acesso aos instrumentos de trabalho e convivencialidade destes por parte dos trabalhadores, que se distinguem completamente daquele proletariado idealizado por Marx.

Entre as críticas mais contundentes a Marx estão afirmações de que ele idealizou erroneamente o Proletariado (historicamente), de que a apropriação coletiva dos meios de produção pelo Proletariado é impossível, de que o socialismo enquanto etapa transitória não permite uma revolução no sentido comunista e no máximo permite que se perpetue a dominação sobre os trabalhadores (que na União Soviética ganha uma nova roupagem: os trabalhadores aparecem como “voluntários” num “esforço social”).

A importância deste debate é apontada pelo próprio Gorz: estas análises das esquerdas, presas ao passado, não correspondem à realidade e influem negativamente na movimentação social, não encontram correspondência massiva dentro da classe operária, e continuam a se considerar a única análise possível, alternativa. E que no fundo é uma “alternativa” onde o trabalhador permanece alienado em seu trabalho, sem autonomia na produção, sem poder se desenvolver enquanto indivíduo.

Sigo nestas notas três temas: a organização e a divisão social do trabalho; crítica à teoria da Ditadura do Proletariado; por um novo sujeito histórico.

A organização e a divisão social do trabalho

Este brilhante, ao meu ver, questionamento do autor deve ser aclarado, para que se possam compreender com mais facilidade todas as críticas formuladas à ideologia do proletariado marxista.

Para Gorz esta é uma questão essencial na medida em que consiste na estrutura central do modo de produção capitalista, como também dos regimes socialistas burocratizados (já que implantaram o uso das mesmas forças produtivas).

Desenvolvida a partir da implantação do modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho não tem por objetivo desenvolver a produção em sua eficácia, mas sim a função de desenvolver a produção sobre o **trabalho alienado e forçado**. Assim, a divisão social do trabalho se constitui concretamente, na alienação e imposição do trabalho que é subdividido, planejado e que, se por algum tempo exigiu qualificação, logo depois se estabeleceu com a total desqualificação da mão-de-obra.

Ela se instaura na fábrica, onde o capitalista vai buscar tornar o trabalho mais produtivo possível. Para tanto, vai impor ao operário o rendimento máximo através da combinação dos meios de produção e das exigências objetivas de sua execução.

A máquina utilizada serve para predeterminar a natureza e a quantidade de trabalho operário. E não seria utilizada antes se não assumisse esta função. É assim imposta ao trabalhador uma produção na qual é impossível que este perceba os seus objetivos primeiros: a acumulação em cima da venda que faz de sua força de trabalho, porque ele nunca vai ter nenhuma parte desta acumulação (se este operário percebesse, a acumulação, deixaria de ser objetivo primeiro do capital para passar para outros objetivos como: satisfação e interesse pelo trabalho, valor de uso dos produtos, etc.).

Para desenvolver e perpetuar as exigências do capital, que é crescer, o capitalista as encarna nele próprio mas como algo separado de sua pessoa. O capitalista deve deter o

poder absoluto nos lugares de produção. O capital, a nível de produção, se constitui em potência à parte, e o patrão como proprietário exclusivo dos meios de produção.

O operário tem que perder a propriedade dos meios de produção e o controle sobre o funcionamento destes meios (habilidades, conhecimentos profissionais, etc.). Tem que ser dependente, subordinado aos meios e ao processo de produção, e estes por sua vez deverão parecer automáticos aos operários (impondo os ritmos, controlando os horários, a produtividade, etc.).

A hierarquia na fábrica é mais um mecanismo de imposição deste trabalho ao operário. A função de controle é uma função separada.

A desqualificação acompanha o processo na medida em que cresce a **mecanização**, onde as tarefas de produção são cada vez mais parcelizadas, o trabalho é cada vez mais mecânico e também produtivo, ao mesmo tempo em que a mão-de-obra fica mais barata! Por outro lado a **automação** complementa a mecanização, pois desqualifica e parceliza as tarefas de **controle**.

Além do caráter do que se produz (utilidades, inutilidades, destruição), o trabalho é cada vez mais alienado, forçado, humilhante, e cada vez mais inaceitável por qualquer indivíduo com um mínimo de liberdade econômica.

Dentro do desenvolvimento das forças produtivas, a resistência ao trabalho é cada vez mais séria. Ela se dá principalmente na própria produção, onde os proletários cometem cada vez mais “erros” que baixam a produtividade, o consumo, etc. Os capitalistas buscam sair do taylorismo, colocando novas relações de trabalho, enriquecendo as tarefas, devolvendo o ritmo de trabalho ao operário, dividindo uma parte dos lucros segundo a produtividade dos trabalhos de equipe, permitindo até mesmo que os proletários tenham um certo controle da produção e dêem idéias para o aperfeiçoamento das máquinas, em troca de uma parte dos lucros no aumento de salário ou uma forma de prêmios. Estas alterações são apontadas em algumas indústrias no Japão, nos Estados Unidos e em alguns pontos isolados da Europa.

Crítica à teoria da Ditadura do Proletariado

Do ponto de vista da divisão social do trabalho, Gorz analisa a teoria marxista da seguinte maneira: Marx atribui uma função revolucionária ao proletariado definida pela História, mas sem conseguir explicar porquê, satisfatoriamente. Os seus pressupostos são que o operário está dissociado do que produz, do sentido deste trabalho, e por isso ele vai estar dissociado da propriedade, do corporativismo etc., almejando para sua própria sobrevivência uma ação coletiva para dominar os meios de produção. No desenvolvimento das forças produtivas (expansão dos potenciais de produção), o operariado compartilharia deste conhecimento, porque a mão-de-obra generalizada seria capaz de desempenhar uma multiplicidade de funções ao mesmo tempo manuais e intelectuais. E que a tendência seria a substituição do operário braçal e não-qualificado pelo operário político.

Historicamente isto não acontece. Pelo contrário, o capital consegue fazer desenvolver tremendamente as forças produtivas, valendo-se da potência técnica do proletariado em seu conjunto, e da impotência dos proletários como indivíduos, equipes e grupos. O proletário não consegue perceber o seu trabalho vinculado ao restante, ao produto em si que é gerado, não percebe o trabalho como a potência geradora desta sociedade, e por decorrência a unidade destes fica fora da consciência proletária. O operário com consciência coletiva (típico, idealizado por Marx), dá lugar ao operário incapaz de se reconhecer como coletivo, incapaz de submeter a seu controle direto o processo de produção.

Por outro lado, como se dá a justificativa teórica de Marx? E a partir de que elementos? A missão proletária segundo A. Gorz parte de uma constatação de Marx de que a proletarização é um processo histórico dentro da sociedade capitalista, e que os proletários irão se apropriar das forças produtivas de modo a assegurar suas próprias sobrevivências. Com isso, Marx passa para a afirmação do surgimento de um proletariado revolucionário pela sua necessidade his-

qüência, e não devem ser vistos como desvios da teoria marxista, e chega à idéia de que apenas os proletários são capazes de desenvolver, no curso do processo produtivo, uma totalidade de capacidades que lhes permitirão apropriar-se de tudo (como o proletariado não tem nada, nem um ofício autônomo, ele quer tudo, e ele pode tudo). A necessidade objetiva se depara com uma **capacidade** subjetiva definida por Marx. Uma capacidade de realizar todos os trabalhos, assim como de dominar os conhecimentos e práticas de todos estes trabalhos. E que também, ao se apropriarem das forças produtivas, poderão fazer com que esta produção se volte para o indivíduo dominante: o proletário.

Para o autor, essa missão proletária, que possui outras implicações, se origina de uma concepção histórica herdada principalmente de Hegel. Nessa concepção, a História é uma sucessão de etapas, onde a sua dialética interna impulsiona a passagem para outras etapas, e que existe um sentido final, coerente de todo esse processo, percebido no seu término. Assim, durante o processo se vive parte deste final, e é possível perceber esta síntese antes que ela aconteça, pelo próprio fato de suas partes irem ficando explicitadas no decorrer do processo. Mas o sentido de cada momento só é legível com a percepção da síntese histórica. Com ou sem consciência, os indivíduos realizam papéis que os transcendem, visto que a evolução de que participam já está traçada.

Dentro desta visão hegeliana, reconhece-se a matriz da teoria marxista: os trabalhadores portam a contradição dialética, e são portanto a força que gera a síntese (por Hegel chamada de Espírito), pois vão dar sentido ao mundo na busca do comunismo. A contradição das classes vai, com a presença do proletariado, chegar à síntese. Com ou sem consciência, o proletariado chegará ao comunismo.

E como decorrência do fato de a filosofia se antecipar ao curso das coisas, o proletário é definido como revolucionário, e isso não se dá porque vá "para a fábrica agindo, pensando e sentindo de maneira revolucionária". O vanguardismo, o elitismo, o economicismo, o espontaneísmo e muito mais surgem na história dos movimentos operários com fre-

xista. O que está por trás deles é a ortodoxia, o dogmatismo e a religiosidade inerentes à filosofia marxista (de estrutura hegeliana).

Da idéia de consciência coletiva de classe, formada a partir do desenvolvimento da missão histórica, pode-se dizer que é uma afirmação sem vitalidade histórica. Por que os proletários, no desenvolvimento das forças produtivas, foram ficando cada vez mais distantes de qualquer percepção e domínio do processo de trabalho do qual fazem parte, e quais são seus objetivos? Cada vez mais desqualificados, com maior parcelamento de funções, ocorreu o oposto ao imaginado, além do quê, a própria produção a nível da fábrica também se especializou tremendamente, como, por exemplo, uma mesma produção englobando inúmeras fábricas em regiões às vezes muito distantes. O capital soube muito bem aliar grande desenvolvimento técnico do conjunto dos trabalhadores, com a total desqualificação individual dos proletários. Não é possível a consciência coletiva proletária porque cada trabalhador desempenha uma minúscula função num gigantesco sistema produtivo, não podendo perceber nem para que serve o seu trabalho, nem para quem vão os frutos deste trabalho, e também não podendo usar para nada os conhecimentos que possui (nem em sua vida, nem em alguma produção autônoma).

O trabalhador coletivo é completamente exterior aos trabalhadores individuais, e esta é uma característica própria da estruturação material do aparelho produtivo.

A questão da apropriação coletiva não foi tratada explicitamente por Marx, em que realmente ela consiste, qual a reação entre trabalhador coletivo e trabalhador individual, etc. Apenas colocou a questão enquanto uma determinação histórica, onde o Proletariado existe de si para si, completamente externo ao trabalhador.

Nos regimes socialistas, esta exterioridade Proletariado e Proletário continua a existir. O proletariado é o Estado, é o Partido, e continua a se apresentar como entidade mística. O proletário está a serviço da Revolução, da produção, do Estado Proletário, do povo. Cada proletário é uma arma con-

tra os exploradores, sua individualidade é completamente abandonada para interiorizar a necessidade de ser da classe operária. Esta, por sua vez, não pode ser sujeito porque, como classe social, é uma somatória de sujeitos onde nenhum destes propriamente se reconhece.

O operário é totalmente dissociado da produção e do seu sentido, tornando-se cada vez mais alienado em seu trabalho e em sua vida. A ideologia pregada pelas esquerdas marxistas é a de que ele realmente não deve buscar nada em sua individualidade, deve sim se identificar com a classe a que pertence, defendê-la rigidamente através do Partido operário, que existe para organizar esta luta.

Quando se consegue, após muitas lutas, revolucionar a estrutura capitalista para implantar o socialismo, o operário deve fazer um esforço pelo bem comum, continuar no mesmo tipo de trabalho alienante (já que as perspectivas são de manter as mesmas forças produtivas herdadas), o que consome toda sua vida, em troca de um salário cujo valor lhe permite comprar o que precisa. Para aceitar tudo isso, é realmente preciso que se aliene totalmente, se despoje enquanto indivíduo, “para recuperar, como classe, a totalidade do que lhe é alienado”.

Neste sentido, Gorz coloca: “A destruição da capacidade de autonomia dos proletários se inicia pelo capital e é continuado, perpetuado pela ideologia do movimento operário tradicional”.

Uma última idéia trazida pela teoria do Proletariado marxista, para a qual o autor chama a atenção, é a questão de se buscar a apropriação dos meios de produção. O que significa isso? Significa, como se pode ver nos países socialistas burocratizados, não questionar que meios de produção são estes. Pois na medida em que se perpetuam tal como na sociedade capitalista, por maior que seja o salário, por menor o tempo necessário de produção, a relação de expropriação continua na produção, o proletário continua gastando grande parte de seu tempo num trabalho alienante, durante toda sua vida. Muda-se a direção do Estado, este sofre alterações, mas de uma forma estrutural permanece acumulando sobre a

produção, que não permite ao indivíduo outras alternativas produtivas, nem o desenvolvimento real de suas aptidões, ou o prazer de realizar-se no trabalho. “O desenvolvimento das forças produtivas faz com que toda atividade seja socializada, parcializada, especializada, normatizada e combinada às outras pela mediação do Estado”.

Por um novo sujeito histórico

O que está acontecendo hoje em dia é que os proletários reagem principalmente através da própria produção, não podendo mais engolir o ressentimento, o desprazer no trabalho, a indiferença a ele, provocando “falhas”. É uma resistência que quebra os níveis de produtividade (faltas, ritmo de trabalho diminuindo, etc.) e as posições das empresas no mercado consumidor (pela quantidade de produtos devolvidos), mas que não deixa de ser importante.

O despojamento que o proletário sofre, ao invés de ser interiorizado e pensado, gera nele uma posição passiva a ponto de querer “ferrar” o capitalista e exigir dele que assuma a responsabilidade total de sua vida, pela sua total dependência.

Exige do patrão e do Estado a abolição de todo trabalho não-assalariado, em vez de exigir a abolição do trabalho assalariado.

A luta da classe operária pela conquista do poder se reduz à luta por instalar representantes operários nas posições de poder. “O projeto de um poder popular ou socialista confunde-se com um projeto onde o Estado é tudo, a sociedade nada”. Nos países em que se instalou a Ditadura do Proletariado, estágio para a transição ao comunismo, a luta da classe se reduziu ao Estado que assume as responsabilidades pelas necessidades operárias, graças à presença de indivíduos partidários de redistribuições fiscais de renda, etc., no comando do Estado.

De uma forma geral, pela inexistência de uma produção, consumo e troca autônomos, também é impossível haver troca recíproca, cooperação, usando um resultado útil para to-

dos. Cada trabalhador é altamente dependente do Estado, visto que espontaneamente a classe operária pede que esta dependência seja reconhecida. O Estado propriamente, não mais o liberal clássico mas o Estado dos Monopólios “domina e administra de forma autonomizada, impondo o poder do capital sobre sociedades (...) escapando pela sua concentração e dimensão de capital, à posse e ao controle de seus proprietários jurídicos”.

A falta de autonomia se reflete na ausência de iniciativas descentralizadas, na vida política de base, nas forças políticas incapazes de buscar uma democratização do Estado e da Sociedade. E esta vida política se reduz a debates a respeito de como exercer o poder central e como manter o Estado.

O autor dá uma denominação especial para este novo proletariado completamente desqualificado profissionalmente, exercendo tarefas paralelas e padronizadas como quantidade, que não possuem qualquer valor produtivo se não forem combinadas com atividades de um grande número de outros trabalhadores, como também tal saber profissional não tem nenhum valor de uso para fins pessoais, domésticos, privados, puro fornecedor de mão-de-obra barata para a sociedade.

Dá-lhe o nome de não-classe na qual o trabalhador alienado que a compõe não se identifica com o trabalho que executa, assim como não consegue com ele qualquer poder sobre a produção (devido a tal parcelização, não sendo preciso nenhum conhecimento individual para exercê-lo), nem sobre a produção conjunta mais próxima (da sua seção, etc.).

O trabalhador neoproletário não tem qualquer razão para sentir-se pertencente a uma classe, definida pela identificação dos indivíduos com o trabalho que executam. Vê o trabalho como uma obrigatoriedade para poder viver, que lhe consome quase a totalidade do tempo, e só começa a viver quando sai do emprego.

E é exatamente neste contexto que a não-classe tomou uma forma e um conteúdo que negam diretamente a ideologia, a base material, as relações sociais e a organização jurídica do capitalismo. E com uma vantagem sobre a classe ope-

rária de Marx, a de ser consciente dela mesma, onde cada proletário é sujeito objetivo e subjetivo indissoluvelmente, com consciência coletiva e individual ao mesmo tempo.

O neoproletário valoriza e busca autonomia, pois começa a se tornar explícito que o rumo não é o de tomar o poder para construir um mundo, mas em cada indivíduo retomar o poder sobre sua própria vida, saindo da racionalidade produtivista e mercantil.

Enfim, o desprazer, a obrigatoriedade, o parcelamento, a falta de sentido do trabalho levam à negação deste trabalho e à inversão da ordem de prioridades: o trabalhador começa a viver quando está fora do trabalho. As suas atividades principais não estão no trabalho, mas em tudo aquilo que faz quando está longe dele, um conjunto de finalidades sem fins econômicos, finalidades em si mesmas que possuem o direito de existir sem estarem subordinadas a nada (como: sua horta doméstica, seus trabalhos manuais, seu barco, sua casa, sua coleção de objetos, etc., etc.). Trabalhar passa a ser uma atividade secundária, mas tem que existir para dar possibilidade à continuidade das suas atividades principais.

E tudo isso gera a subversão radical dos valores, da ideologia, das relações sociais capitalistas. As atividades não têm que se subordinar à produção econômica, e é o desenvolvimento das individualidades o que ocupa principalmente o tempo, reduzindo-se ao mínimo o tempo de trabalho socialmente necessário (o que corresponde à evolução tecnológica, onde cada vez se produz com maior precisão e rapidez, e com o mínimo de tempo de trabalho humano).

Esta subversão radical das relações sociais capitalistas corresponde para o autor a uma passagem para a Sociedade pós-industrial, o comunismo ou o socialismo pós-industrial.

Na teoria socialista marxista, há a negação total da individualidade, do sujeito individual. Há a dominância da sociedade sobre o indivíduo e a subordinação de ambos ao Estado. Exige-se a renúncia à autonomia e à especificidade de todas as atividades e valores que não sejam político-econômicos.

O proletariado pós-industrial, ao mesmo tempo em que já não tem esperança de melhoria dentro da estrutura capi-

talista e a nega das mais variadas maneiras, também não tem uma concepção de conjunto da sociedade que virá. Sem uma teoria globalizante que garanta a coesão dos trabalhadores, ao mesmo tempo tem-se fraqueza e força.

Como fala Gorz, a não-classe dos não-produtores é a única capaz de romper com a racionalidade produtivista e em seu lugar colocar uma racionalidade diferente. Não se espera mais nada da evolução da sociedade capitalista além de destruição, desperdício, exploração, ameaças. Assim como não se trata mais de esperar algo do desenvolvimento histórico. A informática tende a substituir o trabalho socialmente necessário; o trabalho desde hoje, nas sociedades desenvolvidas, já não tem nenhum sentido na produção, e a sociedade apenas produz para gerar trabalhos artificiais.

Não se trata mais de buscar se apropriar de aparelhos pelos quais esta sociedade se movimenta, nem de buscar submeter o que quer que seja a seu controle. Apenas conquistar espaços de autonomia crescentes, com o intuito de existir pessoalmente dentro da sociedade.

Saber o que desejamos. E esta ruptura virá exclusivamente da ação dos indivíduos, não dos processos materiais.

SIEMENS, João Udo. Variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba. Curitiba, 1984. 183 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Católica do Paraná.

JOÃO ALFREDO DAL BELLO
Professor Assistente do Departamento de Letras
Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do
Paraná; Professor no Instituto Cultural Brasileiro
Germânico em Curitiba.

Estudar o perfil sócio-econômico-cultural das minorias étnicas deveria ser uma das prioridades das Universidades brasileiras, mormente das do sul do país. Constituem elas material riquíssimo, à espera de registro e análise que, relegado ao descaso, reforçará nossa triste situação de país sem memória.

Um dos pontos vitais no estudo das minorias étnicas é, sem dúvida, o que se importa com o cultivo, a adaptação ou o

abandono da língua de origem. Uma pesquisa nessa linha é o que se propôs fazer o Professor João Udo Siemens. Seu intento teve êxito.

Na dialética conservação/mudança desenvolve seu estudo sobre as variedades lingüísticas entre os menonitas de Curitiba. Siemens, ele mesmo vinculado aos menonitas, um grupo étnico-religioso que remonta ao movimento evangélico anabatista na Suíça, de 1525, empenha-se na investigação de um fenômeno atual e de significativa proporção dentro dessa comunidade "com um passado histórico, geográfico, cultural e religioso comum a todos os seus membros".

Nas últimas décadas, a comunidade, que até então vivia relativamente alheia ao contato sociolingüístico representado por Curitiba, foi paulatinamente incorporada a esta. Os bairros Xaxim, Boqueirão e Vila Guaíra, em que se localiza a comunidade, se agregaram ao perímetro urbano. Daí advém o novo: cresce o emprego da língua portuguesa e diminui conseqüentemente o uso de baixo-alemão e alto-alemão, elementos primeiros de interação do grupo. A partir daí vê-se desafiado o alto grau de homogeneidade cultural e a forte coesão social do grupo. Fato simultâneo é a sensível mudança nos costumes lingüísticos do meio, constatando-se a falta de uniformidade no uso de português, alto-alemão e baixo-alemão. Dentro do que preconiza a moderna Sociolingüística, buscou o autor a comprovação dos fatos sociais determinantes do uso do dialeto, da forma-padrão da língua estrangeira e do português. Lançou mão de um questionário que abrangesse entrevistados de ambos os sexos, divididos em quatro faixas etárias, para analisar e descrever o grau de domínio e uso das três línguas. Levou em consideração algumas variáveis que nortearam a pesquisa: idade, sexo, grau de instrução, influência do contexto, interlocutor, meios de comunicação, influência da presença de não-falantes de alemão na vizinhança e na escola, da confissão religiosa e da Igreja na preservação do alemão.

É justamente a atenção voltada ao elemento religioso em questão que confere à pesquisa sociolingüística do Professor Siemens maior riqueza, porquanto um dos centros de resis-

tência mais importantes nas mudanças culturais é representado pela religião, ou, no dizer de Berger, “a religião forma o último baluarte e em torno dela cristalizam-se todos os valores que não querem morrer”.

É muito valiosa a contribuição do Professor Siemens para o conhecimento das variações sociolingüísticas no Brasil. O autor consegue alcançar o que se propôs: oferecer “um documento da luta de um grupo de imigrantes entre os valores do passado e as exigências do futuro” e “oferecer aos demais brasileiros subsídios para melhor compreensão deste e de outros grupos de imigrantes”. Preenche-se assim, e de forma brilhante, parte da lacuna representada pela inexistência de pesquisa de enfoque sociolingüístico sobre a sociedade plurilingüe dos menonitas do Brasil.

III Semana de Cinema e História

A Associação Paranaense de História promoveu, nos dias 4 a 7 de dezembro, em conjunto com o Museu da Imagem e do Som da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e com o apoio da Fundação Cultural de Curitiba, a III Semana de Cinema e História, em Curitiba, na Cinemateca Museu Guido Viaro.

A temática que orientou toda a programação desta Semana procurou versar sobre a formação do discurso cinematográfico, contando com os seguintes conferencistas e filmes:

- dia 4 — ABERTURA: Museu da imagem e do Som e APAH
Antonio Simão Neto (Coordenador do MIS)
Marionilde Dias Brepohl (presidente da APAH)
Projeção do filme “Verdades e Mentiras” de Orson Welles.
Conferência: “Verdades e Mentiras”
Conferencista: Rui Vezaro.
- dia 5 — Projeção do filme “Nascimento de uma Nação”, de Griffith.
Palestra sobre o filme e sua significação na formação do discurso cinematográfico.
Palestrista: Ismail Xavier.
- dia 6 — Projeção do filme “Metropolis”, de Fritz Lang.
Conferência: “O discurso cinematográfico: Opacidade e Transparência”.
Conferencista: Ismail Xavier.

dia 7 — Conferência: “A ordem do espetáculo”.
Conferencista: Marco Antonio Silveira Mello.
Projeção do filme “O adorável Vagabundo”.

Este evento contou com cerca de 80 participantes e expediu certificados aos interessados.

História e Estudos Sociais no 1.º grau

A Associação Paranaense de História tem prosseguido suas atividades e discussões a favor do desmembramento da Geografia e da História no 1.º grau.

Neste sentido, foram realizados 8 seminários com diversos professores de História, associados da APAH, dirigidos a professores da 5.ª à 8.ª séries do 1.º grau, da rede estadual de ensino, em Curitiba. Estes eventos foram patrocinados pela Secretaria de Estado da Educação, Departamento de Ensino do 1.º grau, com o objetivo de levar a todos os professores a discussão sobre o desmembramento e as novas alternativas curriculares para a História e Geografia.

Além disto, foram indicados dois membros desta entidade para integrar a Comissão para o desmembramento da área de Estudos Sociais em História e Geografia nos currículos de 1.º grau, junto ao Conselho Estadual de Educação, a pedido da senhora Secretária Gilda Poli Rocha Loures. Foram escolhidas para exercerem esta função as professoras Serlei Fisher Ranzi e Wanirley Pedroso Guelfi.

Ainda neste semestre, recebemos a comunicação do referido Conselho, de que, a partir de 1985, tal desmembramento se concretizaria, sendo aprovada portanto nossa reivindicação, e as de outras sociedades afins. Esta medida, aprovada recentemente, significará para os Historiadores não apenas mais uma conquista de maior mercado de trabalho, mas a conquista do direito de exercerem a profissão para que foram formados.

Contudo, cremos que a decisão deste órgão configura apenas um primeiro passo nesta direção. Daqui por diante,

cabe a todos os professores lutarem para que esta decisão se torne uma realidade.

Reformulação de currículos, programas, quadro docente, livro didático são questões, entre outras, que ainda estão por se definir.

A participação de todos os associados desta entidade desempenhará um papel de fundamental importância, devendo portanto a APAH prosseguir com os estudos e debates referentes ao ensino da História.

Auxílio Financeiro à Revista

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES

Mais uma vez foi possível, apesar da inflação e da forma artesanal com que se publica esta revista, contar com o apoio financeiro de um órgão de Estado: à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte devemos a edição deste número.

Ao mesmo tempo em que nos congratulamos pelo atendimento de nosso pedido, entendemos ser este apoio um reconhecimento da qualidade e importância desta publicação.

Marionilde Dias Brepohl

História: Questões & Debates é uma revista preocupada com a História como conhecimento, com a História como pesquisa, com a História como instrumento de Educação; preocupada com as relações da História e as demais ciências humanas em particular, e com o valor que a sociedade lhe atribuiu.

Desta forma, a Revista está aberta não apenas aos associados da APAH e historiadores, mas também aos demais cientistas sociais, aos professores de Ensino Médio, aos que trabalham com a Educação e aos estudantes universitários.

Toda colaboração deverá:

- 1º) — ser inédita;
- 2º) — ser redigida preferencialmente em língua portuguesa; trabalhos em outros idiomas deverão obrigatoriamente incluir resumo em português;
- 3º) — trazer título que corresponde, de modo claro e preciso, à idéia geral do trabalho;
- 4º) — apresentar, em folha à parte devidamente numerada, um resumo de no máximo 250 palavras;
- 5º) — trazer, quando elaborada sob orientação, o nome do Professor orientador;
- 6º) — ser apresentada em três (3) vias datilografadas numa face em papel tamanho ofício, com margem de três (3) centímetros, espaço duplo e numeração no canto superior direito;
- 7º) — apresentar, em folhas à parte devidamente numeradas, as notas de rodapés e as referências bibliográficas. Estas últimas deverão estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- 8º) — trazer os gráficos e/ou ilustrações uma em cada folha, à parte devidamente numeradas com título claro, assinalando no texto o local em que deverão ser intercaladas.

Os originais deverão ser encaminhados à redação juntamente com carta anexa, autorizando sua publicação. A revisão das provas durante a impressão poderá ser feita pelo autor desde que assim o deseje. O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam as normas estabelecidas.

Além de artigos, a revista poderá apresentar comunicações, notas prévias, notícias de pesquisa em desenvolvimento, resenhas bibliográficas, além de notícias da APAH.

Aos autores de artigos serão enviados cinco (5) exemplares do número que trazer seu trabalho.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

